

Universidade Federal do Rio de Janeiro
e
École de Hautes Études en Sciences Sociales

***O Sentido das ONGs no Brasil: justiça social,
filantropia e ecologia***

Fernando Lima Neto

Tese de doutorado em Sociologia
Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia / UFRJ
École Doctorale de Sciences Sociales / EHESS

Banca Examinadora:

Prof. Elisa Reis (PPGSA/UFRJ) - orientadora
Prof. Gláucia Villas-Bôas (PPGSA/UFRJ)
Prof. Leilah Landim (PPGSS/UFRJ)
Prof. Nilufer Göle (EHESS) - orientadora
Prof. Philippe Ryfman (Paris I- Sorbonne)

Núcleo Interdisciplinar de Estudos
sobre Desigualdade

NIED/UFRJ

Centre d'Analyse et d'Intervention
Sociologiques

CADIS/EHESS

Março de 2013

Universidade Federal do Rio de Janeiro
e
École de Hautes Études em Sciences Sociales

***O Sentido das ONGs no Brasil: justiça social,
filantropia e ecologia***

Fernando Lima Neto

Rio de janeiro

Março de 2013

Lima Neto, Fernando Cardoso.

O Sentido das ONGs no Brasil: justiça social, filantropia e ecologia/ Fernando Cardoso Lima Neto. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS/PPGSA, 2013.

iv, 200f.; 31cm.

Orientadora: Elisa Pereira Reis

Tese (doutorado) – UFRJ / IFCS, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, 2013.

Referências Bibliográficas: f. 167-189.

1. ONGs. 2. Sociologia Cultural. 3. Sentido. 4. Valores. 5. Macro sociologia. 6. Micro sociologia. I. Reis, Elisa P. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. III. Título.

RESUMO

O SENTIDO DAS ONGS NO BRASIL: JUSTIÇA SOCIAL, FILANTROPIA E ECOLOGIA

Fernando Cardoso Lima Neto

Orientadora: Elisa P. Reis

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e a École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

O objeto desta tese é a noção de Organização Não Governamental (ONG) no Brasil. O principal objetivo é identificar a correlação de valores sociais que confere sentido a essa noção, analisando suas variações de significado no decurso da história. Na primeira parte da tese, mobilizo um aporte macro sociológico para tratar da formação do campo das ONGs no Brasil. As relações entre Igreja, Estado e sociedade na promoção de assistência social no Brasil acabaram por consolidar os três principais valores sociais que conferem sentido à experiência das ONGs: filantropia, justiça social e ecologia. Na segunda parte, mobilizo um aporte micro sociológico para interpretar esses valores à luz de quatro trajetórias individuais. Cada trajetória apresenta um ponto diferente de cruzamento entre os vários processos macro históricos de formação dos três valores sociais discutidos na Parte I. Os resultados gerais apontam os valores da justiça social, filantropia e ecologia como os principais códigos culturais que conferem sentido à experiência das ONGs no Brasil. Os dois primeiros possuem uma conexão histórica comum, qual seja, as organizações de leigos católicos que estiveram sempre presentes no contexto da promoção de assistência social no Brasil. Por sua vez, a consagração do valor da ecologia diz respeito a um contexto originário diferente, que remonta, sobretudo, às décadas de 1990 e 2000.

Palavras Chave: ONGs no Brasil, sociologia cultural, sentido, valores sociais, histórias de vida

Rio de Janeiro
Março de 2013

ABSTRACT

THE SENSE OF NGOS IN BRAZIL: SOCIAL JUSTICE, PHILANTHROPY AND ECOLOGY.

Fernando Cardoso Lima Neto

Orientadora: Elisa P. Reis

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e a École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

The object of this thesis is the notion of Non-Governmental Organization (NGO) in Brazil. The main objective is to identify the social values that give meaning to this notion by analyzing its variations of meaning throughout history. In the first part of the thesis, I propose a macro sociological approach in order to deal with the formation of the NGO field in Brazil. The connexions between church, state and society on the promotion of social welfare in Brazil promoted the three major social values that provide meaning to the NGOs' experience: social justice, philanthropy and ecology. In the second part, I propose a micro sociological approach in order to interpret these values in the light of four individual trajectories. Each trajectory represents a different point of intersection between the various macro historical processes that consolidated the NGO field, as discussed in Part I. The research results indicate the social values of social justice, philanthropy and ecology as the main cultural codes that give meaning to the phenomenon of NGOs in Brazil. The first two have a common historical origin, since the organizations of lay catholics were always present in the context of promoting social welfare in Brazil. In turn, the consecration of the value of ecology concerns a different context, dating mainly from the decades of 1990 and 2000.

Keywords : NGOs in Brazil ; social values ; cultural sociology ; comprehensive sociology ; social justice ; philanthropy ; ecology ; integrating macro and micro.

Rio de Janeiro
Março de 2013

Agradecimentos

O ato solitário de escrever uma tese de doutorado encobre um processo coletivo de construção de conhecimento que se estende no tempo e no espaço. Nos últimos anos, tive a felicidade de encontrar pessoas que foram muito importantes para a realização deste estudo. Em situações as mais variadas como seminários, colóquios, cursos, projetos de pesquisa e conversas informais, troquei informações preciosas e estabeleci diálogos cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço os pesquisadores do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED/UFRJ), em particular Graziella Moraes da Silva, Maria Dysman, Emmanuel Caldas, Mário Grangueia e Rafael Abreu. No Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques (CADIS/EHESS), sou especialmente grato a Michel Wieviorka, Alexandra Poli, Geoffrey Pleyers, Bochra Kammarti, Anahita Grisoni et Brian Chauvel. Sou extremamente grato a Phillippe Ryfman pelo apoio e acolhida em um ano de intensas trocas acadêmicas no Centre de Recherches Politiques de la Sorbonne (CRPS). Agradeço Glauzia Villas-Bôas, Maria Ligia Barbosa, Pedro Paulo Oliveira, Marco Aurélio Santana e Elina Pessanha, professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Agradeço as contribuições de Roger Chartier e Nathalie Heinich, professores da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Agradeço Adrian Gurza-Lavalle e os pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Tive a oportunidade de realizar um diálogo enriquecedor com Gurinder Bhambra e Robert Fine por ocasião de um curso de verão em Warwick University. Agradeço a Angela Paiva e Sarah Silva Telles, professoras da Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro (PUC-RIO) e aos pesquisadores do grupo de pesquisa Direitos Reconhecimento e Cidadania. Agradeço a Leilah Landim, professora da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ), por seu trabalho inspirador e pelas trocas em momentos diferentes da pesquisa. No Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), sou grato aos pesquisadores Felix Lopes e Antonio Rito Cardoso. Agradeço o diálogo com Edson Farias, professor da Universidade de Brasília (UnB) e aos pesquisadores do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB). Agradeço aos amigos Diego Araoz, Ricardo Nobrega, Carlos Santana e Elder Patrick

pela interlocução permanente. Também agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPQ) pela concessão de uma bolsa de doutorado e de uma bolsa sanduíche no quadro do Colégio Doutoral Franco Brasileiro (CDFB). Sou extremamente grato ao trabalho compete das Secretarias da UFRJ e da EHESS, em especial Ângela Cristina Fernandes e Claudia Vianna.

Tive a sorte de ser orientado por duas das autoras mais criativas da sociologia contemporânea. Elisa Reis tem uma influência determinante no que entendo por sociologia. Desde 2005 mantemos uma interlocução consistente e produtiva que foi fundamental para formulação das principais questões deste trabalho. Também sou imensamente agradecido a Nilüfer Göle, cuja sensibilidade sociológica foi decisiva para aprimorar o olhar que procurei por em prática nesta análise. Considero um verdadeiro privilégio poder trabalhar com essas duas fontes de inspiração e imaginação sociológica.

Finalmente, seja pelo suporte emocional ou intelectual, este trabalho jamais seria possível sem o apoio decisivo de Hélène Petry.

Índice

PARTE I – A SOCIOGÊNESE DAS ONGS NO BRASIL

1. Introdução: uma sociologia cultural das ONGs no Brasil -----	13
1.1.1 Em busca do sentido das ONGs -----	13
1.1.2 Cultura e sociologia: da teoria clássica à teoria contemporânea -----	15
1.1.3 A virada cultural -----	17
1.1.4 Críticas à sociologia cultural -----	20
1.1.5 Por uma sociologia cultural das ONGs -----	21
1.1.6 Percurso argumentativo -----	24
1.2 A relação com a Igreja: caridade cristã e ajuda aos pobres -----	27
1.2.1 Mosteiros, Hospitais, Confrarias: assistência social e caridade na Idade Média--	27
1.2.2 O processo de laicização religiosa das práticas de assistência social -----	29
1.2.3 A Santa Casa da Misericórdia -----	31
1.2.4 Cooperação e conflito entre Estado e Igreja no Brasil -----	33
1.2.5 Ação Católica e militância religiosa -----	36
1.2.6 Estado, Igreja e sociedade no Brasil -----	39
1.3 A relação com os movimentos sociais: militância política e justiça social (1^a transformação) -----	42
1.3.1 A militância católica no Brasil: parcerias com o movimento operário urbano e com os sindicatos rurais -----	42
1.3.2 A esquerda católica -----	45
1.3.3 A oposição entre religião e política -----	48
1.3.4 Da caridade cristã à justiça social -----	50
1.4 A identidade ONG e a emergência de novos temas (2^a transformação) -----	52
1.4.1 O processo de redemocratização no Brasil e o fortalecimento sociedade civil ----	52
1.4.2 Os centros de assessoria aos movimentos sociais -----	54
1.4.3 A busca por uma identidade comum: surgimento do conceito ONG -----	55

1.4.4 Sociedade civil e Estado: da oposição à parceria -----	59
1.4.5 O processo de secularização das práticas de assistência social -----	61
1.5 Consciência ecológica, profissionalização e fortalecimento dos laços transnacionais das ONGs (3^a transformação) -----	63
1.5.1 O novo ativismo social da década de 1990 -----	63
1.5.2 Consolidação da identidade ONG e ampliação de seus laços institucionais -----	66
1.5.3 A campanha da Ação da Cidadania -----	71
1.5.4 Entre Estado, Igreja e sociedade civil: o lugar das ONGs na década de 1990 -----	73
1.6 Justiça social, filantropia e ecologia: as fronteiras simbólicas das ONGs no Brasil -----	76
1.6.1 Fronteiras simbólicas da identidade ONG: uma pesquisa qualitativa -----	76
1.6.2 Tipologia das ONGs no Brasil -----	79
1.6.3 As <i>ONGs como ação política</i> -----	80
1.6.4 As <i>ONGs como ação filantrópica</i> -----	82
1.6.5 As <i>ONGs como ação ecológica</i> -----	84
1.7 Gênero, educação, pobreza e ecologia: as diferentes abordagens das ONGs dentro de um mesmo tema (extratos empíricos) -----	87
1.8 Considerações Finais – Parte I -----	93

PARTE II – A SOCIOGÊNESE NOS INDIVÍDUOS

2.1 Introdução. A política no cotidiano: uma sociologia compreensiva das ONGs no Brasil -----	99
2.1.1 Fazer alguma coisa: a reinvenção da política no mundo contemporâneo -----	99
2.1.2 Os valores sociais -----	101
2.1.3 Sentido e significado na abordagem weberiana: o homo symbolicus -----	103
2.1.4 Reinventando a política -----	105
2.1.5 Os dados da análise -----	108
2.1.6 Percurso argumentativo -----	110

2.2 Um jogo de espelhos: a vida de Betinho e o campo das ONGs -----	112
2.3 Três trajetórias: justiça social, filantropia e ecologia no cotidiano -----	129
2.3.1 Marcel -----	129
2.3.2 Dari -----	135
2.3.3 Thaís -----	140
2.4 Cruzando experiências: protagonismo individual e militância -----	144
2.4.1 A sociogênese nos indivíduos -----	144
2.4.2 Trabalho e motivação para ação -----	145
2.4.3 Vida pública e vida privada -----	149
2.4.4 A religião entre o público e o privado -----	151
2.4.5 O sentido missionário -----	153
2.5 Considerações finais – Parte II -----	157
3. Conclusão -----	162
3.1 Valores e sentido -----	162
3.2 A integração macro e micro -----	163
3.3 História e cultura -----	165
3.4 Política e cultura no Brasil -----	167
3.5 Sentido e ambivalência -----	168
Bibliografia -----	171
Outras fontes -----	192
Anexos -----	
194-	

PARTE I
A SOCIOGÊNESE DAS ONGS NO BRASIL

1. Introdução: uma sociologia cultural das ONGs no Brasil

1.1.1 *Em busca do sentido das ONGs*

Neste estudo, tomo como objeto de análise o conjunto dos diferentes valores sociais que conferem sentido à noção de organização não governamental (ONG) no Brasil. Atualmente, a multiplicação e o empoderamento das ONGs é um fenômeno de abrangência mundial. Estima-se que elas estejam presentes na quase totalidade dos países. No entanto, em meio a essa presença geral, observa-se igualmente uma grande disparidade no que concerne às estruturas administrativas, aos formatos jurídicos e às funções atribuídas a essas organizações. Cada país ou região do mundo detém um conjunto muito específico de práticas e significados associados à ideia do que sejam as ONGs. O principal objetivo deste trabalho é identificar e analisar o conjunto de valores sociais que conferem um sentido singular à experiência das ONGs no Brasil. Exponho, portanto, uma reflexão sistemática sobre a construção simbólica das organizações não governamentais no Brasil, analisando os valores sociais que conferem inteligibilidade a esse fenômeno histórico particular. O foco da pesquisa são os valores sociais que atribuem sentido às ONG no Brasil. Como veremos adiante, da caridade cristã ao engajamento ecológico, passando pela filantropia e pela justiça social, a história das ONGs no Brasil esteve sempre repleta de variações de significado.

Sustento que o sentido das ONGs no Brasil é tecido através do confronto permanente entre as diferentes atribuições de valor que são conferidas a essas instituições. A produção de significado sobre as ONGs é realizada em diversas arenas da vida pública, como nos fóruns do Estado, da sociedade civil e na mídia. Diferentes atores emitem opiniões e discursos variados sobre este tema. Minha preocupação central aqui é destacar um ponto de vista específico dentro dessa vasta produção de significado, o ponto de vista das próprias ONGs. Assim, analiso o sentido das ONGs no Brasil centrando atenção no modo como elas produzem significado sobre si mesmas. Isso será feito a partir de dois registros gerais. A Parte I deste estudo analisa as condições macro históricas do processo de formação do campo das ONGs no Brasil, quando exploro a história de formação das instituições. Na Parte II, o foco é redirecionado para uma

análise das trajetórias pessoais de dirigentes de ONGs, isto é, exploro o modo como eles vivenciam as transformações que são objeto da primeira parte. A hipótese inicial que conduziu o exercício de coleta e análise dos dados sustenta que a experiência do catolicismo no Brasil estruturou o processo de formação do campo das ONGs nesse país. Mais especificamente, argumento que o valor da caridade cristã possui um papel chave na formação dos valores sociais que, hoje, conferem sentido à noção de ONG no Brasil.

A coleta de dados da pesquisa foi feita em três frentes. A primeira delas consiste no material de 50 entrevistas em profundidade realizadas com dirigentes de ONGs sediadas no Rio de Janeiro. A pesquisa foi dirigida pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdades (NIED/UFRJ), entre 2007 e 2008. O foco das entrevistas foram as percepções dos dirigentes sobre o que são as ONGs, o que as diferencia do Estado e do mercado, qual seu papel na sociedade, suas vantagens e desvantagens relativas ao Estado e ao mercado, o histórico das organizações e seus projetos. Além das 50 entrevistas realizadas no âmbito do NIED, contei também com um segundo conjunto de nove entrevistas em profundidade cujo tema foi a história de vida dos dirigentes entrevistados. O propósito dessas entrevistas foi captar a experiência pessoal de cada dirigente dentro das transformações políticas que marcaram a formação do campo das ONGs no Brasil. Uma terceira fonte de dados analisados consiste no conjunto de circulares internas, material de publicidade e referências bibliográficas sobre as ONGs no Brasil. À medida que avançar na análise, exporei os critérios metodológicos que orientaram o levantamento de dados.

Nesta introdução, me aterei às diretrizes teóricas que conduziram a investigação. Mais especificamente, apresentarei em linhas gerais a sociologia cultural, corrente teórica da sociologia contemporânea que orientou a formulação dos objetivos da pesquisa, bem como seus procedimentos metodológicos e a análise dos dados. Além da sociologia cultural, este estudo também está amparado por referências conceituais trabalhadas na sociologia de Max Weber. Conceitos como valor, sentido e significado são referências centrais. Contudo, a discussão mais detalhada sobre a contribuição de Weber será realizada mais adiante, no primeiro capítulo da segunda parte. O foco da presente introdução é a sociologia cultural, ela própria altamente influenciada pela contribuição de Weber. A análise empreendida na primeira parte tem como eixo principal a

reconstrução histórica da formação do campo das ONGs no Brasil segundo o desenvolvimento de seus valores sociais. O aporte da sociologia cultural oferece o enquadramento conceitual para atingir esse objetivo.

1.1.2 Cultura e sociologia: da teoria clássica à teoria contemporânea

A sociologia cultural procura ressaltar a dimensão reflexiva da produção de conhecimento sociológico. O foco na noção de cultura permite ao analista tomar a própria reflexividade das relações sociais como objeto de análise. Apesar da ênfase contemporânea, o modelo de abordagem reflexiva através da noção de cultura possui uma extensa genealogia conceitual que remonta ao período clássico da sociologia. Mais especificamente, os trabalhos de Weber e Durkheim consolidaram as bases de qualquer sociologia dos significados¹. A maior parte das questões que são, hoje, enfrentadas pela sociologia cultural também o foram por esses dois autores clássicos, ainda que orientados por registros diferentes de interpretação.

O interesse de Durkheim na questão do significado foi particularmente enfatizado na última fase de sua vida, quando ele se dedicou ao problema das representações sociais, tomando a religião como objeto de estudo (Durkheim, 2008; Lukes, 1973). Como se sabe, Durkheim concebia a vida social como um produto de representações coletivas. Em seu estudo clássico sobre as formas elementares da religião, Durkheim estuda a produção social dos sentimentos e crenças que estruturam o pensamento humano, vendo na religião a possibilidade de acessar as leis de produção das representações coletivas. Ele aborda a religião como um sistema unificado de crenças e práticas que acomodam os que a aderem dentro de uma mesma comunidade moral. Na religião, portanto, Durkheim encontrou uma forma de poder simbólico que permite à coletividade representar-se para si mesma em suas relações com todos os objetos que a afetam. Para

¹ Assim como Durkheim e Weber, Marx também tomou a reflexividade como objeto de análise sociológica, especialmente em seus estudos sobre ideologia. Em obras como *A Ideologia Alemã* e *Crítica à Economia Política*, por exemplo, Marx argumenta que os conceitos da filosofia alemã e da economia política clássica reproduzem as condições históricas em que vivem seus pensadores (Marx, 1982; 1989). Contudo, Marx não recorre à noção de cultura. Muito pelo contrário, para Marx, a cultura, assim como a religião, está no âmbito superestrutural da ideologia. Isso, contudo, não impediu que muitos analistas propusessem uma abordagem cultural a partir da contribuição de Marx (Adorno e Horkheimer, 2006; Benjamin, 2003; Marcuse, 1997)

ele, os processos simbólicos se sustentam em seus próprios termos, o que faz da religião um modelo para os eventos da vida social (Durkheim, 2008).

Por sua vez, o interesse de Weber no tema da produção de significado não se resume apenas à sua sociologia da religião, mas é também central em seus trabalhos sobre política e metodologia. Weber se concentra no tema dos valores e crenças para elaborar uma teoria sociológica que visa compreender as vinculações entre poder e cultura no âmbito das interações sociais. Cultura, poder e reflexividade são pontos de partida fundamentais na abordagem de Weber, o que lhe permite conciliar até mesmo tradições filosóficas usualmente antagônicas, como Immanuel Kant (1999) e Friedrich Nietzsche (1978), por exemplo. Pensando com Kant, Weber rejeitou a possibilidade de tratar da “essência das coisas” ou da “realidade em si mesma” ao estudar os fenômenos da vida social. Antes, o que “realmente existe”, para Weber, é a atividade subjetiva criadora de significado. Entretanto, contrário a Kant, a potência criadora de significado não é a mente humana e suas intuições puras, mas valores divergentes que entram em confronto na e através da ação humana. Neste sentido, Weber retomou a crítica nietzschiana dos valores para sustentar que o modo como a consciência reage aos estímulos empíricos não é apenas racional, mas, sobretudo, culturalmente condicionada. Se, na visão de Kant, a razão deve se reconhecer como razão a fim de apontar suas próprias limitações internas (a razão como juiz da razão), para Weber os valores devem se reconhecer como valores para avaliar suas próprias implicações. Um exemplo disso é a própria ideia de objetividade, que também é um valor, o principal valor para os cientistas (Weber, 2001).

Após a contribuição pioneira desses dois autores clássicos, o interesse pela abordagem cultural em sociologia passou por um relativo declínio, sobretudo no contexto anglo-americano. Durante muito tempo, os objetos e questões de pesquisa que prevaleceram na disciplina foram aqueles que estavam diretamente relacionados aos temas da modernidade e da sociedade nacional. Contudo, em nichos específicos, como na sociologia da religião, na sociologia do conhecimento, no interacionismo simbólico e na etnometodologia, o interesse pelo tema da construção dos significados na vida social não arrefeceu. Considerando a sociologia da religião, autores como Robert Bellah (1964; 1970), Peter Berger e Thomas Luckmann (1963) e Roland Robertson (1978; 1970) levaram adiante o interesse pela cultura considerando a religião como uma fonte primária de significado nas sociedades humanas. Nesses trabalhos, a religião foi

encarada como um recurso empírico através do qual os analistas enfrentaram uma questão teórica específica: a produção de significado na vida social. Através de um rico diálogo com a sociologia do conhecimento, esses sociólogos da religião problematizaram a dimensão social da crença e estabeleceram as diretrizes analíticas para tratar da atividade produtora de significado como uma condição importante para compreensão sociológica da vida social.

A preocupação sociológica com os temas dos valores e do significado teve, portanto, sua origem na sociologia clássica e foi se desenvolvendo em domínios particulares da sociologia, como a sociologia do conhecimento, a sociologia da cultura, a sociologia da arte e a sociologia da religião. De modo geral, a limitação do conceito a esses domínios acabou por relegar o interesse na cultura como um aspecto secundário da abordagem sociológica. O conceito de cultura foi progressivamente perdendo importância até o final do século XX. Fenômenos como, dentre outros, o fim da guerra fria, a dissolução de muitos Estados autoritários, a maior integração de um mercado financeiro internacionalizado e o avanço das tecnologias de informação e comunicação mudaram o contexto geopolítico e cultural do mundo em um curto espaço de tempo e fizeram ressurgir dentro da sociologia o interesse pela noção de cultura. Foi nesse momento que a sociologia cultural consolidou seus primeiros passos enquanto campo de reflexão sociológica, especialmente nos EUA e na Inglaterra, em um movimento que ficou conhecido como “virada cultural” (Bonnel e Hunt, 1999).

1.1.3 A virada cultural

Nas últimas décadas, a noção de cultura tem se tornado objeto de análise para um número crescente de cientistas sociais. Seja nos contextos onde essa noção foi retomada após um período de relativo esquecimento, como nos EUA e na Inglaterra, seja nos contextos onde ela nunca saiu de cena, como na França e no Brasil, o interesse pela cultura permanece como uma das características mais marcantes da atual produção de conhecimento em ciências sociais, em particular na sociologia. Uma grande quantidade de objetos e modelos de análise são, hoje, mobilizados com o intuito de consolidar a noção de cultura como um ponto de partida para a interpretação dos fenômenos sociais. Em meio a essa grande variedade de perspectivas e objetos, um desafio comum para

todas essas abordagens é retomar as referências clássicas e os esquemas conceituais mais convencionais da sociologia diante de um contexto histórico novo e em permanente mutação.

Uma condição particular da imaginação sociológica hoje é o relativo esgotamento do poder explicativo dos conceitos consagrados na história da disciplina, como Estado-nação, classe social, etnia, etc. Uma consequência disso é que muitos temas que costumavam ser relegados como secundários ou residuais estão sendo retomados e indicando questões centrais para o futuro da sociologia. O exemplo da sociologia cultural é particularmente revelador. A sociologia cultural é um campo emergente de investigação inteiramente dedicado à análise da construção de significado na vida social. Ao invés de considerar a cultura como um epifenômeno da vida social, a sociologia cultural propõe analisar o papel central da produção de significado no modo como são estruturadas as relações sociais (Lima Neto, 2010; 2007; Alexander, 2003; Litcherman, 2007; Madsen et al., 2001; Robertson, 1978).

Enquanto campo emergente de investigação, a sociologia cultural cobre um conjunto amplo e heterogêneo de ferramentas conceituais e metodológicas. Em meio a essa variedade, prevalece a intenção de analisar de forma correlacionada as noções de poder e cultura. O principal desafio é incorporar o papel central da produção de significado na análise dos fenômenos sociais. Neste sentido, os entusiastas da sociologia cultural procuram teorizar a cultura como uma dimensão central da abordagem sociológica (Alexander, 2003; Robertson, 1978). Contudo, há maneiras radicalmente diferentes de realizar essa revitalização analítica da noção de cultura. Por um lado, no plano teórico, ao refutarem o entendimento da cultura como um efeito epifenômeno de “fatores não culturais”, os sociólogos culturais investigam a integração dinâmica da cultura na vida social. Por outro lado, no plano metodológico de ligação da teoria com os processos empíricos, as estratégias para relacionar cultura e estrutura social contemplam duas maneiras diferentes de tomar a cultura como fundamento da compreensão sociológica, dois modos diferentes de explorar a correlação entre códigos culturais e relações sociais. Neste ponto, ou os sociólogos culturais analisam os códigos culturais através das relações sociais, ou fazem precisamente o contrário, que é analisar as relações sociais através de seus códigos culturais.

Quando analisam a cultura através das relações de poder, os sociólogos culturais defendem a autonomia do processo cultural, que não pode ser reduzido às suas bases interacionais. Às vezes isso assume a forma de uma crítica à própria idéia de sociologia da cultura, pois não seria possível explicar a cultura através de fatores supostamente não culturais. A idéia de uma sociologia da cultura implica na intenção de se explicar a cultura como uma consequência das relações objetivas em uma sociedade. Um exemplo paradigmático desta crítica é o trabalho seminal de Jeffrey Alexander, que traz para a sociologia o estudo das dinâmicas internas dos sistemas simbólicos através das performances sociais da vida secular. Dentro desta perspectiva, a noção de cultura é separada da noção de estrutura social e é elevada à condição de variável independente na análise sociológica (Alexander, 1988, 2003; Cordero et al., 2008; Eyerman, 2004; Hess, 2005).

Por sua vez, os sociólogos que analisam o poder através da cultura tendem a mesclar cultura e estrutura social. A conexão empírica entre cultura e poder é transposta também ao nível conceitual. Ao invés de ser tomada como uma dimensão autônoma da análise sociológica, a cultura é então tomada como uma dimensão endêmica e indissociável da vida social, mesmo no plano analítico. Assim, o foco das atenções é direcionado para o modo como as relações de poder são codificadas culturalmente (Inglis *et al.*, 2007; Inglis, 2007; 2005; Tlili, 2008). Um dos expoentes deste modelo de sociologia cultural é Roland Robertson. Seja nos primeiros estudos na sociologia da religião ou nos trabalhos subsequentes na sociologia da globalização, sua preocupação permanece a mesma: analisar como diferentes códigos culturais tornam tangíveis as diferentes correlações epistêmicas entre universal e particular em contextos históricos específicos (Robertson, 1992; 1988; 1980; 1978). Geralmente, os entusiastas deste modelo de sociologia cultural a classificam não como uma posição teórica particular, mas como um campo extremamente amplo que abrange qualquer tipo de abordagem sociológica sobre a noção de cultura. Assim compreendida, a sociologia cultural diz respeito a uma dimensão meta-teórica, isto é, o conjunto de teorias e abordagens sociológicas sobre a noção de cultura. Isso acaba por incluir domínios como os estudos culturais e a sociologia da cultura, justamente, as correntes da sociologia que são criticadas pela outra perspectiva.

Em suma, a sociologia cultural contemporânea se desenvolveu segundo duas diretrizes teóricas gerais: a análise da cultura através do poder e a análise do poder através da cultura. Em ambas as abordagens o interesse primordial é tratar da produção de significado na vida social. Contudo, enquanto a primeira foca os códigos culturais a partir das relações de poder que lhes são imanentes, o segundo foca o tema das relações de poder mediante seus próprios códigos culturais. O estudo sobre os valores da consciência coletiva norte americana no escândalo político do Watergate (Alexander, 2000) e o estudo sobre como as relações de poder no contexto local modelam estilos musicais globais como o rap e o hip hop (Bennet, 2008) são dois exemplos respectivos.

De modo geral, em ambos os registros de sociologia cultural é formulada uma crítica à falácia da concretude da estrutura social, que não deve ser tomada como único fator explicativo para cultura. A abordagem da cultura através do poder critica a redução do conceito de cultura às relações de poder, enquanto a abordagem do poder através da cultura critica a análise isolada do poder sem considerar a cultura. Em ambos os casos, a cultura é tomada como uma dimensão inerente ao próprio processo histórico. Assim, em ambos os registros, o principal objetivo da sociologia cultural é analisar as variações de significado que estão incrustadas nos fenômenos históricos.

1.1.4 Críticas à sociologia cultural

A diversidade de temas, teorias e objetos empíricos relacionados com a sociologia cultural contemporânea constituem uma faca de dois gumes. Por um lado, os autores potencializam a teoria promovendo uma intensa troca transdisciplinar que amplia as fronteiras analíticas tradicionais da sociologia. Por outro lado, o número crescente de livros editados cujo título faz apelo à noção de sociologia cultural reflete um corpo demasiadamente heterogêneo de questões teóricas e metodológicas. Muitas vezes, a diversidade é tanta que a tarefa de explicar o mérito dessas contribuições para a consolidação da sociologia cultural fica restrita apenas às introduções dos editores.

Se a sociologia cultural tem sido aclamada como um modo promissor e influente de tratar da centralidade da produção de significado na vida social, ela também tem sido alvo de uma série de críticas. Essas críticas são tão variadas quanto seus alvos. Contudo,

a maior parte delas concerne o lugar da noção de poder na agenda teórica e metodológica da sociologia cultural. Dependendo de seus alvos, a crítica aponta a subestimação ou a superestimação do papel das relações de poder. No primeiro caso, é argumentado que a separação entre significado e vida social minimiza o peso das hierarquias sociais e dos mecanismos de poder que estão inextrinavelmente ligados à atividade produtora de significado. O principal objeto deste tipo de crítica é o programa defendido por Alexander (Joas, 2005; McLennan, 2005; Kurasawa, 2004). O segundo modelo de crítica é direcionado contra as abordagens que tendem a confundir o cultural e o social, especialmente aquelas que propõem a inclusão dos estudos culturais como uma contribuição importante para a sociologia cultural. As lacunas de embasamento histórico e de pesquisa comparativa além da super-politização do debate sobre cultura são apontados como obstáculos que enfraquecem as análises culturais (Rojek e Turner, 2000). Em outras palavras, a grande armadilha para aqueles que se propõem a separar a estrutura cultural da estrutura social é lidar com a noção de poder do mesmo modo que seus oponentes fazem com a noção de cultura. Por sua vez, aqueles que buscam confundir o cultural e o social correm o risco de substituir uma concepção substancial do social por uma concepção essencializante do cultural.

1.1.5 Por uma sociologia cultural das ONGs

A contribuição da sociologia cultural para o presente estudo reside não apenas na concepção do objeto, o sentido das ONGs no Brasil e suas variações de significado, mas interfere também nos procedimentos metodológicos e na análise dos dados. As entrevistas em profundidade bem como os dados oriundos de fontes secundárias foram elaborados com o intuito de tornar acessível o universo complexo e heterogêneo de valores e significados sociais atribuídos às ONGs no Brasil. Na análise desses dados, pude identificar um conjunto de valores sociais que, no curso da história, vêm definindo sentidos precisos para a experiência das ONGs no Brasil.

Na primeira parte deste estudo, a tarefa principal é analisar os valores que conferem sentido à noção de ONG no Brasil através de uma retrospectiva macro histórica da formação do campo dessas organizações. Justiça social, filantropia e ecologia são três códigos culturais que serão isolados para que possamos comprehendê-los à luz das

relações de poder que, no curso da história, definiram os parâmetros das práticas não governamentais de ajuda e assistência social. Mais especificamente, argumento que dois desses três códigos culturais foram gestados através das relações entre Estado, Igreja e sociedade no Brasil. O terceiro foi originado em um contexto histórico mais recente, em particular as transformações da sociedade civil e a consolidação da democracia na passagem do século XX para o século XXI. Na segunda parte deste estudo, a tarefa principal é analisar os valores que conferem sentido às experiências pessoais dos dirigentes de ONGs no Brasil, levando em consideração suas respectivas histórias de vida. Assim, exploro o modo como as pessoas mobilizam os códigos culturais identificados na Parte I para enfrentar os desafios cotidianos da vida pessoal e profissional. Através dos valores da justiça social, da filantropia e da ecologia, analiso o trâmite particular das relações de poder e seu impacto na vida pessoal de cada um dos dirigentes entrevistados. Procuro compreender o contexto cotidiano das relações de poder do universo das ONGs através da experiência subjetiva desses três valores.

Seja na Parte I ou na Parte II, a sociologia cultural constitui o enquadramento analítico a partir do qual serão perseguidos os objetivos deste estudo. Para isso, proponho uma combinação dos dois procedimentos metodológicos mencionados mais acima: a análise da cultura através do poder e a análise do poder através da cultura. Até aqui, são poucos os estudos que se propuseram a realizar uma sociologia cultural das ONGs. A maior parte das pesquisas realizadas manifesta pouco interesse em questões sobre cultura, valores e significados. Em geral, os estudos sobre ONGs tendem a destacar em suas análises variáveis de relações objetivas, como as conexões institucionais com outras organizações da sociedade civil (Gurza-Lavalle e Bueno, 2011), as relações transnacionais (Keck e Sikkink, 1999), os atributos organizacionais (Vakil, 1997, Sanyal, 1997; Kaldor, 2003), as relações de accountability (Koslinski, 2007, Edwards e Hulme, 1996), as relações institucionais com o Estado (Abreu, 2011; Grangueira, 2010; Medeiros, 2008; Salamon, 1999), a história de formação do campo (Dysman, 2011) e muitos outros.

Todos esses trabalhos oferecem contribuições substantivas para o entendimento do que são, hoje, as ONGs. Sem o auxílio dessas contribuições dificilmente seria possível, por exemplo, propor o presente estudo. Foram trabalhos como esses que tornaram possível o acúmulo das informações necessárias para qualificar a categoria ONG e a rede de

relações institucionais que configuram seu campo no Brasil e alhures. Contudo, eles não se propõem a trabalhar a noção de cultura como uma variável independente na análise. As exceções ficam são as análises pioneiras de Landim sobre o processo de formação da identidade ONG (Landim, 1998, 1993a; 1993b), o estudo de Ryfman sobre a construção da legitimidade das ONGs (Ryfman, 2009) e algumas pesquisas sobre percepções das ONGs realizadas no âmbito do NIED (Lima Neto, 2012; Caldas, 2011).

A abordagem cultural sobre o fenômeno das ONGs não implica em qualquer antagonismo com os estudos sobre os aspectos institucionais dessas organizações. A análise cultural permite compreender os valores, significados, e os sentidos que estão subjacentes a qualquer aspecto institucional relativo às ONGs no Brasil, uma lacuna na literatura especializada. Assim, as questões mais específicas sobre as assimetrias de poder entre ONGs, Estado e mercado só possuem interesse aqui quando interpretadas sobre um ponto de vista específico, que é o dos valores sociais. Dito de outro modo, o plano das práticas sociais será interpretado analiticamente apenas à luz das codificações culturais que lhe conferem sentido.

Um dos principais desafios para realizar essa sociologia cultural das ONGs foi estabelecer um ponto de vista analítico que viabilizasse o próprio exercício de análise. Conforme mencionado acima, as contribuições da sociologia cultural e da sociologia weberiana são os dois principais eixos que conduziram a coleta e análise das informações. A sociologia cultural mobiliza o conceito de cultura como uma ferramenta metodológica. A sociologia weberiana, veremos na introdução da Parte II, considera cultura como o domínio dos valores sociais. As noções de valores sociais, sentido e significado constituem o epicentro conceitual deste estudo. É através dessas noções que proponho e respondo as principais questões aqui levantadas. Todas essas questões possuem origem na abordagem weberiana, como ficará evidente no começo da segunda parte do estudo. Por enquanto, é suficiente concentrar a discussão em torno da noção de cultura, mais especificamente, tratar dos códigos culturais – os valores sociais – que conferem sentido à noção de ONG no Brasil.

1.1.6 *Percorso argumentativo*

No capítulo seguinte a esta introdução, analiso os antecedentes históricos das ONGs. Para isso, avalio em perspectiva histórica as relações entre Igreja, Estado e sociedade na promoção de assistência social, no Ocidente em geral e no Brasil em particular. Antes de se tornar uma das principais funções do Estado, a promoção de assistência social foi durante muito tempo prerrogativa da Igreja católica. A prática de assistência social não existia de forma independente das práticas de caridade. Contudo, já nos primórdios desse predomínio católico, começou a tomar forma um longo processo de *laicização religiosa da assistência social* que, séculos mais tarde, se consolidaria como uma função importante dentro do Estado moderno. Mesmo com a entrada do Estado, a Igreja não saiu completamente de cena. No Brasil em particular, a Igreja permanece até hoje influente na promoção de assistência social não governamental. Contudo, no ápice dessa influência, na época de formação do embrião do que viria a ser o campo das ONGs, a Igreja foi apartada dessas instituições dando início ao que chamo aqui de *processo de secularização das práticas de assistência social* no Brasil. Essas práticas deixavam de ser referendadas apenas pelo valor da caridade cristã e passavam a incorporar também o valor da justiça social. As organizações que romperam formalmente com a Igreja para apoiar os movimentos sociais foram as mesmas que, anos mais tarde, se transformariam nas primeiras ONGs. Essa separação, objeto do capítulo 1.3, foi a primeira das três grandes transformações históricas que tornaram possível a formação do campo das ONGs no Brasil.

No capítulo 1.4, trato da segunda grande transformação do processo de formação do campo das ONGs no Brasil, quando as organizações privadas de assistência social se afastaram dos movimentos sociais em busca de uma identidade própria no seio do processo de redemocratização e formação da sociedade civil no Brasil. Foi neste contexto que o conceito ONG surgiu como referência identitária para essas organizações. Em seguida, no capítulo 1.5, trato da terceira grande transformação do campo, que corresponde à difusão das ONGs: a diversificação de suas áreas de atuação e a popularização dessa noção no senso comum. Cada uma das três grandes transformações implicou na formação de um código cultural dominante para atribuir sentido às ONGs. O capítulo seguinte corrobora essa interpretação através dos dados da pesquisa qualitativa realizada pelo NIED sobre as fronteiras entre Estado, mercado e

sociedade na visão das ONGs. No capítulo 1.7 apresento exemplos empíricos de ONGs que atuam segundo a ótica predominante de cada um dos três códigos culturais explorados nos capítulos anteriores. Por fim, no capítulo seguinte, a discussão da Parte I é sistematizada através do cruzamento de dois conjuntos de valores sociais (de um lado, justiça social, filantropia e ecologia; de outro, solidariedade e eficiência) para identificar padrões de relacionamento entre esses valores no contexto objetivo das relações de poder em que se inserem as organizações.

A segunda parte começa com uma discussão conceitual sobre a contribuição da sociologia weberiana neste estudo. Para isso, exploro o tema das motivações ideológicas individuais para ação, amparado numa discussão sobre os conceitos de valor, sentido e significado. No capítulo seguinte, apresento a primeira das quatro trajetórias pessoais que serão analisadas na segunda parte. A história de vida de Betinho sintetiza em uma mesma trajetória individual a maior parte das transformações macro históricas que foram objeto de análise na primeira parte. No capítulo 2.3, apresento as histórias de vida de Marcel, Dari e Thais, personagens construídos a partir dos dados levantados na pesquisa, com o objetivo de refletir sobre o modo como os próprios atores reelaboram constrangimentos estruturais dentro de suas experiências subjetivas. Em seguida, no capítulo 2.4, realizo uma análise comparativa entre as quatro trajetórias e avalio o que há de comum no modo como concebem a integração entre a vida pública e a vida pessoal. Para isso, nas considerações finais da Parte II, realizo um novo cruzamento de dois conjuntos de valores sociais. De um lado, justiça social, filantropia e ecologia; de outro, protagonismo individual e engajamento. O capítulo seguinte recapitula os principais achados deste estudo e ressalta o caráter complementar das análises macro e micro sociológicas.

A noção de ONG é objeto de permanente dissenso seja entre os atores ou entre os estudiosos dessas instituições. Em meio a toda a diversidade interpretativa em torno da definição desse conceito, é possível identificar um denominador comum que lhe confere alguma validade heurística: organizações que não possuem finalidade lucrativa e que não são estatais. Certamente, esta definição abre um universo demasiadamente amplo de interpretação. Contudo, se considerarmos ONG como um conceito genérico, essa generalidade reflete corretamente o grau de complexidade e a variação das relações empíricas e dos significados culturais que estão associados ao fenômeno. No rastro da

contribuição weberiana, cumpre levar em consideração a distinção entre conceitos genéricos e tipos ideais. Os primeiros exibem um complexo de características que são comuns a vários fenômenos e são cotidianamente mobilizados como elementos constitutivos dos enunciados históricos. Já o tipo ideal consiste em um artifício metodológico criado pelo pesquisador através da abstração e da acentuação de determinados elementos da realidade pesquisada. Embora os tipos ideais possam ser formulados a partir de conceitos genéricos, os dois não devem ser confundidos. A finalidade da formação de conceitos tipo ideais é tomar consciência não do que é genérico, mas do que é específico nos fenômenos culturais (Weber, 2001:145).

Neste estudo, procuro transformar o conceito genérico “ONGs” no tipo ideal “ONGs no Brasil”, conferindo-lhe singularidade no interior de sua própria generalidade. Assim, utilizo o conceito de ONG como um artifício metodológico voltado para compreensão das regularidades de sentido que constituem o objeto da própria análise: os valores sociais mobilizados pelas pessoas na produção de significados sobre a presença das ONGs na sociedade brasileira. Mais especificamente, formulo um quadro geral dos diferentes valores que, hoje em dia, legitimam o que se entende por ONG no Brasil. A principal tarefa é analisar as concepções de mundo presentes no modo como as pessoas atribuem sentido à noção de ONG neste contexto histórico-cultural particular.

1.2 A relação com a Igreja: caridade cristã e ajuda aos pobres

1.2.1 Mosteiros, Hospitais e Confrarias: assistência social e caridade na Idade Média

Muito antes das modernas ONGs, a história das organizações privadas não lucrativas no ocidente se estende, pelo menos, à Idade Média. Aquilo que, hoje, chamamos de assistência social privada tem sua gênese histórica nas práticas de caridade promovidas pela Igreja católica. Durante a Idade Média, a Igreja fundou os hospitais e mosteiros cristãos que funcionaram como as primeiras instituições destinadas promover auxílio material e espiritual a pobres e doentes. Antes disso, durante a Antiguidade, o valor da caridade cristã só inspirou práticas endógenas de assistência, isto é, formas de assistência mútua que vigoravam apenas entre membros de uma mesma comunidade cristã. Com o fim do Império Romano e as sucessivas epidemias e guerras que varreram o continente europeu, as práticas de assistência motivadas pelo valor da caridade cristã foram gradualmente estendidas a outros grupos e pessoas, incluindo pagãos. Assim, no decurso da Idade Média, bispos, diáconos e monges passaram a se especializar na função de organizar o exercício da caridade prestada pela Igreja, seja nas práticas da esmola ou na administração dos hospitais e mosteiros. Os hospitais ofereciam assistência médica, mas também serviços de hospedaria para viajantes, orfanatos para crianças abandonadas e asilos para inválidos e velhos. Quanto aos mosteiros, instituições cuja variante cristã ocidental fora instituída pelo Pontificado de Bento I (575-579), além dos tradicionais serviços dos hospitais das cidades, muitos ofereciam ainda escolas e recolhimento para mulheres solitárias (Mesgravis, 1976; Neyron, 1927).

Paralelamente ao trabalho dos hospitais e mosteiros, existiam outras práticas de assistência social direcionada aos pobres e doentes na Idade Média. Essas práticas compreendiam iniciativas individuais e coletivas tanto de elites preocupadas com ameaça da pobreza (De Swaan, 1988), quanto de alguns nobres ou mesmo plebeus motivados por crenças religiosas (Mesgravis, 1976). Além disso, no campo, havia também as iniciativas isoladas e esporádicas de religiosos, iniciativas que eventualmente se institucionalizavam. Na França, por exemplo, já no fim da Antiguidade, o bispo Martinho de Tours (Saint Martin de tours), iniciou um movimento

para catequizar camponeses e estimular o desenvolvimento da caridade no nível local. Esse movimento inspirou o surgimento das primeiras paróquias rurais, atraindo religiosos que faziam voto de pobreza e tinham na caridade um modo de vida. A vida de Martinho de Tours no século IV é considerada como uma espécie de mito-fundador dessas práticas. Piedade, pobreza e penitência foram ideais perseguidos por Saint Martin de Tours e fizeram dele um personagem importante na popularização da caridade cristã no mundo ocidental (Gervaise, 2010; Guillot, 2008; Sévère, 2003).

O mundo medieval ocidental tinha na Igreja a principal fonte de legitimação da ordem social. Nessas condições, um dos princípios fundamentais do cristianismo, o valor da caridade, ocupava uma posição central na organização social, seja no plano das instituições ou das práticas cotidianas. A consagração da Igreja como pedra fundamental na construção da ordem social implicou na multiplicação das práticas e instituições de caridade cristã a partir do século V. Foi apenas entre os séculos X e XI que a promoção de assistência social a mendigos, enfermos, órfãos e inválidos deixou de ser uma prerrogativa exclusiva da Igreja. O processo de expansão marítimo-comercial, a urbanização e o surto demográfico durante a baixa Idade Média foram condições que levaram a nobreza a criar em seus feudos hospitais, asilos, albergues e leprosários. Alguns nobres se encarregavam eles próprios da administração dessas instituições, enquanto outros delegavam esta tarefa às várias ordens hospitalares criadas durante e após as Cruzadas. Essas ordens hospitalares tinham o objetivo de gerenciar as instituições cristãs de promoção de assistência social (Correia, 1999).

O período que se estende entre os séculos XII e XIII representou um grande marco no desenvolvimento das instituições cristãs de promoção de assistência social, quando segmentos burgueses começaram a se envolver no gerenciamento dessas instituições, aumentando assim a participação dos leigos católicos, isto é, cristãos que não pertencem ao Clero. Os leigos² são personagens centrais do processo histórico analisado neste estudo. O laicato sempre foi um dos pilares mais sólidos da base de sustentação da Igreja católica. No período em questão, além de reforçar os laços com os leigos para fortalecer suas posições no movimento das Cruzadas, a Igreja estava cada vez mais relacionada e dependente das atividades leigas também no universo eclesial. Um

² A etimologia da palavra leigo remonta ao grego *Laos theon*, traduzido como “povo de Deus”.

exemplo emblemático era a rede de dependências sociais que configurava os mosteiros. Independente de seu tamanho, nenhum mosteiro poderia ser fundado sem uma doação de terra e de recursos financeiros, que eram geralmente provenientes de diversas fontes, tanto eclesiásticas quanto leigas (Russel-Wood, 1981; Veilleux, 1968). A profusão de ordens mendicantes sob o pontificado de Inocêncio III (1198-1216) também é um atestado da importância crescente dos leigos para a Igreja nessa época, pois tornava possível fazerem parte da ordem religiosa mediante o voto de pobreza e a prática da caridade.

Havia ainda outras formas de se praticar assistência social sem pertencer às elites religiosas e seculares, como os trabalhadores artesãos de uma mesma corporação de ofício que criavam associações profissionais de suporte mútuo para os membros dessa corporação. Outro modelo de instituição bastante comum nessa época era a confraria, uma organização burguesa e urbana que aglutinava homens e mulheres ansiosos por praticar formas de caridade que fossem além do mutualismo fechado das corporações (Russel-Wood, 1981). A experiência das confrarias engendrou o processo de especialização dos serviços prestados pelas instituições de promoção de assistência social. Tornou-se cada vez mais comum o funcionamento de instituições que proviam serviços específicos direcionados a um público alvo determinado. A ordem de Santo Antônio constituiu um exemplo emblemático. Fundada séculos antes com o propósito de cooptar leigos para a Hierarquia eclesiástica, a Ordem de Santo Antônio funcionava no século XIII como uma instituição especializada em cuidar das vítimas do ergotismo, uma doença provocada pela ingestão de pão com centeio insalubre. Outros exemplos foram as confrarias especializadas no acompanhamento dos condenados à forca e/ou no enterro de seus corpos, como a confraria de São Giovanni Decollato de Florença. Além disso, muitas confrarias também ficaram conhecidas por conta dos serviços de assistência oferecidos por seus próprios hospitais (Russel-Wood, 1981).

1.2.2 O processo de laicização religiosa das práticas de assistência social

Durante os séculos XII e XIII, as instituições medievais de promoção de assistência social passaram por grandes transformações. Católicos leigos pertencentes à burguesia emergente passaram a disputar com o Clero e a nobreza as funções de comando dessas

instituições. Estava, assim, firmado o longo processo, iniciado já nos séculos X e XI, e ainda hoje em curso, de *laicização religiosa das práticas de assistência social* no mundo ocidental. A noção de laicização religiosa aponta para o horizonte dos valores cristãos que orientaram a formação do campo da assistência social no Ocidente. A tensão entre esses dois termos revela muito mais do que um simples oximoro. Sustento que a idéia de laicização religiosa reflete com relativa precisão a condição ambivalente das práticas de assistência social que se apresentam como seculares, mesmo sendo religiosamente motivadas. Esse fenômeno já estava presente na Idade Média, com o ativismo dos *leigos cristãos*, pessoas que assumem uma vinculação pessoal com o cristianismo, mas que refutavam votos e prescrições religiosas nas atividades públicas que desempenham em prol dos outros. Uma característica importante e duradoura (até hoje presente) nesse tipo de engajamento é a relação tensa que as pessoas travam com valores religiosos e laicos, muitas vezes apresentando como secular aquilo no nível pessoal é vivenciado como religioso. Essa característica será mais explorada na segunda parte deste estudo. Por enquanto, cumpre salientar as componentes macro sociológicas do desenvolvimento do processo de laicização religiosa no mundo ocidental, isto é, abordar o tema da evolução histórica da organização dos leigos católicos na promoção de assistência social laica.

Além da entrada dos leigos e da especialização no domínio de atuação, outra condição histórica importante para o processo de laicização-religiosa da assistência social no ocidente aconteceu um pouco mais tarde, nos séculos XIV e XV, com a centralização do poder do Estado. Nessa época, as relações de poder que garantiam o equilíbrio tenso entre Igreja, Estado e sociedade na promoção de assistência social passaram a tender para o lado do Estado. Durante toda a Antiguidade e na maior parte da Idade Média, a Igreja exerceu uma posição soberana no controle dessas instituições. Entretanto, nos séculos seguintes, o sucesso do Absolutismo na Europa consolidou a posição do Estado como novo princípio organizador da vida social, deslocando a Igreja para uma posição secundária, ainda que importante na legitimação da ordem social. Dito de outro modo, se até então a história da promoção de assistência social podia ser contada sob a ótica do desenvolvimento da Igreja, agora ela passa a se confundir cada vez mais com a história de formação dos Estados nacionais. Assim, a fim de prosseguir essa recapitulação macro histórica, passamos agora a seguir o curso do tempo e dos eventos que sucedem o século XV através de um corte nacional-português para então chegar ao

desenvolvimento brasileiro. Entretanto, embora mude o corte interpretativo, o objeto da análise permanece o mesmo: as relações de poder entre Igreja, Estado e sociedade na promoção da assistência social.

Após ter passado por um cenário de muita fome, pestes e guerras no século XIV, Portugal no século XV estava repleto de hospitais, leprosários e irmandades de caridade. Inevitavelmente, começou a haver uma superposição de atividades assistenciais, o que muitas vezes indicava a necessidade de uma política oficial de promoção da caridade. O primeiro passo dado nessa direção ocorreu em 1479, quando o príncipe D. João interpelou o Vaticano e obteve uma bula papal autorizando a fusão de todos os pequenos hospitais, asilos e albergues de Lisboa em um único edifício, administrado pela Coroa (Russel-Wood, 1981; Mesgravis, 1976). Certamente, não se tratava ainda de uma obrigação social do Estado, o que só viria acontecer mais tarde a partir do século XIX, mas pavimentava o caminho nessa direção. Os séculos XV e XVI foram, portanto, decisivos para evolução histórica da promoção de assistência social, pois introduziram um novo ator, o Estado. Progressivamente durante esse período, as ordens monásticas passaram disputar com a corte a fundação de hospitais, albergarias e leprosários (Russel-Wood, 1981).

A principal característica do Estado como comunidade política é o fato dele monopolizar o sentido legítimo das ações, seja no âmbito do Direito, na política, na economia, na linguagem, etc. Contudo, o fato de um Estado monopolizar o sentido *legítimo* da ação não quer dizer que não haja outros sentidos em disputa nas interações sociais. Para tornar legítima sua posição de autoridade, o Estado deve reconhecer e também legitimar os vários sentidos que competem entre si na estruturação de uma determinada realidade social. Embora o Estado detenha a prerrogativa de definir uma política *oficial* de assistência social, por exemplo, isso não impede que outras pessoas e instituições ofereçam os mesmos serviços (pagos ou gratuitos) à população. Muitas vezes, essa linha tênue entre a iniciativa pública e a iniciativa privada na promoção de assistência social é equacionada à distinção entre as noções de assistência e assistencialismo, a primeira tratando de direitos e a segunda de favores ou benemerências (Sposati, 1994).

Seja como for, ao se ocupar com a questão da assistência social, o Estado português consolidou dois caminhos possíveis para o desenvolvimento da laicização religiosa da assistência social. Por um lado, a promoção de assistência social como reflexo da evolução dos *direitos civis* no território do Estado, por outro, a promoção de assistência social como *obra voluntária* de indivíduos ou instituições que não estão filiados às arenas do Estado. Em ambas as direções, especialmente na segunda, o valor da caridade cristã exerceu um efeito determinante no curso dos acontecimentos. Neste estudo, deixamos de lado o primeiro desenvolvimento, o que nos conduziria a uma genealogia do *Welfare State*³, para abraçar a segunda direção tomada pela laicização religiosa, isto é, a direção não-estatal. Certamente, apesar de se tratar de percursos distintos, existem inúmeras amalgamas, cooperações e conflitos entre os dois caminhos. Aliás, no plano empírico dos acontecimentos históricos, esses caminhos sempre estiveram inextricavelmente associados, como atestaria já no século XV o sistema de padroado⁴.

1.2.3 A Santa Casa da Misericórdia

Outra grande transformação que aconteceu durante o século XVI diz respeito à percepção social da própria idéia de pobreza, uma mudança que acabou interferindo também nos rumos do processo geral de laicização-religiosa da assistência social no ocidente. A áurea religiosa que até então justificava as funções sociais dos pobres (como trabalhadores ou soldados) foi sendo substituída pela percepção de uma ameaça à ordem social, uma transformação decorrente dos fenômenos correlatos do superpovoamento das cidades e do crescimento das massas de miseráveis (Geremek, 1991; De Swaan, 1988). Esse cenário foi favorável à proliferação de novas ordens religiosas ocupadas com o problema da pobreza, que se juntaram aos já tradicionais beneditinos, franciscanos e carmelitas. Dentre essas novas ordens religiosas, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia foi a principal instituição de promoção de assistência social entre os séculos XVI e XIX, em Portugal e no Brasil.

³ Sobre esse desenvolvimento, Abram de Swaan (1988).

⁴ No sistema do padroado, que vigorou no Brasil até o fim Império, o Vaticano concedia à Coroa portuguesa o direito de controlar as instituições da Igreja nos territórios conquistados, um equilíbrio de forças que era conveniente a ambos os lados. O Estado se encarregava de erguer Igrejas, nomear e remunerar o Clero em seus territórios. Assim, o Estado controlava uma instituição importante para legitimar seu poder diante das sociedades emergentes ao mesmo tempo em que propiciava à Igreja a possibilidade de aumentar seu contingente de fiéis.

A primeira Misericórdia foi fundada em 1498, em Lisboa. Pouco tempo depois, as Misericórdias já estavam espalhadas por todo império português, chegando ao Brasil já em 1549. O Estado português delegava a essas instituições a tarefa de promover assistência social nos três continentes do Império. Por sua vez, além da conquista de novos fiéis, essa prerrogativa permitia à Igreja impulsionar a retomada de influência sobre a sociedade metropolitana, um objetivo premente no cenário da Contra-Reforma. Em geral, as Misericórdias trabalhavam sobre a égide da caridade cristã para oferecer assistência a mendigos, doentes, além das crianças órfãs ou filhas bastardas que eram abandonadas na “roda dos expostos⁵”. Além da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, outra instituição que exerceu grande influência sobre as práticas de assistência social a partir do século XVI foi a Companhia de Jesus. Fundada em 1534 com o objetivo de prestar assistência hospitalar e desenvolver atividades missionárias, a Companhia de Jesus também se espalhou rapidamente por todo o vasto território do Império Português, chegando ao Brasil junto com a Santa Casa da Misericórdia, em 1549.

As relações de cooperação entre Estado e Igreja que vigoravam no território europeu nortearam o desenvolvimento da promoção de assistência social durante toda a colonização portuguesa no Brasil. A presença das instituições da Santa Casa de Misericórdia no território colonial é um reflexo dessa influência. Os hospitais e os serviços de auxílio material prestados pelas Misericórdias serviram como modelos para o desenvolvimento da assistência social que mais tarde viria a ser prestada pelo Estado – isso aconteceu não apenas no Brasil, mas em todas as cidades onde elas foram implantadas (Mestriner, 2011; Siqueira, 2009; Russel-Wood, 1981). Essas instituições eram patrocinadas pela Corte e selecionavam seus membros dentre as pessoas de elevada posição social, como aristocratas detentores de terras, alguns comerciantes e artesãos proeminentes, capitães-mores, vice-reis, governadores, ministros de Estado e dignatários da Igreja (Campos, 1943; Santa Casa da Misericórdia, 1952; 1880). Cada Santa Casa da Misericórdia era governada por um provedor eleito, cuja principal tarefa era zelar pelo cumprimento das funções locais dessas instituições, mesmo que por vezes

⁵ Artefato de madeira embutido no muro de hospitais e irmandades religiosas, que funcionava como um mecanismo que permitia às pessoas abandonarem crianças dentro dessas instituições sem precisar revelar a identidade. O abandono de filhos bastardos era um problema bastante comum em Portugal desde a Idade Média até o início do século XX (Venâncio, 1999; Marcílio, 1998).

isso os colocasse em oposição a autoridades civis ou seculares (Russel-Wood, 1981: 16). Além dos serviços materiais de assistência social, como oferecimento de refeições, de tratamento ambulatorial e de caixão para sepultamento de pobres, as instituições religiosas a quem o Estado havia delegado a tarefa de promover assistência social também se ocupavam com a promoção de assistência espiritual, o que quase sempre significou difundir entre os pobres os valores do catolicismo. No decurso dos séculos XVI e XVII, outras instituições foram fundadas na colônia seguindo o modelo das Misericórdias, como o Convento de São Bento (1598), a Venerável Ordem de Nossa Senhora do Carmo (1594), a Ordem dos Frades Menores Franciscanos (1640) e o Recolhimento de Santa Tereza (1685) (Mestriner, 2011).

1.2.4 Cooperação e conflito entre Estado e Igreja no Brasil

As relações de cooperação e conflito entre Igreja e Estado em matéria de promoção de assistência social durante o período de colonização refletia as tensões existentes no âmbito das relações de poder entre essas duas instituições. O Estado interferia nos assuntos internos da Igreja, incluindo aí a direção das instituições de caridade, o que acabou conferindo contornos cada vez mais definitivos ao processo de laicização-religiosa da assistência social no Brasil. Por sua vez, a submissão ao Estado também era vantajosa à Igreja, pois tornava possível aumentar consideravelmente seu número de fiéis. Esse equilíbrio de interesses entre Igreja e Estado foi estendido para além do período colonial e vigorou também no período imperial. Com a Independência, o padroado no Brasil foi transferido para D. Pedro I, mantendo assim a aliança entre trono e altar que vigorava na colônia. A constituição de 1824 estabeleceu o catolicismo como religião oficial do Império. Além do direito ao padroado, que lhe permitia indicar os ocupantes dos principais cargos eclesiásticos, o Imperador detinha também o direito ao beneplácito, que consistia no poder de aceitar ou recusar o cumprimento das bulas papais no território nacional. (Souza, 2002; Lima, 1979; Bruneau, 1974). Após 1824, todos os sacerdotes católicos passaram a ser funcionários do Imperador.

Assim, no Império, a balança de poder entre Estado e Igreja passa a pender ainda mais para o primeiro. Comparativamente ao período colonial, as relações da Igreja brasileira com o Estado eram muito mais de subordinação do que cooperação. Todas as relações

da Igreja com o Vaticano, ou vice-versa, eram intermediadas pelo Estado (Salem, 1982; Iglésias, 1971). Neste cenário, as tensões entre o Episcopado nacional e a Corte Imperial foram se intensificando até culminar no evento conhecido como “Questão Religiosa”. O combate à maçonaria iniciado pela Igreja durante o Concílio Vaticano I (1869-1870) foi o pano de fundo da Questão Religiosa e do estremecimento das relações entre Estado e Igreja no Brasil. Em 1872, o bispo do Pará, Antônio de Macedo, e o bispo de Olinda, Vital Maria, foram repreendidos, e posteriormente presos, pelo Imperador porque se mobilizavam com o intuito de fazer valer as diretrizes pontifícias punindo padres católicos ligados à maçonaria, o que representava um desafio ao monopólio do Estado na nomeação e punição dos quadros eclesiásticos da Igreja no Brasil. Entre os historiadores, o evento da Questão Religiosa é um divisor de águas na história das relações entre Estado e Igreja no Brasil. Essa crise re-aproximou o Episcopado nacional com o Vaticano e abriu caminho para a separação entre Igreja e Estado na Proclamação da República (1889).

Com a constituição republicana de 1891, o Padroado no Brasil é extinto e o Estado deixa de ter uma religião oficial. Após essa separação, a Igreja passa a se dedicar a retomar a influência cultural e política que exercera na sociedade brasileira durante o período colonial. Em 1889, em um país com 14 milhões de habitantes, a Igreja Católica no Brasil contava apenas com 700 padres, 12 dioceses, 13 bispos e 4 seminários (Lima, 1979: 15). Após a Proclamação da República, portanto, o principal objetivo da Igreja era fincar novas e revigoradas raízes na sociedade brasileira. Em um primeiro momento, foi consolidada uma tendência descentralizadora do poder eclesiástico. Apesar da separação com o Estado, a Igreja manteve suas relações com as elites locais que representavam o poder oligárquico (Miceli, 2009). A Igreja visava retomar o posto de religião oficial do Brasil, mas dessa vez preservando sua autonomia diante do Estado, o que não aconteceu durante o Império. Para isso, a relação com o Vaticano foi fortalecida, fomentando uma europeização do episcopado nacional. Muitos sacerdotes europeus desembarcaram no Brasil para ocupar os vários postos eclesiásticos então abertos. As características especificamente nacionais que foram, ainda que precariamente, imprimidas à Hierarquia católica no Brasil durante o Império foram substituídas por recursos materiais e humanos importados da Igreja européia (ib.: 16 - 20)

A despeito das tensões políticas que marcavam as relações entre Estado e a Igreja durante o Império, as instituições leigas de promoção de assistência social floresceram intensamente no último quarto do século XIX. A Sociedade Propagadora de Instrução Popular (1873), a Associação Protetora da criança desvalida (1874), o Liceu de Artes e Ofícios (1882), o Asylo das Meninas Orphãs Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga (1885) e o Liceu Sagrado Coração de Jesus (1885), são alguns exemplos (Mestriner, 2011: 42-43). Essas organizações continuaram a se multiplicar nos primeiros anos da República, entretanto, deixaram de ser financiadas pelo Estado e passaram a ter seu orçamento atrelado unicamente aos cofres da Igreja. Surgiram nessa época as primeiras associações benfeitoras e filantrópicas no Brasil, muitas delas herdeiras do ideal iluminista de filantropia. Seja na Europa do Século XVIII ou no Brasil do século XIX, o ideal iluminista da filantropia como contraponto laico da caridade (Duprat, 1996) nunca foi plenamente realizado no curso da história. As articulações variáveis entre Estado, sociedade e Igreja tornaram turvas as distinções entre laico e religioso, dando origem ao que aqui é chamado de processo de laicização religiosa da assistência social.

1.2.5 Ação Católica e militância religiosa

Durante as primeiras décadas do século XX, o Vaticano instituiu uma guinada radical em direção aos leigos, um movimento que ficou popularmente conhecido como *Ação Católica ou apostolado dos leigos* (Bourgois, 1995). Embora Leão XIII (Pontífice entre 1878 e 1903) tenha sido o primeiro a falar em “ação católica” se referindo à articulação de leigos católicos, foi Pio X (Pontífice entre 1903 e 1914) quem primeiro institucionalizou o termo em sua encíclica *il fermo proposito*, em 1905. Entretanto, o momento mais importante da fundação da Ação Católica aconteceu mesmo no Pontificado de Pio XI (1922 a 1939), quando foi enfatizado o objetivo de reforçar a presença da Igreja entre as massas trabalhadoras, cada vez mais atraídas pelas diversas ideologias da época (Lenzenweger et al., 2006; Pierrard, 1988, Dale, 1985). No Brasil, o cenário era parecido. Por um lado, a efervescência ideológica e as agitações sociais que marcaram as décadas de 10 e 20 através de eventos como as greves operárias, as rebeliões civis e militares e a semana de arte moderna. Por outro lado, uma Igreja que conseguiu se emancipar do Estado à custa da perda do posto de religião oficial e que procura, agora, recuperar sua influência na sociedade. Para isso, tratou logo de ampliar

sua base social, antes circunscrita às elites agrárias, mas logo estendida às classes médias. A profusão de organizações leigas durante toda a primeira metade do século XX fortaleceu a presença das classes médias na Igreja, em conformidade com as diretrizes pontifícies da Ação Católica.

O marco inicial da Ação Católica no Brasil ocorreu já em 1916, por ocasião da *carta pastoral* de D. Sebastião Leme, então arcebispo da diocese de Olinda e Recife. Esse documento lança os principais fundamentos que vão erigir o movimento nos anos seguintes, como, por exemplo, o reforço das relações entre leigos e Hierarquia eclesiástica e também a defesa do ensino religioso, que havia sido suprimido pela Constituição de 1891 (Cavalheiro, 1983, Salem, 1982). Nos anos 20, os católicos começaram a abordar o tema da educação como principal meio para retomar as rédeas da história e voltar a influenciar a vida política do país (Schwartzman, 1986). Os dois principais instrumentos de promoção da Ação Católica no Brasil foram a Revista *A Ordem* (fundada em 1921) e o *Centro D. Vital* (fundado em 1922), respectivamente, os núcleos ideológico e institucional do movimento. Ambos tinham o objetivo premente de arregimentar intelectuais na luta pela retomada da influência católica na vida política e social brasileira. Progressivamente, alguns intelectuais foram se articulando em torno dos estudos e publicações organizados pelo Centro e pela revista, nomes como Cornélio Pena, Durval de Moraes, Hamilton Nogueira, Jorge de Lima, Lucio Cardoso, Murilo Mendes, Octavio de Faria e Perillo Gomes (Pinheiro Filho, 2007; Salem, 1982).

As principais referências intelectuais da implantação da Ação Católica no Brasil foram os ideólogos da *Action Française*, um movimento católico reacionário que visava a restauração do regime monárquico na França⁶. Nesse sentido, a gênese do catolicismo militante dos anos 20 no Brasil foi motivada por interesses conservadores, como a defesa da ordem religiosa, da educação religiosa e da autoridade eclesiástica (Schwartzman, 1986). Além de D. Leme, que buscou negociar com as elites políticas e intelectuais a defesa dos interesses da Igreja, outro nome importante para a consolidação da Ação Católica no Brasil foi Jackson de Figueiredo, fundador e primeiro presidente do Centro D. Vital. Essas duas lideranças lançaram as bases do engajamento de intelectuais católicos na vida pública. Através do Centro D. Vital, pela primeira vez na

⁶ Alguns dos principais expoentes desse movimento foram Charles Maurras, Léon Daudet e Maurice Pujo.

história do país, leigos e sacerdotes católicos se uniam em busca de objetivos comuns, como aconteceu na campanha em prol das “emendas católicas⁷”.

No plano da assistência social, os católicos passaram a dividir terreno com as instituições filantrópicas que não possuíam motivações religiosas explícitas, como a Fundação Oswaldo Cruz (1922), a Fundação Guaffrée e Guinle (1923), a Fundação Liga Brasileira Contra a Tuberculose (1925), dentre outras (Nascimento, 2001). Essas instituições muitas vezes interagiam, com as tradicionais instituições leigas da Igreja católica. Havia também as primeiras organizações governamentais ocupadas com assistência social, como o Serviço de Obras Sociais do Distrito Federal e o Departamento Nacional de Saúde Pública (1920), o que ampliava e diversificava ainda mais os serviços de assistência social no Brasil. Públicas ou privadas, católicas ou laicas, essas organizações compunham um quadro ideológico e institucional bastante heterogêneo, mas que focavam os mesmos objetivos de promover assistência social a pobres e doentes.

A partir dos anos 30, as relações entre o Estado populista de Vargas e a Igreja voltaram a se alinhar sob uma perspectiva de cooperação que interessava a ambas as partes. *Grosso modo*, um via no outro uma possibilidade privilegiada de acesso às massas. Novamente, estava restabelecida a balança de poder que equilibrava interesses distintos dentro de um mesmo arranjo de relações políticas, neste caso, o Estado novo (Souza, 2002; Schwartzman, 1986). Essa nova configuração das relações de poder entre Estado e Igreja repercutiu no perfil ideológico do Centro D. Vital, especialmente durante o período da presidência de Alceu Amoroso Lima (1928-1945), que sucedeu Jackson de Figueiredo. Diferentemente de seu antecessor, Alceu Amoroso Lima afastou o Centro da política partidária e da Idéia de fundar um partido católico e passou a visar exclusivamente o objetivo de converter e mobilizar os intelectuais e, por conseguinte, a classe média. Entre 1930 e 1935, o Centro D. Vital se desdobra em uma série de outras organizações leigas de militância católica voltadas, sobretudo, para a educação religiosa (Salem, 1987: 11). D. Sebastião Leme, agora já cardeal do Rio de Janeiro, persistia no

⁷ Durante o período de revisão constitucional do governo de Arthur Bernardes, a revista A Ordem e o Centro Dom Vital realizaram uma grande campanha pela introdução de um conjunto de emendas relacionadas à introdução do ensino religioso optativo em escolas públicas e o reconhecimento formal da maioria católica do país. Entretanto, a campanha fracassou, as emendas não foram incorporadas (Salem, 1982).

diálogo direto com as diversas partes do pacto populista a fim de firmar um papel mais ativo da Igreja na direção dos rumos do país. A educação leiga implantada nas escolas públicas republicanas era considerada uma afronta à maioria católica, o que fez da educação religiosa sua principal bandeira no fim da República Velha e início da era Vargas. Neste sentido, a Constituição de 1934 sinalizou uma importante conquista da militância católica ao re-incorporar o ensino religioso nas escolas públicas.

Diante do novo contexto de relações entre Estado e Igreja que vinha tomando forma desde o primeiro governo Vargas, as instituições leigas de promoção de assistência social voltaram a ter no Estado um parceiro importante. O Estado foi assumindo a tarefa de promover bem estar e suprir as necessidades básicas da população, sempre em estreita colaboração com organizações privadas, a maioria delas religiosa. Em 1935, foi regulamentado o “certificado de utilidade pública”, instrumento legal que formalizava a transferência de recursos públicos para instituições privadas de promoção de assistência. Em 1938, já na ditadura do Estado Novo, o governo Vargas instituiu o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Inspirado no *Office Général de l'Assistance* francês, o CNSS era um órgão nacional de controle das instituições públicas e privadas de promoção de assistência social (Mestriner, 2011: 56-59). Enquanto o Estado delimitava seus espaços e instituições para promoção da assistência social, a Igreja reforçava sua legião de leigos dispostos não apenas a exercitar práticas de caridade, mas, sobretudo, a exercer um papel ativo na vida política do país.

Na década de 30, a militância católica com suas organizações leigas se encontrava solidamente estabelecida em praticamente todo território nacional. Essa militância ganhou ainda mais força quando foi oficialmente instituída a Ação Católica Brasileira, aquela que já nascia como “a mais importante organização laica da Igreja no Brasil” (ib.) Inspirada no movimento da Ação Católica Francesa, o *Mandato dos Bispos do Brasil* (1935) formalizou em estatuto os princípios fundamentais do movimento e de suas organizações no Brasil (Dale, 1985: 10, Didonet, 1942: 101). A principal tarefa da Ação Católica Brasileira durante o Estado novo foi influenciar a nova classe dirigente, a burguesia industrial e financeira, e seus aliados, as classes médias, incluindo aí os setores estudantis.

Nos anos 40, sob o Pontificado de Pio XII, a Ação Católica passou a conferir ainda mais autonomia aos leigos. Os trabalhos do cônego José Cardjin sobre o operariado cristão e do filósofo Jacques Maritain sobre a democracia cristã se tornaram referências recorrentes entre aqueles engajados na Ação Católica Brasileira. Apesar da morte de D. Leme em 1942, novos personagens como D. Helder Câmara e D. Távora (padre José Távora) conduziram o movimento a uma aproximação com os segmentos organizados da sociedade, como os operários e os estudantes. Em 1942, em São Paulo, uma missão conduzida por padres canadenses inspirados por esse movimento fundou a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), três organizações que, como veremos adiante, entrariam definitivamente na história do país nos anos subsequentes (Cavalheiro, 1983: 17-18).

1.2.6 Estado, Igreja e sociedade no Brasil

Se levarmos em consideração o longo período entre a colonização e o Estado novo, é possível identificar tendências e processos de longa duração que orientaram as relações entre Estado, Igreja e sociedade no Brasil. Em cada época histórica, o arranjo de poder distribuído entre essas três forças sociais oscilou ao sabor dos interesses dos atores e das contingências da história. Na colonização, a Igreja e o Estado celebravam um projeto missionário de parceria que atendia a interesses de ambas as partes: a legitimação da ordem e a conquista de novas almas. Esse projeto perdurou até a segunda metade do século XVIII, época das reformas pombalinas na administração do império português, quando surgiram os primeiros conflitos entre a religião e o despotismo esclarecido português. Com o advento da Independência e a transformação do Brasil em Império, o Estado reduziu ao máximo a influência da Igreja sobre a sociedade e passou a controlá-la diretamente. Com o fim do Império, a primeira Constituição Republicana (1891) instaura a separação entre Estado e Igreja. O Brasil é declarado um Estado republicano e laico.

Ao longo do período republicano, as relações entre Estado e Igreja foram progressivamente se reequilibrando. A Igreja começava a recuperar a influência perdida desde o Império. Ao ampliar sua base social e garantir presença em todas as camadas sociais do Brasil, a Igreja avançava a passos largos no seu projeto de recuperação de

prestígio. Se, inicialmente, na primeira década após o fim do Império, a tarefa principal foi manter sua base social nas elites, ao longo das três primeiras décadas do século XX a Igreja passou a incorporar também as classes médias e intelectuais. Uma consequência não intencional desse processo se revelaria pouco tempo depois, quando setores da classe média católica conduziram uma aproximação da Igreja com as classes populares no fim da década de 40 e durante toda a década de 50, lançando novas direções ao velho processo de laicização religiosa da assistência social. Como será visto adiante, o ápice desse processo ocorreu durante as décadas de 60 e 70, quando esse segmento da classe média católica optou por radicalizar o engajamento político e romper formalmente com a autoridade eclesiástica para formar uma frente independente de atuação. Essa opção repercutiu diretamente no âmbito das instituições de assistência com o aparecimento de novas organizações leigas, dessa vez localizadas “fora” da Igreja, mesmo tendo sido muitas vezes originadas “dentro” dela própria. No campo da assistência social, começava a tomar forma a primeira grande transformação histórica de contribuição decisiva para a formação, alguns anos mais tarde, das modernas organizações não governamentais no Brasil.

1.3 A relação com os movimentos sociais: militância política e justiça social (1^a transformação)

1.3.1 A militância católica no Brasil: parcerias com o movimento operário urbano e com os sindicatos rurais

A década de 1950 constitui um marco importante no longo processo de laicização religiosa da assistência social, quando as diretrizes até então conservadoras da militância católica cederam lugar a um conjunto de ideais progressistas que aproximava de vez a Igreja e as camadas populares. Foi nessa época que o humanismo cristão francês fincou raízes no pensamento social cristão e passou a orientar um segmento importante da militância católica. Na França, teólogos como Emmanuel Mounier, Henri de Lubac e Yves Congar re-significaram as contribuições de Cardjin e Maritain para destacar a idéia de uma missão social da Igreja e dos cristãos (Paiva, 2003: 167-168). O impacto desse humanismo cristão no Brasil ressaltou ainda mais o compromisso político dos cristãos leigos e também do grupo de sacerdotes progressistas que se consolidava dentro do episcopado nacional através da liderança de D. Helder Câmara e D. José Távora.

Na Igreja do Brasil e em Roma, o conservadorismo político dos anos 30 ficava cada vez mais para trás. A militância católica abandonava a tradicional defesa do *status quo* da sociedade para aderir à crítica da estrutura social (Lima, 1979). Os católicos passaram a travar um intenso debate sobre a noção de “ideal histórico concreto” e sobre o método “ver, julgar e agir”, uma idéia do padre Cardjin que foi ressignificada pelos militantes católicos brasileiros. Esse debate reiterava o compromisso dos leigos com a transformação da realidade social (Paiva, 2003; Ridenti, 2002, Souza, 1984). Já em 1950, durante o evento da sua IV Semana Nacional, seguindo as orientações de Roma, a Ação Católica Brasileira decide especializar os vários ramos do apostolado segundo o meio social de sua influência. Surgia, assim, a Juventude Agrária Católica (JAC) para o meio rural, a Juventude Estudantil Católica (JEC) para o meio estudantil secundarista, a Juventude Independente Católica (JIC) para o chamado meio independente, a Juventude Operária Católica (JOC) para o meio operário, a Juventude Universitária Católica (JUC)

para o meio universitário, a Ação Católica Operária (ACO) e a Ação Católica Independente (ACI) (Libânio, 2000; Semeraro, 1994).

No mesmo compasso das alterações do poder político a nível nacional (a centralização decorrente do Estado Novo), a Igreja no Brasil passou a investir esforços para centralizar o poder eclesiástico que havia sido dispersado no contexto político da República Velha. Contudo, a tendência à centralização do poder eclesiástico não encobriu a grande divergência de interesses que vigorava no interior da instituição. O exemplo da fundação Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952 foi revelador dessas disputas. Apesar de ser uma instituição de representatividade nacional, até hoje uma das mais influentes no universo católico brasileiro, a CNBB inicialmente não foi representativa da maioria conservadora do episcopado nacional, pois a maior parte de seus fundadores eram sacerdotes ligados à Ação Católica Brasileira (Della Cava, 1979). Era forte a oposição entre progressistas e conservadores, mas também existiam cisões no interior de cada grupo. Os progressistas, por exemplo, estavam divididos entre reformistas e revolucionários (Lima, 1979). Contudo, a despeito de todas as divergências internas, a Igreja encontrava-se relativamente unida no objetivo de interagir com a realidade social e incentivar o engajamento social e político dos leigos católicos. Contrariamente à concepção tradicional de “religião fora do mundo”, tinha início uma nova fase de desenvolvimento do catolicismo, cada vez mais relacionado com as questões mundanas (Paiva, 2003).

No contexto brasileiro, os católicos leigos já vinham exercitando um engajamento com os problemas mundanos desde o início do século através das organizações que promoviam serviços de educação popular a segmentos pobres nas zonas urbana e rural. As transformações da década de 1950 intensificaram ainda mais esse engajamento na medida em que as organizações se especializaram no tema da educação popular e passaram a interagir com os movimentos sociais populares urbanos e rurais (o movimento operário urbano e os sindicatos rurais). A proximidade com esses movimentos sociais reflete a preocupação crescente das organizações leigas com a questão da desigualdade entre as classes sociais, quando elas passam a ostentar uma conotação política cada vez mais evidente⁸. Assim, os valores tradicionais da

⁸ Além disso, muitas vezes a articulação política foi uma condição necessária para a própria expansão da Igreja. O trabalho social, missionário e de formação de novos quadros desenvolvido pelas pastorais, por

evangelização e da caridade cristã foram confrontados aos recém-incorporados valores de justiça social e da militância política.

O efeito não programado dessa imersão dos leigos católicos nos movimentos sociais seria revelado já durante as décadas de 1960 e 1970, quando alguns grupos começaram a minimizar suas componentes apostólicas para reforçar os aspectos profissionais e políticos de seu ativismo (Semeraro, 1994; Lima, 1979). Progressivamente, o ideal da justiça social foi adquirindo centralidade na luta da militância católica, e muitas vezes isso implicou em um confronto com o ideal de caridade cristã que até pouco tempo vigorava hegemônico no terreno das motivações católicas para a prática de assistência social. Assim, a proximidade com o tema da justiça social acabou re-significando as motivações pessoais que conferiam sentido à militância leiga católica. O florescer de uma nova consciência política acabou conduzindo grande parte desses militantes ao afastamento da própria Igreja⁹. Essa guinada à esquerda foi uma consequência direta da aproximação com o movimento operário urbano e com os sindicatos rurais, que já vinham se organizando no país desde as primeiras décadas do século XX. Os dois maiores expoentes dessa transformação foram a Ação Católica Brasileira e a Juventude Universitária Católica.

O movimento da Ação Católica Brasileira (ACB) sempre teve autonomia em relação ao episcopado nacional. Mesmo os setores mais progressistas desse episcopado entravam constantemente em confronto com a ACB. Enquanto os primeiros reivindicavam escolas religiosas e criticavam o comunismo, os últimos defendiam escolas públicas e viam o comunismo como uma expressão legítima dos anseios políticos dos movimentos sociais com quem trabalhavam (Lima, 1979: 38). O mesmo antagonismo era experimentado na relação da Igreja com a Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1960, por exemplo, durante um evento em comemoração aos seus 10 anos, a JUC promoveu uma reflexão crítica sobre seu papel social. Para além das discussões religiosas e filosóficas com as quais vinham se ocupando até então, os jucistas

exemplo, começou a demandar um trabalho complementar de articulação política com as diversas forças sociais com quem dialogavam nos vários cenários políticos nacionais e locais em que elas se faziam atuantes.

⁹ Veremos na segunda parte deste estudo o exemplo revelador de Herbert de Souza, que foi a principal liderança na formação do campo das ONGs no Brasil.

decidiram assumir um papel mais ativo e militante no cenário político e social brasileiro (Ridenti, 2002; Semeraro, 1994).

No contexto externo, a Hierarquia seguia encorajando a organização e atuação social de católicos leigos, o que só contribuía para o desenvolvimento do processo de laicização religiosa da assistência social. Entre 1962 e 1965, foi realizado o Concílio Vaticano II, um dos momentos de maior revisão religiosa na história do catolicismo, quando a Igreja se aproxima ainda mais do laicato, adotando línguas nacionais nas celebrações das missas, regionalizando cultos e pregando o respeito aos diferentes tipos de catolicismo no mundo (Paiva, 2003: 172; Semeraro, 1994: 35-36). A experiência das Comunidades Eclesiais de Base retrata bem o impacto dessas transformações no cenário brasileiro. As CEBs congregavam leigos, padres e bispos na promoção de atividades de evangelização e no enfrentamento de problemas da localidade (Betto, 1981). Durante muito tempo, as CEBs ofereceram um dos poucos canais de engajamento cívico e participação abertos à população, implicando em um confronto velado com o poder militar. Havia ainda as organizações leigas vinculadas à Igreja católica que contaram com o apoio do Estado para sua fundação. Em 1961, por exemplo, a parceria entre Estado e Igreja instituiu a criação de duas organizações que muitos consideram como protótipos das primeiras ONGs: o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). A primeira levantava a bandeira da educação em massa da população brasileira e a segunda desenvolvia um trabalho de capacitação comunitária no campo. Além de consolidarem a liderança da Igreja na área de educação popular, essas organizações inauguravam um novo perfil institucional para organizações que prestam assistência e serviços a segmentos específicos da população.

1.3.2 A esquerda católica

Sustento aqui que o primeiro passo para a formação do campo das ONGs no Brasil foi dado através da iniciativa de algumas organizações leigas que optaram por se converter a ideologias de esquerda. A fundação da Ação Popular (AP), em 1962, foi uma experiência bastante representativa desse processo. Essa organização foi criada como um movimento político voltado para transformação social através da educação, dentro de uma perspectiva ideológica que acomodava o humanismo cristão e o materialismo

histórico¹⁰. A maior parte dos membros da Ação Popular era oriunda da Ação Católica Brasileira e da JUC. Assim, a AP já nasceu com uma estrutura material e organizativa solidamente implantada por essas organizações em todo território nacional (Lima, 1979: 43). A experiência da AP marcou definitivamente a história da assim chamada esquerda católica por duas razões. Primeiro, ela inaugurou uma trajetória que se tornaria comum a muitas organizações: uma origem católica sucedida por um rompimento formal com a Igreja. Progressivamente, essas organizações iam deixando para trás o humanismo cristão e elegendo o socialismo como principal motivação ideológica para ação. Outra razão do rápido sucesso da AP foi o fato de propiciar um ambiente favorável à interação intensa entre católicos e não católicos no ativismo político e, em menor escala, na promoção de assistência social à população. A AP aglutinou lideranças importantes da esquerda, nomes como, dentre outros, Herbert de Souza e Vinicius Caldeira Brant.

A experiência da AP foi, portanto, um evento bastante representativo do que classifico neste estudo como primeira grande transformação histórica na formação do campo das ONGs no Brasil. A partir de meados dos anos 1960 e durante toda década seguinte, um número crescente de organizações leigas originadas dentro da Igreja fizeram uma trajetória semelhante, isto é, se declararam independentes e passaram a adotar o valor da militância política como principal referência para ação. Durante os primeiros quinze anos da ditadura militar no Brasil, iniciada em 1964, uma parte importante da militância católica leiga foi se transformando no que, hoje, é chamado de “esquerda católica”. Em outras palavras, a consequência não programada da hiper-politização de muitos desses grupos foi o rompimento dos seus vínculos formais com a Igreja católica. O impacto dessa transformação no longo processo de laicização religiosa da assistência social no Brasil foi importante. Mesmo que fossem movidos por motivações pessoais religiosas, os militantes da esquerda católica imprimiram um novo sentido à idéia de ação social da Igreja. À caridade cristã era então oposto o ideal da militância política e seu compromisso com os setores menos favorecidos da sociedade.

A aproximação da Igreja com a esquerda não ameaçou sua pluralidade ideológica interna. A diversidade dos interesses na Igreja brasileira remonta à época do fim do Império, quando a Igreja se empenhou em alargar sua base social, que antes era

¹⁰ No terreno da educação, apesar das suas raízes católicas, a AP encampou a defesa do movimento da escola nova no debate com a defesa do episcopado pela educação religiosa.

circunscrita às elites, sendo depois estendida às classes médias para, finalmente, em meados do século XX, abarcar também as classes populares. Na razão direta dessa expansão, a Igreja passou a conviver também com a profusão dos interesses diversos, e muitas vezes contraditórios de sua base social. Setores conservadores e progressistas disputavam os espaços institucionais do catolicismo no Brasil desde as primeiras décadas do século XX. Havia, por exemplo, aqueles que defendiam o capitalismo brasileiro como caminho para o desenvolvimento, enquanto outros lutavam pela reforma agrária. Havia divergência mesmo dentro desses setores, como, por exemplo, a já mencionada disputa entre progressistas revolucionários e progressistas reformistas (Lima, 1979). Até o momento do golpe, as tensões internas na Igreja brasileira só fizeram evoluir.

Em um primeiro momento, o golpe militar de 1964 fortaleceu os setores conservadores da Igreja. Setores das Congregações Marianas, do movimento *Tradição Família e Propriedade* e algumas associações paroquiais passaram a colaborar estreitamente com o regime militar. Os conservadores católicos já vinham se organizando desde os anos 50 através de eventos como a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* em resposta ao crescimento da esquerda católica. Formalmente, a primeira reação do episcopado nacional foi dar apoio ao golpe. A cúpula da CNBB, de tendência progressista e presidida por D. Helder foi imediatamente desmantelada como prova do comprometimento episcopal nacional com os novos rumos do país. Segmentos conservadores da Igreja que estavam mais diretamente atrelados aos interesses das elites não sofreram com o golpe e preservaram sua organização. O mesmo não se pode dizer dos setores progressistas, como a JUC e a AP. A primeira estava ameaçada não apenas pelos militares, mas também pelos setores conservadores da própria Igreja (Semeraro, 1994: 194). Nessa situação, depois do golpe a JUC foi se esvaziando progressivamente até sua completa dissolução no final da década de 1960. Quanto à Ação Popular, logo após o golpe foi rapidamente desarticulada e duramente reprimida pelo poder militar. Após a violenta repressão inicial, a AP se reorganizou na clandestinidade: reafirmou a orientação socialista, fez a opção pela luta armada, caminhou do marxismo-leninista ao maoísmo até sua desarticulação total e a confluência da maioria de seus quadros em outras organizações políticas clandestinas (Ridenti, 2002: 12; Lima, 1979: 46-7).

Com a dura repressão e a consequente desmobilização que os militares imprimiram às organizações da incipiente esquerda católica (a ACB, AP, JUC, JOC, etc.), a Igreja *per se* – e não mais as organizações leigas católicas – acabou se tornando o único canal possível para a população exercer alguma forma de participação ou assistência social, especialmente através de organizações pastorais. Entretanto, mesmo que a ênfase da militância perdesse sua conotação abertamente política para se vincular a uma missão pastoral, essa mobilização também atraiu a desconfiança do governo. Os militares passaram a monitorar as atividades da Igreja, o que acabou desagradando a elite conservadora da Igreja, já contrariada com os casos de assassinatos de leigos e padres suspeitos (Lima, 1979: 54-56). Assim, logo nos primeiros anos da ditadura, o episcopado reavaliou seu posicionamento político e retirou o apoio anteriormente concedido ao regime militar.

1.3.3 A oposição entre religião e política

A experiência de militância acumulada pelos católicos leigos ao longo do século XX no Brasil foi um ingrediente decisivo para o compromisso político que a Igreja Católica Latino Americana viria a firmar com as classes populares no final da década de 1960. Em 1968, durante a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, a Igreja tornou explícita sua preocupação com o tema da justiça social, encorajando sacerdotes e católicos leigos a se posicionarem contra as desigualdades sociais. Um dos desdobramentos mais conhecidos e até hoje influente desta guinada à esquerda dentro Igreja foi a emergência da Teologia da Libertação, uma corrente teológica de forte apelo popular, que aproxima o catolicismo do marxismo e que se desenvolveu bastante na América Latina. No Brasil, os principais sacerdotes ligados à esquerda católica estavam igualmente ligados à Teologia da Libertação. Entretanto, no cenário de repressão militar, a Igreja brasileira se encontrava impedida de praticar as idéias que ela própria introduzira no episcopado latino-americano (Souza, 1984; Lima, 1979; Gutiérrez, 1971).

Durante a década de 1970, os setores progressistas dentro da Igreja conseguiram se reorganizar através do trabalho pastoral em organizações como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), as CEBs, a Pastoral da Terra, a Pastoral Operária e Pastorais das

periferias urbanas, os clubes de mães e os grupos de bairros. O trabalho dessas organizações pastorais acabou atraindo a contribuição de militantes de esquerda e gerando novas tensões entre o Estado e a Igreja. Ainda assim, em função da natureza de cada poder, a Igreja foi uma das instituições que mais pôde resistir à ingerência militar. Diferentemente do que acontecia em outras instituições, os militares não poderiam destituir o bispo progressista D. Paulo Evaristo Arns da função de arcebispo de São Paulo, tampouco nomear um interventor militar na presidência da CNBB (Betto, 1981: 20). Mais importante ainda, como já mencionado, as organizações pastorais da Igreja constituíam os únicos meios possíveis para acessar segmentos e regiões muito específicas na estrutura social brasileira, um dos poucos canais de capilaridade abertos à ação política no cenário da repressão militar (Landim, 1998: 37, Oliveira, 1999: 48-49; Lesbaupin, 1980).

Muitos autores entendem que o golpe militar representa um divisor de águas na história dos movimentos sociais no Brasil. Após esse evento, um conjunto de novas modalidades de ação coletiva tomou forma na luta da sociedade civil contra o regime militar, como, dentre outros, o movimento feminista, movimento pacifista, o movimento ecológico e o novo sindicalismo (Scherer-Warren e Krischke, 1987). De fato, o endurecimento da repressão ditatorial na década de 1970 terminou favorecendo a formação de movimentos sociais como o novo sindicalismo, as associações de bairros e os movimentos de luta pela terra, que contribuíram para a formação da sociedade civil. As organizações leigas católicas que já haviam se aproximado do marxismo passaram a colaborar com esses novos movimentos sociais. A colaboração se dava, sobretudo, em duas áreas: educação popular e assessoramento dos movimentos sociais. Como observou Landim (1998; 1993), tomadas em conjunto, não existia entre os membros dessas organizações um sentimento de pertença ou identidade institucional, apesar de desempenharem serviços semelhantes de assistência aos movimentos sociais, como assessoria técnica, avaliação e pesquisa. Ainda que desprovidos de uma identidade institucional própria, essas organizações inauguraram os primeiros contornos de um novo campo de ativismo político-social, que uma década mais tarde seria chamado de organizações não governamentais.

Em suma, a primeira grande transformação histórica que propiciou a emergência do campo das ONGs no Brasil foi a substituição de um modelo milenar de altruísmo

motivado por ideais religiosos por um modelo de altruísmo motivado por ideais eminentemente políticos. Contudo, conforme argumentado até aqui, esses dois modelos estiveram sempre inextricavelmente relacionados na experiência histórica, tanto que foi necessário operar o conceito de “laicização religiosa da assistência social” para lhes atribuir univocidade significativa. O exemplo mais evidente dessa amalgama entre religioso e secular foi o fato de organizações leigas católicas terem dirigido o processo de laicização da assistência social no ocidente católico e em suas adjacências periféricas. Essa tendência histórica se manteve dominante no Brasil até as décadas de 1960 e 1970, quando a aproximação com os movimentos sociais abriu um conjunto de novas possibilidades para a militância católica. Através dessa guinada à esquerda muitas organizações acabaram por se afastar da própria Igreja, como atestam as experiências institucionais da JUC e da ACB e a trajetória pessoal de lideranças como Betinho (objeto da segunda parte deste estudo). Seja como for, as mudanças ocorridas nas relações entre Estado, Igreja e sociedade naquele momento representaram a primeira das três etapas que marcaram a formação do campo das ONGs no Brasil. Essa etapa corresponde ao primeiro deslocamento do então emergente campo das ONGs, que nascia dentro dos círculos religiosos, mas através da política se orientava para fora e se autonomiza relativamente da Igreja.

1.3.4 Da caridade cristã à justiça social

Durante os primórdios da colonização, o processo de laicização religiosa da assistência social no Brasil esteve inevitavelmente ligado a instituições públicas ou religiosas. A partir da década de 1960, ao se firmarem dentro do campo político da sociedade civil, as instituições que romperam laços com a Igreja inauguravam um novo espaço para promoção de assistência social, um espaço relativamente independente tanto do Estado quanto da Igreja. As organizações católicas leigas das décadas de 1960 e 1970 atribuíram uma dimensão explicitamente política a práticas que até então eram eminentemente religiosas. Naquele momento histórico, a religião constituiu uma das gramáticas políticas mais importantes para a formação da sociedade civil brasileira. No plano dos valores sociais, o ideal da caridade cristã foi quase que inteiramente convertido no ideal da militância política, isto é, a atuação dos leigos católicos deixou de ser movida apenas por motivações religiosas e passou a acolher também orientações

políticas. Esse processo culminou no rompimento formal entre algumas dessas organizações e a Igreja.

O rompimento formal com a Igreja foi uma consequência da vinculação gradual dos leigos católicos com o valor da militância política, um processo que começou no seio da própria Igreja ao longo da primeira metade do século XX, mas que começou a escapar ao seu controle durante as décadas de 1950 e 1960. Os católicos que aderiram ao marxismo foram pioneiros na politização da militância católica, que deixava de ser movida apenas pelo ideal de caridade e passava a exprimir cada vez mais claramente os ideais da justiça social e do engajamento político. A aproximação de leigos católicos com ideologias de esquerda nas décadas de 1960 e 1970 atribuiu um sentido político inédito a atividades que sempre pertenceram à esfera do comportamento estritamente religioso. O envolvimento dessas pessoas com os pobres e necessitados deixou de ser motivado apenas por razões religiosas e passou a responder também a uma conscientização política, como bem retrata a popularização da Teologia da Libertação e a aproximação com os movimentos sociais. Assim, essas transformações interferiram diretamente no campo do que até aqui venho chamando de organizações de promoção de assistência social, um modelo de instituição que vinha se desenvolvendo no Brasil desde a época colonial. Estava dado, portanto, o primeiro passo em direção à formação do campo das ONGs no Brasil: a incorporação da dimensão política na prática altruísta, o que só foi possível mediante as considerações mencionadas ao longo deste capítulo. Esse foi apenas o primeiro passo, haveria ainda dois outros até a consolidação do que, hoje, é chamado de campo das ONGs no Brasil.

1.4 A identidade ONG e a emergência de novos temas (2ª transformação)

1.4.1 *O processo de redemocratização no Brasil e o fortalecimento sociedade civil*

A década de 1980 representa um marco importante na história da democracia no Brasil, quando o poder militar começou a perder força diante das pressões democráticas que vinham se intensificando desde a década anterior. No começo dos anos 1970, o cenário de crise econômica e de crescimento da inflação começou a minar a legitimidade do poder militar diante da população em geral. Já na segunda metade daquela década, setores organizados da sociedade voltaram a atuar nas arenas políticas nacionais. A criação dos Comitês Brasileiros de Anistia, a recuperação do movimento estudantil e do movimento sindical, as grandes passeatas e manifestações contra a ditadura foram alguns dos sinais mais evidentes da transição lenta, gradual e planejada em direção ao regime democrático. Embora tenha sido iniciada no final da década de 1970, essa transição tomou um impulso decisivo no início da década seguinte. Após séculos de dominação autoritária (com alguns raros e breves períodos de liberalismo e democracia), a década de 1980 foi o momento de consolidação (para alguns até de criação) da sociedade civil no Brasil. Pela primeira vez, a sociedade se organizava de modo a conseguir estabelecer um poder de contraposição ao poder do Estado. Novos atores e novas modalidades de ação se proliferavam no cenário político nacional.

Na sociologia, um retrato bastante representativo da efervescência desse momento histórico foi a centralidade conferida ao debate lançado pela teoria dos novos movimentos sociais. A maior parte da produção de conhecimento em sociologia política sobre a década de 1980 no Brasil trata do surgimento de atores sociais que revolucionaram as formas tradicionais de se fazer política. Novas formas de representação e de encaminhamento da ação política foram se tornando alternativas concretas à política tradicional dos partidos e sindicatos. Em seus primórdios, o debate sobre os novos movimentos sociais no Brasil foi marcado por uma forte conotação normativa orientada contra o Estado. Ao longo dos séculos, as relações entre Estado e sociedade foram marcadas pelo autoritarismo. O ideal republicano do Estado nação

como uma coleção de indivíduos sempre foi menos presente do que a concepção autoritária da construção do Estado como fortalecimento de uma entidade coletiva, que se estabelecia de cima pra baixo, criando obstáculos para a organização autônoma da sociedade civil (Reis, 1998; Schwartzman, 1988). Diante desta tendência histórica, a primeira tarefa colocada à sociedade civil que começava a se estruturar em meio à queda do regime militar na década de 1980 foi a de regular o próprio poder do Estado, reequilibrando suas relações com a sociedade. Nascia, assim, o embrião de uma sociedade civil autônoma, que não aceitava mais a tutela do Estado e buscava fortalecer os canais de participação da sociedade.

Essa preocupação da emergente sociedade civil no Brasil em demarcar sua independência em relação ao Estado ecoou também na produção acadêmica. A maior parte dos autores que inauguraram o debate sobre os novos movimentos sociais clamavam pelo seu virtuosismo e atribuíam a eles o papel de principal agente na dissolução do padrão autoritário de relação entre Estado e sociedade que vigorou durante séculos no Brasil. Assim, na década de 1980, muitos sociólogos dedicaram-se a analisar o potencial transformador desses novos atores políticos dentro da emergente sociedade civil que se desvincilhava do autoritarismo do Estado (Gohn, 1985; Moisés, 1982; Brant, 1981). Enquanto os movimentos sociais tradicionais (o movimento operário e os sindicatos rurais) pensavam a política a partir do tema das classes sociais, os novos movimentos sociais trouxeram à baila um conjunto de novos temas para o cotidiano das disputas políticas, como, dentre outros, direitos humanos, direito das mulheres, moradia e marginalidade urbana. Esses temas foram encampados por organizações de base que se articulavam na forma de rede e sobre as quais foram depositadas as esperanças revolucionárias antes conferidas ao proletariado. Através das lutas pelos “direitos a ter direitos”, os movimentos sociais da década de 1980 inauguraram uma nova etapa na construção da cidadania no Brasil. Os direitos das mulheres, dos negros, das minorias étnicas, dos homossexuais, dos jovens e dos idosos faziam parte do cabedal de demandas por reconhecimento cultural que ultrapassavam o âmbito estritamente econômico do reconhecimento das classes sociais. Atrelado a isso, os novos movimentos sociais acabaram contribuindo também para a redefinição do próprio sentido de representação e participação política (Gohn, 2005, 1997; Touraine, 2005; Alvarez et al, 1998; Scherer-Warren, 1993).

1.4.2 Os centros de assessoria aos movimentos sociais

Ao se articularem em redes, os (novos) movimentos sociais acabaram por estruturar um conjunto complexo de relações e interesses variados dentro de uma sociedade civil em gestação. Tal empreitada não teria sido possível sem o papel decisivo de um conjunto de instituições que não pertenciam aos movimentos sociais propriamente, mas viviam em função deles. Trata-se dos centros de assessoria aos movimentos sociais, em sua maior parte instituições herdeiras das organizações que surgiram no interior da Igreja e que depois se declararam independentes. Como Landim (1998) observou em seu estudo pioneiro, após se distanciarem da Igreja para assumir uma identidade política-militante na década de 1970, essas organizações voltaram-se quase inteiramente para a parceria com os movimentos sociais organizados. O começo dessa relação foi marcado pelas parcerias com o movimento operário urbano e com os sindicatos rurais nos projetos de educação popular. Com a transformação dos movimentos sociais, os centros de assessoria aos movimentos sociais foram se especializando em áreas tão diversas como educação, habitação e saúde. Buscavam atuar como intermediários dos movimentos sociais nas relações com o Estado, com as outras organizações da sociedade civil e com as agências internacionais de financiamento. A principal tarefa desses centros era instrumentalizar os movimentos sociais, ajudando a viabilizar seus projetos, auxiliando na captação de recursos financeiros, capacitando mão de obra especializada, intermediando trâmites administrativos na interlocução com o Estado, articulando parcerias com outras organizações, etc. Em um contexto internacional favorável às reformas neoliberais do Estado, o trabalho desses centros de assessoria alavancou uma série de canais internacionais de financiamento para a sociedade civil brasileira (Ibase, 1992), um processo que ainda seria intensificado na década seguinte.

Os centros de assessoria aos movimentos sociais representam o ponto máximo de transformação das antigas instituições leigas de promoção de assistência social. Se as instituições leigas foram os principais agentes do processo de laicização religiosa da assistência social, os centros de assessoria foram agentes fundamentais no processo de *secularização da assistência social*, isto é, na concepção da assistência social como um problema de administração pública. Um dos vértices mais importantes desse processo foi a consolidação das primeiras políticas públicas de assistência social. Contudo, a

secularização da assistência social não se deu apenas dentro do Estado, mas englobou também as práticas de assistência geridas pela sociedade. Seja no Estado ou na sociedade, o processo de secularização das práticas de assistência social não anulou o processo de laicização religiosa dessas práticas. Ambos os processos passaram a coexistir no mesmo plano histórico. O tradicional ideal da assistência aos pobres que conduziu as atividades das instituições privadas não lucrativas foi então confrontado com o ideal da assistência às organizações de base, o que implicava no reforço de práticas pedagógicas e no peso conferido às ações coletivas (Fernandes, 1994; Landim, 1993).

Além de reunir os militantes vindos da esquerda (dissidente) católica, os centros de assessoria aos movimentos sociais também ofereciam oportunidade de trabalho aos regressos do exílio político. A experiência e as relações internacionais dos exilados foi um ingrediente decisivo para o fortalecimento da sociedade civil no Brasil. Atores como, dentre muitos outros, Carlos Afonso, Jean Marc von der Weid, Marcos Arruda, Rosiska Darcy de Oliveira, Rubens Cesar Fernandes e, especialmente, Herbert de Souza (Betinho) ajudaram a consolidar os primeiros passos daquilo que em pouco tempo viria se chamar o campo das ONGs no Brasil. O contato com organizações da sociedade civil e organismos multilaterais no exterior conferiu uma experiência particular a esses agentes. Isso terminou por favorecer a consolidação de redes internacionais que conferiram suportes financeiros e operacionais para os projetos sociais da nova e revitalizada sociedade civil no Brasil (Landim, 1993; Oliveira, 1999). No início da década de 1980, os centros de assistência aos movimentos sociais foram organizações mediadoras fundamentais para a reconstrução da democracia brasileira.

1.4.3 A busca por uma identidade comum: surgimento do conceito ONG

Embora gozasse de relativa independência da Igreja, a proximidade com os movimentos sociais ainda ameaçava a autonomia institucional dessas organizações (Landim, 1998: 46-47). O propósito prioritário de suas existências era servir os movimentos sociais, auxiliando-os na interação com o Estado. Landim observa que após se distanciar da Igreja, essas organizações mantiveram uma proximidade com os movimentos sociais que comprometia o desenvolvimento de sua autonomia institucional enquanto ator da

sociedade civil. O próprio cenário de construção da sociedade civil com o fortalecimento das organizações de bases colocava em xeque os centros de assessoria aos movimentos sociais. Diante de movimentos sociais cada vez mais estabelecidos e independentes, os centros vão perdendo sua própria razão de ser. Crescia entre essas organizações a necessidade de definir uma identidade coletiva própria, que as tornasse independente dos movimentos sociais. Começaram, então, a organizar uma série de congressos, encontros, debates e publicações com o objetivo de avançar na elaboração de uma identidade comum e específica dentro da sociedade civil brasileira (Oliveira, 1999: 58-59; Landim, 1993: 47-48).

O primeiro registro da palavra ONG no Brasil teve lugar neste contexto, em 1986, por ocasião do “Encontro Nacional de Centros de Promoção Brasileiros”. Trinta dirigentes de centros de assessoria de todo o país junto com três organizações internacionais parceiras se reuniram para discutir a criação de uma identidade institucional para essas instituições (Landim 1993:52). A expressão NGO (*non governmental organizations*) já circulava em meio internacional desde pelo menos 1945, quando apareceu pela primeira vez em documento do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) (Ryfman, 2009: 16). A polissemia da noção de ONG foi tomada como aspecto favorável à auto-classificação de organizações que possuíam motivações semelhantes, mas objetivos diversos. Nasciam, assim, as primeiras organizações não governamentais no Brasil.

Uma das organizações pioneiras no então recém instituído campo das ONGs foi o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), criado em 1981, no Rio de Janeiro. O IBASE nasceu como uma organização especializada no recolhimento de informações quantitativas que permitissem aos movimentos sociais fiscalizar políticas governamentais e propor soluções alternativas. Inspirado nos centros norte-americanos de acompanhamento de políticas públicas, o instituto visava produzir, sistematizar e divulgar informações a serviço dos movimentos sociais (Fico, 1999). Em um cenário de controle dos meios de informação (mesmo que menos intenso do que em anos precedentes), o IBASE desempenhou uma tarefa pioneira e de grande importância para o fortalecimento da sociedade civil. Durante muito tempo, ele serviu como modelo de transição dos centros de assessoria para as ONGs:

O IBASE constantemente fornecia assessorias, ministrava cursos, dava palestras em todas as regiões do país. Seus produtos eram solicitados, bem como sua ajuda para a delimitação de pesquisas que um sindicato, por exemplo, necessitasse fazer e que implicasse tratamento informatizado dos dados. Nesses anos iniciais, a Igreja e os trabalhadores foram os principais “clientes” do IBASE. Bispos solicitavam dados para viagens ao exterior (por exemplo, dom Ivo Lorscheider tinha uma viagem ao Japão e pediu ao Instituto um dossiê sobre o capital japonês no Brasil), trabalhadores pediam ajuda para lutar contra a poluição gerada por indústrias. Esse foi o caso concreto de operários de Nova Iguaçu e Belfort Roxo, que tentavam enfrentar a ação deletéria da Bayer (ib:33).

O IBASE foi uma das primeiras organizações criadas por Betinho, em parceria com Carlos Afonso e Marcos Arruda. O instituto se apesentava como uma alternativa à Universidade e aos partidos no debate público. Seus serviços eram oferecidos a sindicatos rurais e urbanos, movimentos de base, associações de moradores, Igreja, parlamentares, prefeituras e mesmo outros centros de assessoria a grupos populares. O primeiro grande desafio enfrentado pelo IBASE aconteceu logo em sua fundação, quando foi cancelado o apoio financeiro inicial ofertado pela Igreja católica através da agência holandesa CEBEMO (*Stichting Samenwerking Vastenaktie*). Uma das versões especuladas para explicar tal cancelamento sustenta que ocorreu uma interferência da Igreja católica brasileira, através de dom Eugênio Salles, arcebispo conservador do Rio de Janeiro, contrário ao desenvolvimento das atividades progressistas na Igreja (Fico, 1999: 28; Gontijo, 1988). Os principais parceiros na implementação do IBASE foram o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV) e o Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (Fico, 1999: 27).

Mesmo tendo enfrentado grandes obstáculos desde a época de sua fundação, a trajetória do IBASE é repleta de sucesso e o consagrou como uma das principais organizações da sociedade civil no Brasil até hoje. A primeira ação de grande impacto do IBASE aconteceu após dois anos de sua fundação, quando o Instituto divulgou uma lista com o

nome dos dez maiores latifundiários do país, um segredo de Estado até então guardado pelo Serviço Nacional de Processamento de Dados (SERPRO). Outra ação de grande impacto, especialmente para as ONGs, aconteceu em 1986. O encontro das 33 organizações que servira como ocasião para apropriação formal do nome ONG como nova referência identitária para os antigos centros de assessoria aos movimentos sociais foi uma iniciativa do próprio IBASE em parceria com a Federação de Órgãos para Assistência social e Educacional (FASE) e o Centro de Estudos, Pesquisas e Planejamento (CENPLA) (ib.:46). O IBASE continuou a desenvolver ações de grande impacto na década seguinte, como a campanha pela Reforma Agrária e a campanha contra a fome e a miséria, que será tratada no próximo capítulo. O IBASE permanece até hoje como uma das organizações mais importantes no campo das ONGs no Brasil.

A FASE é outra instituição pioneira que também organizou o encontro de 1986 e permanece até hoje como uma referência importante para a sociedade civil. A FASE foi criada em 1961, por iniciativa de William Brown, um engenheiro leigo, e Edmund Leising, um padre americano radicado no Brasil desde a década de 1940 como oblato missionário no Brasil (Costello, 1979). Em seus primórdios, a FASE contou com o apoio fundamental da *Catholic Relief Service*, o braço brasileiro da *Caritas Internationalis*¹¹. A CRS foi uma organização católica de atuação internacional fundada por padres norte-americanos no cenário da guerra fria. Embora tenha sido originada dentro da CRS, os princípios e os objetivos da FASE não eram os mesmos. Enquanto a CRS clamava pelo ideal da caridade na prestação de assistência, a FASE se lançava sobre o campo da educação popular, articulando a promoção de assistência social à dimensão pedagógica de multiplicação das ações.

As primeiras atividades da FASE consistiam em captação de recursos para projetos de educação popular, bolsas de estudo para crianças carentes, manutenção de leprosários, cursos de formação profissional, assessoria sindical e assessoria aos grupos populares organizados (Souza, 2005). Já em 1969, oito anos após sua fundação, a FASE vivenciou o mesmo dilema de outras organizações leigas: a separação formal (uma autonomização relativa) em relação à Igreja. A FASE se separa da CRS e passa a ter autonomia financeira e física. O foco da organização nos anos 70 passou a ser o trabalho

¹¹ Confederação internacional de organizações católicas fundadas desde a década de 1920 e voltada para práticas de caridade e assistência em diversos países.

comunitário, em plena ditadura militar. Já no início dessa década, a FASE pôs em funcionamento uma de suas ações de maior impacto, o Movimento de Criatividade Comunitária, que visava a formação e multiplicação de lideranças e organizações populares. Na década de 1980, a FASE diversificou suas atividades com a construção de escolas comunitárias, programas de tecnologia alternativa na agricultura, cursos de formação cívica, prestação de assessoria jurídica trabalhista, além da já tradicional assessoria às organizações populares. Em 1986, a FASE lança a Revista Proposta, um periódico que até hoje possui grande circulação na sociedade civil brasileira.

1.4.4 Sociedade civil e Estado: da oposição à parceria

Além do sucesso, as trajetórias do IBASE e da FASE também foram marcadas por grandes transformações. Ao longo do tempo o perfil dessas organizações mudou concomitante às transformações mais abrangentes da sociedade civil brasileira, especialmente durante a década de 1980. Em 1988, a promulgação da nova Constituição Federal coroava uma década de avanço e consolidação democrática no Brasil. A resistência à ditadura militar, as manifestações pela redemocratização, o empoderamento de novos atores, a ampliação e diversificação dos direitos e o fortalecimento da sociedade civil foram alguns ingredientes da transformação radical do cenário político naquele momento. A Constituição de 1988 refletiu a ampliação das arenas de atuação política no país e fortaleceu os laços societários da sociedade civil e seu protagonismo na formulação e controle das políticas públicas nacionais. Este foi o momento da formação de conselhos gestores de política pública, da realização de plebiscitos, orçamentos participativos e audiências públicas, processos que institucionalizaram a participação cívica em território nacional. A criação desses novos canais de participação política no país diversificou não apenas o estatuto e as atividades dos atores dentro da sociedade civil, mas também inaugurou um espaço novo e amplo de parcerias entre Estado e sociedade civil, um processo que seria intensificado nas duas décadas seguintes (Avritzer, 2004; Lopez et al., 2011).

Essa transformação nas relações entre Estado e sociedade mudou os rumos de organizações como o IBASE e a FASE. No final dos anos 80, ambas as instituições desempenhavam um papel chave na articulação dos atores políticos recém-

empoderados. De modelos de centro de assessoria aos movimentos sociais essas instituições se tornavam modelos das recém-instituídas ONGs. Atrelado a esse amadurecimento institucional, o IBASE, a FASE e a maior parte da sociedade civil reconsideraram sua ojeriza ao Estado. Após a consolidação do regime democrático, pouco a pouco o Estado brasileiro pôde se desvincilar da mácula autoritária que até recentemente parecia pertencer à sua própria natureza. Ainda que repleta de limitações, a consolidação do regime democrático no Brasil implicou o desenvolvimento de práticas de controle democrático que foram sendo institucionalizadas com o tempo. Assim, caiu por terra a desconfiança e oposição ferrenha da sociedade civil contra o Estado. Apesar de procurar manter algum distanciamento crítico, muitas organizações da sociedade civil passaram a considerar o Estado como parceiro estratégico na perseguição de seus objetivos.

Essa mudança de mentalidade no que tange à percepção do Estado pela sociedade civil também reverberou na produção acadêmica, mesmo que um pouco mais tarde. O registro analítico marxista que via nos novos movimentos sociais um agente histórico de transformação revolucionária da realidade social foi cedendo espaço para concepções orientadas pelo potencial de transformação cultural desses movimentos. Ao invés de se orientarem contra o Estado, os novos movimentos sociais dirigem suas ações à própria sociedade civil, com o objetivo de transformar suas orientações culturais (Gohn, 2008). Essa mudança de paradigma implicou a introdução e rápida difusão no Brasil da abordagem de Alain Touraine sobre os movimentos sociais. Embora já fosse uma referência importante no debate internacional desde muito antes, a orientação normativa anti-estatal que prevaleceu no contexto acadêmico nacional havia freado o potencial transformador da teoria de Touraine no Brasil (ib). Ao invés de uma mera disputa pelo poder, Touraine vê os movimentos sociais como expressão de uma ligação necessária entre a cultura democrática e a idéia de sujeito. Assim, os movimentos sociais são entendidos como expressão da produção de sentido na vida social, mais especificamente, como meio que torna possível a construção de sujeitos na história (Touraine, 2007; 1992).

Tomadas em conjunto, as mudanças correlacionadas no plano empírico e normativo das organizações da sociedade civil e nos circuitos de interpretação acadêmica selaram um veredicto amplamente favorável à experiência democrática da década de 1980. Apesar

de ser costumeira e pejorativamente chamada de a “década perdida” no âmbito econômico (um período de estagnação econômica na América Latina e disparada da inflação no Brasil), no âmbito da política esse período trouxe dividendos bastante positivos. A década de 1980 correspondeu a um divisor de águas na história da vida política brasileira, quando a tendência autoritária e centralizadora de construção da sociedade nacional começou a perder força cedendo espaço para a organização de valores e ideais democráticos em um exercício ampliado de cidadania. Em dez anos, as relações entre Estado e sociedade passaram por bruscas transformações invertendo tendências que já vinham incrustadas na cultura política do Brasil desde os tempos mais remotos da colonização portuguesa. Pela primeira vez na história, a sociedade civil consolidava canais de canais de participação popular que foram se desenvolvendo aceleradamente nos anos subsequentes, apesar de algumas limitações.

1.4.5 O processo de secularização das práticas de assistência social

No registro da promoção de assistência social, a década de ouro da política (década de 1980) começou com os centros de assessoria aos movimentos sociais e terminou com as ONGs. Entre um e outro, uma trajetória sinuosa de transformações no âmbito das percepções, convicções e objetivos das organizações que criavam uma sociedade civil em expansão. Se o golpe militar iniciou a primeira grande transformação na formação do campo das ONGs, a derrocada da ditadura abriu terreno para uma nova mudança: a separação do vínculo congênito com os movimentos sociais. Entretanto, tal como aconteceu com a Igreja, o processo de autonomização foi relativo, isto é, não significou uma ruptura total com os movimentos sociais. Os centros passaram a existir dentro de uma esfera institucional autônoma e para isso aderiram à identidade ONG. Ainda assim, a maior parte das primeiras ONGs prestavam serviços muito parecidos com aqueles prestados pelos centros de assessoria, como atestam as experiências do IBASE e da FASE.

Uma característica importante desse período diz respeito ao já mencionado processo de secularização da promoção de assistência social. Se a primeira grande transformação no processo de formação do campo das ONGs no Brasil correspondeu ao processo de laicização religiosa da assistência social, a segunda grande transformação correspondeu

ao processo de secularização da assistência social. As práticas tradicionais de assistência motivadas pelo ideal da caridade passaram a ser rejeitadas como soluções paliativas e/ou assistencialistas por um conjunto cada vez maior de organizações. Assim, não apenas o Estado, mas também a sociedade passou a reivindicar uma motivação mundana de engajamento altruísta. A recusa ou afastamento das motivações religiosas implicou na transição de uma escala individualizada para uma escala coletiva de ação. O foco da ação deixa de ser o provimento de serviços a pessoas individualizadas (como vinha sendo desde a época da colonização) e passa a servir um coletivo em particular, no caso, as organizações populares. As ações pessoalizadas de assistência social continuam sendo realizadas por algumas organizações ou ordens religiosas tradicionais, mas esse não era o objeto dos centros de assessoria aos movimentos sociais. A oposição entre os valores do assistencialismo e da assistência foi, portanto, uma condição importante para a segunda grande transformação no processo de formação do campo das ONGs, a autonomização relativa frente aos movimentos sociais. De modo semelhante ao que acontecera antes com relação à Igreja, as ONGs se afirmavam agora como organizações independentes (embora ligadas) dos movimentos sociais.

1.5 Consciência ecológica, profissionalização e fortalecimento dos laços transnacionais das ONGs (3^a transformação)

1.5.1 O novo ativismo social da década de 1990

No processo de redemocratização no Brasil, um dos desafios prementes da nova sociedade democrática foi instituir mecanismos de participação e controle social no âmbito da política nacional. Após a década de 1980, além da emergência de novos atores, como os movimentos sociais e as ONGs, surgiram também os conselhos gestores de políticas públicas, os plebiscitos, as audiências públicas, as ouvidorias públicas e outros canais de interação entre sociedade e Estado. A sociedade civil se diversificou e se tornou mais organizada e influente no cenário das disputas políticas nacionais. Uma das transformações mais importantes nesse processo ocorreu no âmbito da noção de representação política. Ao invés dos mecanismos tradicionais de autorização (eleição e associação), os atores do espaço público no Brasil lançavam mão de novas modalidades de representação política, baseadas em diferentes formas de comprometimento subjetivo e/ou objetivo com suas bases, como o estabelecimento de relações de identidade ou busca por interesses específicos (Houtzeger e Gurza Lavalle, 2010; Gurza Lavalle e Araújo, 2006, Avritzer, 2007;1994).

Se o final da década de 1980 representou o coroamento do processo de transição democrática com a formalização de procedimentos institucionais importantes (como a promulgação da Constituição Federal de 1988), os primeiros anos da década de 1990 ficaram marcados como começo da “rotinização” da democracia no Brasil. Findo o processo de transição da ditadura para a democracia, começava então uma nova fase na vida política nacional: a legitimação do regime e das instituições democráticas no dia a dia dos cidadãos. A democracia deixava de ser uma idéia a ser perseguida para se tornar uma prática a ser aprimorada. Naquele momento, além da diversificação dos atores e dos canais de participação, a sociedade civil reformulou também suas modalidades de ação política para enfrentar os desafios colocados por novos temas que irromperam a cena pública, como, dentre outros, feminismo, raça, meio ambiente e AIDS. As relações da sociedade civil com as organizações de mercado também começaram a florescer

nessa década, assim como as relações com os organismos internacionais governamentais e não governamentais.

Muitos autores sustentam que, na década de 1990, os movimentos sociais passaram por um momento de renovação com relação à década precedente, uma renovação que justifica a diferenciação entre “novos” e “novíssimos” movimentos sociais. Como foi visto no capítulo anterior, os novos movimentos sociais foram organizações que tomaram as rédeas do processo de redemocratização do Brasil durante a década de 1980. Esses atores instituíram uma ampla agenda de reforma política, que implicava na formação de instituições democráticas sólidas, na defesa de direitos universais e na reformulação dos ideais culturais da política. Por sua vez, alguns anos mais tarde, os novíssimos movimentos sociais foram instituições que se incumbiram de acionar esses mecanismos democráticos em função dos interesses particulares de segmentos diversos da sociedade civil. Trata-se, portanto, de organizações dedicadas a promoção de projetos específicos e pontuais de intervenção social. Neste sentido, os novíssimos movimentos sociais assumem um sentido pragmático de luta política, voltada para objetivos específicos e ações de curto-prazo.

Assim, ao longo da década de 1990, a sociedade civil no Brasil foi se aproximando de um modelo de ativismo social que enfatizava mais a eficiência de suas ações do que o comprometimento ideológico de seus atores. Esse modelo de ativismo social era representado, sobretudo, pelas ONGs, os antigos centros de assistência aos movimentos sociais que passaram a interagir com o Estado, a sociedade civil e o mercado na promoção de serviços e assistência destinados a segmentos específicos da população. Essas organizações passaram por um processo de profissionalização, que envolveu a especialização de sua mão de obra, a formalização de seu estatuto jurídico e a diversificação das suas fontes de financiamento. Nesse período foram intensificados os vínculos de cooperação internacional das ONGs e também cresceu o número de organizações ligadas ao mercado que atuam em projetos sociais.

No debate atual da sociologia política brasileira, existem duas posições antagônicas com relação aos efeitos democráticos relacionados à emergência dos novíssimos atores sociais (Gurza Lavalle e Bueno, 2011). Por um lado, alguns autores interpretam esse fenômeno como uma estagnação, quando não um retrocesso, do desenvolvimento da

democracia no Brasil. Os atores que foram empoderados na década de 1990, em particular as ONGs, são tomados como reflexos da despolitização da sociedade civil, em crise de militância, de mobilização, de credibilidade nas políticas públicas, enfim, uma crise de legitimidade da própria sociedade civil¹² (Gohn, 1995: 125). Por outro lado, existem autores que consideram promissores os rumos tomados pela sociedade civil nesse período. Nessa perspectiva, as ONGs são consideradas atores fundamentais que assumem novos modelos de ação e representação política e ocupam posição de centralidade na articulação dos vários atores da sociedade civil entre si, e também nas suas relações com o Estado, o mercado, os organismos multilaterais e as organizações internacionais (Gurza Lavalle e Bueno, 2011; Koslinski e Reis, 2009). Assim, as ONGs são tomadas como epítomes da sociedade civil contemporânea, isto é, instituições cuja variedade organizacional reflete toda a multiplicidade e amplitude das relações sociais que conformam esse campo (Lavalle e Bueno, 2011; Reis, 2009).

Embora divirjam quanto ao sentido conferido a essas transformações, os autores da sociologia política no Brasil concordam que a Constituição Federal de 1988 consolidou institucionalmente uma série de processos democráticos que haviam sido deflagrados nas décadas anteriores. Para o bem ou para o mal, as ONGs são tomadas como instituições representativas de uma sociedade civil em constante mutação. Neste capítulo, menciono brevemente alguns dos eventos e transformações mais importantes na estruturação do campo da ONGs no Brasil durante a década de 1990. Tomados em conjunto, esses eventos e transformações representaram uma etapa importante no desenvolvimento das ONGs no Brasil, a etapa que corresponde à cristalização identitária e consolidação institucional dessas organizações dentro das arenas do Estado, do mercado e da sociedade. Novamente, procuro analisar esses eventos que transformaram a noção de sociedade civil mediante o prisma dos valores sociais que lhe são correspondentes. Mais especificamente, identifico os valores sociais predominantes no debate sobre a identidade ONG, o financiamento internacional e a problemática ambiental, três temas caros à década de 1990.

¹² Dentro desta perspectiva, por exemplo, a inversão da luta pela identidade política (uma afirmação identitária através da oposição ou contraste com o Estado) por uma política da identidade (uma demanda por reconhecimento) é apontada como uma mudança de sentido e de significado das ações coletivas na sociedade civil (Gohn, 2008:13).

1.5.2 Consolidação da identidade ONG e ampliação de seus laços institucionais

No que tange à consolidação da identidade ONG, após o encontro de 1986, que inaugurou a utilização do próprio nome, um segundo passo importante foi dado em 1991, por ocasião da fundação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG). Dentre suas primeiras tarefas, a ABONG se ocupou em elaborar um cadastro das ONGs nos países, organizar a participação das ONGs na ECO 92, estimular a cooperação entre elas e com os movimentos sociais (ABONG, 2006). A maior parte das organizações filiadas à ABONG possuía a mesma trajetória analisada nesse estudo, isto é, organizações leigas católicas que se tornaram centros de assessoria aos movimentos sociais e depois se tornaram ONGs. A FASE e o IBASE, por exemplo, estavam entre as 132 ONGs que fundaram a ABONG (Medeiros, 2008; Pereira, 2003:37; Landim, 1998: 61). Apesar desse modelo de organização ter sido predominante na época de formação da ABONG, o campo das ONGs em geral também comportava organizações que não foram originadas dentro dos círculos de influência da Igreja, especialmente aquelas envolvidas em temas como feminismo, meio ambiente, raça e AIDS. Essas organizações surgiram nos círculos de formação da própria sociedade civil. Os valores ligados a esses temas foram fortalecidos com o processo de secularização da assistência social após a década de 1960. Uma condição histórica fundamental para a introdução e consagração desses valores dentro do leque das motivações da sociedade civil foi a intensificação dos vínculos transnacionais e internacionais de suas organizações.

A ligação das ONGs com os organismos internacionais foi (e ainda é) constituída por duas dimensões fortemente relacionadas entre si. As relações internacionais interferem simultaneamente nas fontes de financiamento e na definição dos temas de trabalho das ONGs (Ryfman, 2009; 2008). Em meados da década de 1980, e, sobretudo, na seguinte, o cenário da política internacional favoreceu o aumento do número de instituições internacionais financiadoras e do volume de recursos destinados às ONGs. Os primórdios desse processo estão ligados ao contexto da guerra fria, quando as agências multilaterais do ocidente passaram a direcionar recursos às ONGs com o objetivo de conter a difusão do comunismo entre trabalhadores e pobres. Já na década de 1990, a intensificação das relações internacionais das ONGs passa a ser estimulada pelas reformas neoliberais do Estado. Isso terminou levando parte da literatura especializada a considerar as ONGs como organizações que desenvolvem tarefas cuja

competência é do Estado. As organizações governamentais e não governamentais internacionais estariam, assim, interessadas em instrumentalizar as ONGs para desvincular o Estado de suas obrigações sociais (Yazbeck, 1996).

Neste estudo, a intensificação dos laços internacionais na construção do campo das ONGs é interpretada sob um ponto de vista diferente. Apenas atribuir uma vinculação ideológica e uma função política voltada para o neoliberalismo seria restringir demasiadamente o universo simbólico complexo dessas organizações. Ao intensificarem suas relações internacionais, as ONGs incorporaram um conjunto de novos valores e significados que passaram a influenciar sua prática política cotidiana. A mudança mais importante nessa dimensão foi a consagração da noção de rede como metáfora dominante na administração dessas organizações. Na academia, a noção de rede é utilizada para tratar da morfologia social das sociedades contemporâneas (Castells, 1996) ou do isomorfismo dos atores sociais (Latour e Callon, 1981). Quando aplicada ao plano da organização da sociedade civil, a metáfora da rede indica um conjunto de relações que, em geral, são caracterizadas por sua horizontalidade, plasticidade e entrelaçamentos diversos. A articulação em rede das ONGs pode ser considerada como uma condição necessária para manter sob uma mesma denominação identitária organizações que são tão diferentes entre si. Hoje em dia, existe um conjunto amplo e diversificado de instituições incluídas sob a denominação ONG. Uma ONG poder ser tanto uma organização internacional com centenas de funcionários e múltiplos campos de atuação quanto uma organização local que reúne poucas pessoas interessadas em uma questão particular do cotidiano de uma comunidade específica¹³. A noção de rede é importante para a formação desse campo porque através dela foi propagada e institucionalizada uma série de procedimentos comuns a essas diferentes organizações, como registros jurídicos, filiações institucionais, modelos de atuação, formações de agendas, formatos dos projetos, etc.

A organização em rede também possibilitou às ONGs criar e explorar mecanismos que conferissem legitimidade às suas ações. Um mecanismo em especial foi considerado de importância crucial para emergência desse campo: as relações de *accountability*. A noção de *accountability* é até hoje uma referência importante para o trabalho das ONGs.

¹³ Esse último exemplo é valido apenas em alguns contextos. Uma organização como essa não seria necessariamente considerada como ONG na França, por exemplo (Ryfman, 2009).

Embora não haja uma tradução literal para o português (alguns autores recorrem às noções de *responsabilização* ou *prestaçao de contas*), a noção de *accountability* é ainda hoje recorrente no cotidiano das ONGs brasileiras. A rigor, uma relação de *accountability* consiste em uma delegação de responsabilidade que implica em uma prestação de contas. As diferentes formas de *accountability* no mundo da política conferem legitimidade às novas formas de representação instauradas pelos novos e novíssimos movimentos sociais (Gurza Lavalle e Vera, 2011). Além de ser uma relação recorrente na interação das ONGs com seus parceiros e financiadores nacionais e internacionais (Koslinski e Reis, 2009; Koslinski, 2007), nas últimas décadas os mecanismos de *accountability* se desenvolveram também no âmbito da gestão pública (Lopez, 2010). Trocando em miúdos, ao invés do modelo de autorização fundado nos atos de consentimento único, os mecanismos de legitimidade por *accountability* seguem procedimentos e avaliações retrospectivas regulares que visam diminuir as distâncias entre representantes e representados (Gurza Lavalle e Isunza Vera, 2011; Arato, 2002).

Além das relações de *accountability*, outro desdobramento importante da presença de redes internacionais na formação do campo das ONGs diz respeito à consolidação das agendas internacionais da sociedade civil. O intercâmbio e a troca de informações entre as diversas ONGs do mundo estimulou a circulação de valores sociais e consolidou temas de atuação que passaram a ser compartilhados por essas organizações (Ryfman, 2009). No Brasil, a gradual relevância atribuída ao tema da ecologia reflete essa influência das relações internacionais na demarcação dos valores e temas de atuação atribuídos ao trabalho da ONGs. A criação de ONGs ambientais registrou, durante a década de 1990, um crescimento muito maior do que em outras áreas (IBGE, 2005). Um evento fundamental para a consolidação da agenda ecológica no campo da sociedade civil brasileira e das ONGs em particular foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro. A Rio 92 propagou no Brasil e no mundo valores ligados à defesa dos ecossistemas da terra, consagrando a noção de desenvolvimento sustentável e incentivando a popularização de práticas ecológicas, como a reciclagem e o combate aos desperdícios.

Além de ser um marco na história nacional e internacional do ambientalismo, a Rio 92 representou também um momento importante na reformulação da percepção do Estado pela sociedade civil no Brasil. Começava a ruir a percepção do Estado como obstáculo

para o desenvolvimento autônomo da sociedade civil. Enquanto os chefes de Estado de toda parte do mundo se reuniam na Conferência convocada pela ONU, as ONGs e movimentos sociais dos diversos países organizavam um encontro paralelo, intitulado Fórum Global, com o objetivo de garantir à sociedade civil participação no debate e nas deliberações do encontro. O Fórum Global foi oficialmente reconhecido pela ONU como instância de representação dos interesses da sociedade civil. Além de participar do processo de regulação do acordo firmado entre 179 países para elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável (a Agenda 21), o Fórum Global também lançou documentos próprios como o tratado das ONGs, que definia um conjunto de temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das sociedades civis (Rovere e Vieira, 1992), e a Carta da Terra (ou Carta do Rio), que defendia a maior responsabilização de países ricos na preservação dos recursos naturais do planeta.

A intensificação dos laços internacionais tanto nas relações de financiamento quanto na definição de agendas das sociedades civis trouxe à tona o debate sobre sua própria reformulação. Muitos autores entendem que os horizontes nacionais das sociedades civis vêm cedendo espaço para uma pretensa sociedade civil global (Armstrong, 2006; Kaldor, 2003; Taylor, 2002). A emergência de atores globais como, dentre outros, as organizações não governamentais internacionais (Ryfman, 2009) e os movimentos altermondialistas (Pleyers, 2010) são, às vezes, tomados como indícios dessa transformação. Entretanto, outros autores vêm com desconfiança qualquer apelo a uma suposta ordem global da sociedade civil. A própria heterogeneidade dos atores que compõem as sociedades civis nacionais seria um primeiro impedimento para se pensar uma sociedade civil supranacional. Além disso, muitos analistas chamam atenção para a estrutura hierárquica de poder que organizam as relações entre as sociedades civis no mundo, especialmente as relações de dependência entre ONGs do sul que são financiadas por ONGs do norte (Sorj, 2005; Chandonke, 2002). De acordo com esta perspectiva, o fato das ONGs do sul e do norte responderem a agendas sociais diferentes apenas reforça os efeitos negativos dessas relações assimétricas de poder, pois diminui a capacidade das ONGs do sul influenciarem o debate internacional, dominado pelos recursos materiais e simbólicos das ONGs do norte. Assim, o fato das sociedades civis se organizarem em redes formadas por relações horizontais entre as organizações não anula os desequilíbrios e disputas de poder entre elas. Mesmo tomando apenas um plano nacional ou regional, a quantidade e a direção dos vínculos que cada organização

estabelece com seus pares também é um indicativo seguro da distribuição de poder dentro das redes que elas participam (Gurza Lavalle e Bueno, 2011).

Além da intensificação das suas relações com organizações internacionais, as ONGs também se aproximaram de algumas organizações do mercado. Desde o começo da década de 1990, as ações filantrópicas de organizações do mercado foram se tornando cada vez mais comuns no Brasil. Fossem motivadas por incentivos fiscais, ações publicitárias, engajamento ideológico ou religioso de seus membros, essas organizações passaram a disseminar ideais de “responsabilidade social” e “investimento social privado” com o objetivo de mobilizar o empresariado nacional no combate às desigualdades sociais. Um evento representativo deste desenvolvimento foi a fundação, em 1995, do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), cujo objetivo era aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum através de projetos sociais, pesquisas, publicações, debates, etc. A principal bandeira do GIFE era e continua a ser a noção de investimento social privado, que consiste no repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. O GIFE foi expandindo sua rede de colaboradores e de investimentos e, hoje, se apresenta como uma instituição de referência na área de responsabilidade social das empresas no Brasil (GIFE, 2010; Carrion, 2000). Ainda em 1995, foi criado o Prêmio Eco de Filantropia Empresarial, iniciativa da Câmara Americana de Comércio, em São Paulo, com o objetivo de estimular o envolvimento de empresários nas práticas de filantropia e assistência (Oliveira et al, 1999).

Um dos desdobramentos mais importantes da aproximação das ONGs com as organizações de mercado foi a incorporação das noções de profissionalização e eficiência como valores sociais importantes para orientação de suas atividades e projetos (Thompson, 2005; Salamon, 2005). A especialização das áreas de atuação das organizações, a especialização dos seus profissionais e voluntários, a preocupação com a qualidade e eficiência dos serviços prestados, a diversificação das fontes de financiamento e o apelo às estratégias de marketing são alguns efeitos que podem ser atribuídos a essa aproximação das ONGs com o mercado. O gerenciamento burocrático-racional tão característico das empresas privadas serviu de modelo para profissionalização das ONGs, que passaram a investir cada vez mais na capacitação de

sua mão de obra. A noção de eficiência foi elevada ao primeiro plano: as ONGs passaram a avaliar o desempenho e os resultados de seus projetos em função não apenas da sua eficácia simbólica e seus efeitos indiretos, mas, sobretudo, levando em consideração o alcance quantitativo de suas ações e a possibilidade concreta de potencializar seus resultados.

1.5.3 A campanha da Ação da Cidadania

Um dos exemplos mais bem sucedidos da eficiência almejada pelas ONGs aconteceu em 1993, durante a campanha da *Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida*. Essa campanha foi um marco na história do trabalho voluntário e da filantropia no Brasil¹⁴. Iniciativa de Betinho, a ação da cidadania foi uma campanha de doação de alimentos não perecíveis para combater o problema da fome no Brasil. Através de um forte aparato midiático, sobretudo televisivo, a “campanha de Betinho” (como ficou popularmente conhecida a Ação da Cidadania) conclamou a população brasileira a organizar comitês de arrecadação de alimentos. Apesar de ser ligada à figura de Betinho, a campanha seguiu um modelo descentralizado de organização: não era preciso qualquer espécie de autorização para formação dos comitês, cada grupo decidia o quê e como fazer para se engajar na luta contra a fome (Pinto, 2005; Fico, 1999). Neste sentido, a campanha exprimiu com relativa clareza o novo modelo de legitimação da representação que vigorava na sociedade civil. Ao invés dos tradicionais mecanismos de autorização e delegação, um número cada vez maior de pessoas se dispusera a agir em prol dos famintos movidos tão apenas por sentimentos de indignação e compaixão.

Cidadãos, famílias, grupos de amigos, escolas, vizinhos, igrejas, artistas, empresas, fundações, ONGs, sindicatos, autarquias, praticamente toda sociedade brasileira se mobilizou para combater o problema da fome no país. Nunca uma campanha conseguira articular tantas pessoas e potencializar tantos resultados. Em dezembro de 1993, o IBOPE divulgou em pesquisa que 68% dos brasileiros declaravam conhecer a campanha de Betinho, dentre os quais 32%, ou 26 milhões de pessoas, participaram ou contribuíram para esta campanha (Rodrigues: 2011: 211; Jornal do Brasil, 1997;

¹⁴ Alguns anos após seu bem sucedido começo, a campanha foi institucionalizada na forma de uma ONG.

Landim, 1993: 242). Vale lembrar que a campanha não fez uso de centrais computadorizadas para doações através de telefone por entender que esse modelo eliminaria a participação direta das pessoas (Landim, 1998: 256). Levando em consideração o número relativamente reduzido de brasileiros que se envolvem com atividades voluntárias¹⁵ (menor ainda quando se trata de filantropia), esses resultados são surpreendentes. Em 1993, praticamente todas as pessoas que fizeram alguma ação voluntária no Brasil participaram da campanha da ação da cidadania, uma campanha que, portanto, mobilizou de forma inédita praticamente todo o voluntariado nacional.

A Ação da Cidadania não foi abraçada apenas pela população, o governo também declarou apoio à campanha em sessões solenes no Senado. A década de 1990 marcou uma mudança de mentalidade tanto da sociedade civil que deixava de reconhecer o Estado como expressão de um mal absoluto, quanto do Estado que passava a reconhecer a legitimidade da sociedade civil para colaborar na proposição e execução de políticas públicas. À medida que o potencial democratizante foi fincando raízes no terreno brasileiro através das instituições de participação (conselhos, plebiscitos, audiências, ouvidorias, etc), caiu por terra a resistência da sociedade civil para com o Estado. Outro evento que exprimiu com clareza essa mudança de mentalidade nas relações entre Estado e sociedade civil aconteceu em 1995, quando da criação do *Programa Comunidade Solidária*, um programa de governo que visava institucionalizar a cooperação entre Estado e sociedade civil mobilizando recursos humanos, técnicos e financeiros no combate à fome e à miséria no Brasil (Cardoso, 2005; Peres, 2005). O programa foi coordenado por um conselho que incluía ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil. As organizações governamentais que até então tratavam da assistência social no país, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Centro Brasileiro para Infância e adolescência (CBIA) foram substituídas por iniciativas de alcance mais amplo, como o Comunidade Solidária, a promulgação da Lei Orgânica de Assistência social (LOAS)¹⁶ e a criação de uma secretaria nacional de ação social (Peres, 2005; Mestriner, 2001). Essas iniciativas traduziam muito mais do que

¹⁵ Em 2001, por exemplo, o Instituto Datafolha divulgou pesquisa em que 73% dos brasileiros afirmam nunca ter participado de instituições ou campanhas como voluntário prestando serviços para a comunidade (Datafolha, 2001). Dez anos depois, o IBOPE divulgou pesquisa que corrobora esses números: 25% dos brasileiros afirmaram já ter feito trabalho voluntário (IBOPE, 2011). Se cruzarmos esse dado sobre a estabilidade no percentual de voluntários com os dados sobre participação na Ação da Cidadania é possível ter uma noção precisa sobre o amplo alcance dessa campanha.

¹⁶ Lei federal promulgada em 1993 com o objetivo de regulamentar a política de assistência social no Brasil.

apenas uma mudança de ordem administrativa. Mudava também a concepção governamental sobre assistência social, que substituía o modelo filantrópico da ação emergencial pelo modelo sistemático da política pública. Em suma, na década de 1990 o Estado passou a enxergar o serviço social como política pública e a sociedade civil como parceira estratégica.

1.5.4 Entre o Estado, a Igreja e a sociedade civil: o lugar das ONGs na década de 1990

Da caridade à cidadania, a mudança de paradigma na promoção de assistência social representou o ponto máximo do processo de secularização da assistência social no Brasil. Vimos que, em seus primórdios e durante muito tempo a promoção de assistência social no Brasil foi dominada por organizações ligadas à Igreja católica. Em meados do século XX essa hegemonia da Igreja no terreno da assistência social começa a ser quebrada, inicialmente pela sociedade civil – através da esquerda católica durante as décadas de 1960 e 1970 e dos movimentos sociais durante a década de 1980 – e posteriormente pelo Estado, a partir do fim da década de 1980. No decorrer da década de 1990 o Estado consolida um conjunto de instituições voltadas para a promoção de assistência social, tratando esse assunto como prioridade em política pública.

Em meio ao processo de secularização da promoção de assistência social, o Estado se reconciliou não apenas com a sociedade civil, mas também com a Igreja. Durante as décadas de 1970 e 1980, Estado e Igreja entraram em forte oposição no cenário da ditadura militar. Um exemplo disso foi o trabalho das comunidades eclesiais de base. Como mencionado anteriormente, durante as décadas de 1960, 1970 e até meados de 1980, organizações como as CEBs ou as Pastorais Sociais da Igreja Católica funcionavam como um dos poucos canais abertos à participação da população, tornando-as instituições fundamentais para a organização popular no Brasil, influenciando também a esquerda brasileira. Por sua vez, depois da redemocratização, as organizações leigas passaram paulatinamente a retomar uma relação de cooperação com o Estado. O exemplo da Pastoral da Criança é emblemático. Durante a década de 1990 essa organização foi tomada como modelo de ação não governamental que, em cooperação com o Estado, combateu com eficiência a desnutrição infantil no Brasil (Pinto, 2005).

Atrelado a essa mudança de perspectiva nas relações com a sociedade civil e a Igreja, ao longo da década de 1990 o Estado também reconheceu e legitimou os projetos sociais de iniciativa não governamental. Organizações como as ONGs passaram a ser vistas pelo Estado como parceiras estratégicas e começaram a se tornar objeto sistemático de estudos e pesquisas. Em 1996, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) fizeram levantamento pioneiro no país sobre as fundações privadas e associações sem fins lucrativos. Essa pesquisa, intitulada FASFIL, foi repetida nos anos 2002, 2005 e 2010, sendo um marco e uma das principais referências na análise dessas organizações (IBGE e IPEA, 1996; 2002; 2005; 2010). Para além mesmo de seus resultados, uma contribuição importante desta pesquisa é de ordem metodológica. Assim como acontecia com outras pesquisas sobre ONGs no mundo, a referência para delimitação da amostra na FASFIL foram os critérios do *Handbook of Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*, desenvolvido em uma parceria entre a Universidade John Hopkins e a Divisão de Estatística da ONU. Este manual estabelece cinco critérios gerais, são organizações: (i) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado; (ii) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades-fim; (iii) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; (iv) auto administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e (v) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores (United Nations, 2003). Segundo as pesquisas FASFIL, entre 1996 e 2005, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil cresceu 215%. Eram 107 mil em 1996 e passaram a 338 mil em 2005.

De modo geral, esse cenário de emergência e fortalecimento de organizações como as ONGs foi uma consequência do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Um cenário marcado não apenas pela criação de novas instituições, mas, sobretudo, pelo esforço generalizado de integrar a participação cidadã, os direitos fundamentais e a representação política, três pilares fundamentais de qualquer experiência democrática em todo o mundo (Gurza Lavalle e Isunza Vera, 2010; Touraine, 1994). Com o passar

do tempo, o entusiasmo que caracterizou o olhar acadêmico sobre o empoderamento da sociedade civil começou a ser contrabalanceado com a preocupação em avaliar e revisar o progresso democrático no Brasil, mesurando o alcance e o impacto de suas principais realizações (Gurza Lavalle e Bueno, 2011; Avritzer, 2010, Melo e Sáez, 2007; Sorj e Oliveira, 2007). Essa preocupação em avaliar a efetividade das instituições democráticas indica a formação de um novo cenário de enraizamento da democracia no cotidiano da sociedade. O crescimento e a popularização das ONGs é um sinal desse enraizamento. No decorrer da década de 1990, o vocábulo ONG foi se consolidando não apenas dentro dos circuitos de relações sociais e políticas específicos a essas organizações, mas também no contexto mais amplo das relações cotidianas no país e até mesmo no vocabulário do senso comum.

1.6 Justiça social, filantropia e ecologia: as fronteiras simbólicas das ONGs no Brasil

1.6.1 Fronteiras simbólicas da identidade ONG: uma pesquisa qualitativa

As três grandes transformações históricas que formaram o campo das organizações privadas não lucrativas durante o século XX foram o efeito não programado dos processos de laicização religiosa e secularização das práticas de assistência social no Brasil e acabaram por delimitar o escopo ideológico desse campo. As transformações históricas tratadas nos capítulos anteriores consolidaram um conjunto de valores e normas para ação que influenciaram as trajetórias institucionais e os perfis ideológicos das ONGs. Entre as décadas de 1960 e 1990 foi formado o universo simbólico dentro do qual essas organizações foram legitimadas. A diferenciação frente à Igreja, a diferenciação frente aos movimentos sociais e a consolidação identitária foram três condições necessárias para a formação do universo simbólico das ONGs. Até aqui analisamos a relação entre essas transformações no âmbito dos valores sociais e o desenvolvimento das trajetórias institucionais das organizações. A transição da caridade cristã para o engajamento político e depois para a profissionalização foi um processo concomitante à transformação das organizações leigas católicas em centros de assessoria aos movimentos sociais e, finalmente, nas ONGs. Passo agora a analisar o impacto dessas transformações simbólicas na formação do universo ideológico contemporâneo das ONGs no Brasil. De que modo é possível identificar a presença dos valores justiça social, filantropia ou ecologia no cotidiano das pessoas que trabalham, hoje, em ONGs?

A fim de verificar a eficácia simbólica contemporânea desses valores sociais, lanço mão de uma pesquisa qualitativa desenvolvida entre 2007 e 2008 pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED/UFRJ) sobre as fronteiras simbólicas das ONGs na visão de seus dirigentes. A pesquisa em questão foi baseada na realização de entrevistas em profundidade junto a dirigentes de ONGs sediadas no Rio de Janeiro, muitas com atuação regional ou nacional e outras internacional. Foram entrevistados os dirigentes de 50 ONGs em conversas que duraram, em média, cerca de

duas horas. Os valores da justiça social, filantropia e ecologia estiveram reiteradamente presentes nos discursos analisados. As entrevistas tratavam das percepções dos dirigentes sobre o que são as ONGs, o que as diferencia do Estado e do mercado, qual seu papel na sociedade, suas vantagens e desvantagens relativas com o Estado e o mercado, o histórico das organizações e seus projetos realizados.

A definição inicial do conceito de ONG partiu de três critérios gerais: organizações não orientadas para o lucro, sem base representativa e independentes do governo. Essa definição ainda era demasiadamente genérica para definir a amostra da pesquisa. Selecioneamos então apenas as organizações que atuavam nas áreas da saúde, educação, direitos de minorias e meio ambiente. O foco nessas áreas de atuação foi motivado por duas razões. Primeiramente, isso tornou possível excluir, dentre outras, organizações religiosas, recreativas, culturais e esportivas que contemplam os nossos três critérios gerais, mas cujos objetivos e discursos são significativamente diferentes das ONGs. Além disso, trata-se das mesmas áreas de atuação exploradas em um survey nacional sobre ONGs, conduzido pelo NIED em 2004.

A partir da definição do conceito geral de ONG, o primeiro critério específico para definição da amostra foi o recebimento de recursos públicos. Focalizamos então no financiamento federal, selecionando ONGs através da base da Controladoria Geral da União (CGU) a partir dos repasses realizados em 2006. Na base da CGU foram encontradas aproximadamente 100 ONGs, sendo 36 dentro das quatro áreas de atuação mencionadas. Essas 36 organizações completaram a amostra em todas as áreas, exceto na área de meio ambiente, onde foi preciso complementar a seleção contando com a base de organizações cadastradas no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e também através de indicação de outras ONGs. Feito isso, através do survey anterior selecionamos mais 14 ONGs que não recebiam recursos estatais dentro das quatro áreas mencionadas, para diversificar os pontos de vista e enriquecer a análise. A amostra não visou representatividade estatística. Logo, não se trata aqui de identificar regularidades de discurso segundo as áreas de atuação ou relações com o Estado, por exemplo. Dentro de um mesmo perfil de ONG, seja com respeito à sua área de atuação, à proximidade com o Estado ou ao formato jurídico, é possível encontrar uma enorme diversidade de percepções e formações discursivas. O objetivo deste estudo é identificar regularidades de discurso que permeiam os diferentes perfis de ONG

contemplados na pesquisa. A principal tarefa aqui é identificar premissas simbólicas comuns, o que autores como Michelle Lamont e Roland Robertson chamaram de *taken for granted categories* na construção da realidade social (Lamont, 2000; Robertson, 1978). A análise foi, neste sentido, inspirada pelo conceito de “fronteiras simbólicas”, um conceito trabalhado por Michelle Lamont, que se refere às distinções conceituais feitas pelas pessoas para atribuir sentido e categorizar objetos, pessoas, práticas ou relações sociais (Lamont e Molnár, 2003: 168). Neste sentido, a principal preocupação foi identificar e analisar as percepções dos dirigentes sobre as relações entre Estado, mercado e ONGs.

O roteiro semi-estruturado da entrevista foi dividido em duas partes, na primeira foram exploradas as percepções individuais dos dirigentes, enquanto na segunda foram coletadas informações detalhadas sobre o histórico da organização e de seus projetos. As 50 entrevistas foram transcritas e analisadas através do software ATLAS TI. As variáveis da análise, os códigos utilizados no ATLAS TI, foram elaboradas após sucessivas reuniões da equipe de pesquisa, ocasiões em que partilhamos a leitura de entrevistas específicas e discutimos coletivamente as idéias centrais de cada discurso. Seguindo o roteiro de entrevista e com base nessas leituras e discussões, elaboramos um conjunto de respostas possíveis para cada pergunta e codificamos todas as entrevistas. O principal objetivo da análise desses dados foi identificar as percepções dos entrevistados quanto às fronteiras e relações das ONGs com o Estado, o mercado e a sociedade. Em outro trabalho, elaborei uma máxima que sintetiza os principais resultados dessa pesquisa. Foi generalizada a percepção que *a relação com o Estado é uma via de mão dupla para as ONGs*, pois representa a possibilidade de estabelecer uma parceria estratégica que potencializa os resultados das ONGs, mas que traz simultaneamente uma série de obstáculos e impedimentos burocráticos que comprometem a autonomia dessas instituições¹⁷ (Lima Neto, 2012). No presente estudo, os achados empíricos da pesquisa realizada pelo NIED são interpretados com outro objetivo, compreender a atual produção de significado das ONGs sobre elas mesmas. A estratégia metodológica

¹⁷ Na visão dos entrevistados, os recursos provenientes de parcerias com o Estado tornam possível a ampliação do público alvo, a diversificação de serviços e objetivos perseguidos pela organização e até mesmo a possibilidade de influenciar políticas públicas. Contudo, essas vantagens em potencial implicam um conjunto de dificuldades administrativas que, muitas vezes, influencia negativamente a execução dos projetos das ONGs. A falta de continuidade na provisão de recursos e a burocracia são apontadas como empecilhos comuns neste tipo de parceria (Lima neto, 2012).

adotada para esse fim consiste na criação de uma tipologia sobre as ONGs proposta a partir da pesquisa do NIED.

1.6.2 Tipologia das ONGs no Brasil

A fim de propor uma tipologia das ONGs, um primeiro ponto que cumpre salientar é a validade heurística do conceito: organizações que não possuem finalidade lucrativa e que não são estatais. Não há como negar a grande amplitude que essa definição abrange. Contudo, tomada como um conceito genérico, a definição reflete corretamente o grau de complexidade das relações empíricas e dos significados culturais que estão associados a esse fenômeno. Mais uma vez, é preciso lembrar a distinção entre conceitos genéricos e tipos ideais. Os primeiros exibem um complexo de características que são comuns a vários fenômenos, e são cotidianamente mobilizados como elementos constitutivos dos enunciados históricos. Já o tipo ideal consiste em um artifício metodológico criado pelo pesquisador através da abstração e da acentuação de determinados elementos da realidade pesquisada. Em nosso caso, portanto, a viabilidade heurística do conceito de ONG passa a existir quando o transformamos em um tipo ideal. Para esta tarefa, proponho aqui uma tipologia específica sobre ONGs no Brasil, que as classifica segundo três princípios gerais orientadores da ação. Justiça social, filantropia e meio ambiente são os três códigos culturais que descontam o universo das motivações valorativas das ONGs no país.

O principal critério de classificação nesta tipologia é a identificação dos valores que motivam a organização para o exercício de suas ações. Neste sentido, com base na pesquisa histórica, no material bibliográfico das próprias ONGs (folders, releases, relatórios e materiais de circulação interna) e nas 50 entrevistas qualitativas com dirigentes de ONGs realizadas no âmbito do NIED, classifiquei os objetivos e valores mobilizados por essas organizações. Isso tornou possível estabelecer três grandes conjuntos de “motivações para a ação” a partir dos quais organizei o vasto e heterogêneo conjunto de discursos e ações que conferem significado a essas entidades. Argumento que é possível identificar padrões diferenciados de mobilização dos valores sociais que demarcam as fronteiras simbólicas daquilo que se convencionou chamar de “Organização Não-Governamental” no Brasil.

A noção de *fronteiras simbólicas* tem sido exaustivamente trabalhada por Michèle Lamont (2000). Por um lado, o conceito de fronteiras simbólicas tal como trabalhado por Lamont permite ampliar o escopo das análises sociológicas ao concentrar atenção nos aspectos simbólicos de qualquer diferenciação social. Contudo, por outro lado, nessa acepção as fronteiras simbólicas são formadas pela pessoa ou pelo grupo como uma forma de atribuir significado a distinções objetivas que já são dadas, isto é, um modo de legitimar simbolicamente as divisões por classe, profissão, nacionalidade, etc. Nesta tese, meu interesse é outro. As “fronteiras simbólicas” que persigo são valores sociais que não são necessariamente congruentes com as distinções objetivas, como as áreas de atuação ou os formatos administrativos das ONGs, por exemplo. O procedimento aqui adotado é, portanto, diferente: o principal objetivo da análise é identificar as fronteiras simbólicas que permeiam os diferentes perfis institucionais de ONG contemplados na pesquisa.

Assim, na presente tipologia os valores sociais são tomados como variável independente na análise. Os diferentes perfis institucionais das ONGs são analisados em função desses valores sociais, e não o contrário. O que é tipificado aqui são as motivações para ação, o modo de enxergar o mundo, os valores sociais. Cada um dos três tipos de ONGs aqui definidos possui uma maneira muito particular de produzir significado sobre o papel das ONGs na política contemporânea. O empreendimento metodológico e analítico deste trabalho foi, portanto, elaborado visando a realização de uma “sociologia dos valores sociais” para analisar as construções de sentido sobre as ONGs no Brasil.

1.6.3 As ONGs como ação política

O primeiro tipo ideal corresponde ao que denomino de *ONGs como ação política*. Pertencem a este grupo todas as organizações cujos principais projetos de atuação são formulados em torno de um objetivo comum, qual seja, influenciar na distribuição do poder na sociedade. Dito de outro modo, a ênfase discursiva evocada no tipo de atividade realizada por estas organizações recai necessariamente na intenção de alterar as relações de poder que (re)produzem os problemas sociais que elas se esforçam por combater. O valor preponderante que estabeleço como referência para este modelo de

atuação é a noção de *justiça social*, que comparece na forma de um *engajamento político*. As percepções sobre a noção de justiça social¹⁸ no universo das ONGs destacam sempre a dimensão política presente nos projetos das ONGs e no engajamento das pessoas, isto é, o interesse pela alteração das relações de poder. Muitas vezes com uma orientação de fundo marxista, a noção de justiça social foi associada ao empoderamento de pessoas ou segmentos da sociedade, uma demanda pelo cumprimento e ampliação dos direitos de cidadania.

Os projetos sociais e demais ações das *ONGs como ação política* são, em geral, direcionadas ao Estado e/ou a segmentos amplos da sociedade. No primeiro caso, procuram influenciar políticas públicas no sentido de generalizar e ampliar os objetivos já alcançados ou ainda visados por seus projetos sociais. No segundo caso, geralmente têm como objetivo empoderar e instrumentalizar setores da sociedade que vão reivindicar seus próprios direitos perante o Estado. ONGs que defendem a intensificação da reforma agrária no país e ONGs que oferecem cursos preparatórios para o ingresso de negros nas Universidades são dois exemplos respectivos. Em ambos, a definição da área de atuação e dos objetivos da ONG é motivada principalmente pela intenção de alterar relações de poder, seja conferindo direito de propriedade aos trabalhadores rurais ou capital educacional aos negros. Outro exemplo recorrente deste tipo de ONG são as organizações que oferecem serviços de assessoria e recursos financeiros para organizações menores com o objetivo de empoderá-las, potencializando seus projetos nas mais diversas áreas de atuação.

As primeiras ONGs que surgiram no Brasil entre os anos 1970 e 1980 podem ser relacionadas ao tipo *ONGs como ação política*, aquelas organizações oriundas principalmente do novo sindicalismo¹⁹ e dos movimentos eclesiásticos de base, que tinham por objetivo formar uma frente de contraposição ao Estado. Já naquele momento, essas organizações procuravam afastar-se do ideal de assistencialismo para afirmar valores de militância política, consolidando os primeiros passos da sociedade

¹⁸A definição da noção de justiça social no universo das ONGs não possui necessariamente correspondência com o debate acadêmico da filosofia política. Ao invés de um princípio universal de organização da escassez, o que fundamentou essa percepção de justiça social foi a intenção de alterar as relações de poder.

¹⁹Novo sindicalismo é a expressão atribuída pela literatura especializada aos sindicatos brasileiros que foram criados na década de 1980 e que rompiam com o modelo de sindicalismo organizado pelo Estado na ditadura de Vargas durante a década de 1930.

civil no país. No processo de redemocratização, elas tiveram um papel fundamental na formação de um ideal de sociedade civil que se colocava sempre em confronto com o Estado. Hoje em dia, este distanciamento crítico com relação ao Estado não é mais algo tão definidor para a idéia de sociedade civil no país, mas permanece sendo marca registrada deste tipo de ONG. De um modo geral, as *ONGs como ação política* são organizações cuja principal razão de ser está na promoção e defesa de direitos de populações específicas, o que muitos analistas já convencionaram chamar de “advocacy” (Keck and Sikkink, 1999; MacAdam et al., 1996).

1.6.4 As ONGs como ação filantrópica

O segundo tipo de ONG elaborado nesta tipologia concerne ao que classifico como *ONGs como ação filantrópica*. Neste modelo, a motivação para ação é orientada principalmente pelo valor do *altruísmo*. Trata-se de ONGs cujo objetivo principal é prestar assistência a grupos em situação de risco, sem ter como intenção necessária a alteração das relações de poder. Este valor se exprime sob a forma de um *engajamento altruísta*. Neste segundo tipo, a disposição para “ajudar o outro” já é suficiente para mobilizar os interesses de atuação. A relação com o Estado é muito mais de cooperação do que de conflito. Quando se relacionam com os órgãos governamentais, essas organizações geralmente procuram influenciar políticas públicas no sentido de manter os objetivos visados ou alcançados. Sua participação na composição da sociedade civil está menos relacionada ao exercício da confrontação direta e permanente com o Estado, e mais relacionada aos interesses mais imediatos de suas bases. Ao contrário do tipo *ONGs como ação política*, cuja perspectiva é sempre a de generalizar e ampliar os resultados de suas ações, as ações de ONGs deste segundo tipo são pautadas por reivindicações específicas e pontuais, como, por exemplo, assistência a crianças e adolescentes pobres de um determinado bairro, garantia de acesso a medicamento a portadores de uma determinada doença e ações preventivas contra violências ou doenças. Geralmente, essas organizações possuem um contexto de atuação bastante localizado, como bairros ou cidades, mas também não são poucos os casos em que realizam suas ações em contextos mais abrangentes, como o território nacional ou outros países, por exemplo.

Tal como o primeiro tipo, *as ONGs como ação filantrópica* também possuem origens que remontam à história de formação das ONGs no país. Neste caso, os laços de parentesco institucional das organizações ultrapassa o século XX e alcançam o período de colonização. As instituições cristãs de assistência social que começaram suas atividades no Brasil desde a época da colonização podem servir como referência histórica originária deste tipo. Obviamente, não se trata aqui de sugerir que sejam as mesmas. A caridade cristã é agora substituída pelas idéias de assistência e profissionalização, sem necessariamente apelar a argumentos de cunho religioso (muito embora isso aconteça com alguma recorrência). Entretanto, essa transição nunca significou uma ruptura. Ainda que seja apresentado como um ideal laico, os agentes que se encarregaram de desenvolver o ideal da filantropia no Brasil mantiveram estreitas relações com a Igreja. De fato, hoje em dia, no Brasil, as práticas de filantropia não têm a mesma conotação religiosa que antes. Ainda assim, permanecem no nível das relações pessoais e institucionais fortes ligações com o catolicismo, de modo mais ou menos explícito. Além de serem formadas por pessoas que se declaravam católicas, muitas vezes essas organizações contaram também com a colaboração material da Igreja – seja através de doações ou do oferecimento de espaços físicos.

Vimos que a primeira grande transformação que propiciou a formação do campo das ONGs no Brasil foi decorrente do processo de autonomização relativa das organizações católicas não eclesiásticas, que renunciaram os apelos unicamente religiosos da noção da caridade cristã para afirmar o valor da justiça social como fundamento primeiro de suas ações. Progressivamente, muitas organizações foram se afastando da Igreja e se aproximando dos movimentos sociais, dando origem à formação dos centros de assessoria aos movimentos sociais. Vimos também que essa transformação foi o resultado não planejado dos remanejamentos de poder entre o Estado, a Igreja no Brasil e o Vaticano naquele período. Essas relações orientaram o longo processo de laicização religiosa da assistência social no Brasil. A formação dos centros de assessoria aos movimentos sociais foi o ápice desse processo e portou nela própria o antagonismo entre os valores da caridade cristã e da justiça social na promoção de assistência social. Ainda que não renegassem a religião, essas organizações, a maioria formada por católicos, buscavam na política sua razão de ser. Assim, essa conjugação ambivalente entre religião e política (posteriormente chamada de esquerda católica) fincou as noções de *filantropia* e *justiça social* como valores fundamentais para a formação do então

emergente campo das ONGs no Brasil. Dito de outro modo, entre as décadas de 1950 e 1980, as tradicionais organizações católicas não eclesiásticas de promoção de assistência social bifurcaram em duas direções. Algumas substituíram o ideal de caridade cristã pelo ideal da justiça social, dando origem ao que é aqui considerado como *ONGs como ação política*. Outras substituíram o ideal da caridade cristã por concepções laicas de assistência social, dando origem ao que é aqui classificado como *ONGs como ação filantrópica*.

1.6.5 As *ONGs como ação ecológica*

O terceiro tipo de ONG elaborado nesta tipologia é de origem mais recente e não guarda praticamente nenhuma relação com as organizações de origem religiosa que inauguraram o campo das ONGs no Brasil. Trata-se das *ONGs como ação ecológica*, isto é, um conjunto de organizações cujas motivações principais para a ação dizem respeito à preservação do meio ambiente²⁰. O valor-referência que orienta as ações deste tipo de ONG é a noção de *consciência ambiental*. As atividades realizadas por essas organizações podem ser endereçadas ao Estado, à sociedade ou mesmo ao mercado (este último raramente é objeto visado pelos dois tipos precedentes), tendo sempre objetivos ligados à preservação do meio ambiente. Entre as muitas atividades desenvolvidas por essas organizações podemos destacar a cobrança ao Estado por políticas públicas de preservação ambiental, a sensibilização da opinião pública para o problema da poluição nas grandes cidades ou para a necessidade de reciclar seu lixo, a fiscalização de empresas que descumprem legislações de proteção ambiental e a cobrança do Estado e de organismos internacionais para punir para essas infrações. Em todos os casos, os objetivos principais estão sempre prioritariamente relacionados à questão ecológica. Isso não significa que inexistam interesses políticos ou filantrópicos na proposição e realização de suas atividades, mas que, no plano das motivações, estes interesses estariam sempre condicionados por um valor-referência anterior fundamental que diz respeito à preservação do meio ambiente.

²⁰ A idéia de “preservação do meio ambiente” cobre de forma intencionalmente genérica um campo amplo e heterogêneo de posições possíveis dentro do ambientalismo, algumas até conflitivas. Um exemplo é a oposição entre o preservacionismo com ênfase no isolamento do ambiente e a ecologia social que busca integrar questões sociais dentro de uma ótica ecológica (Guattari, 1989).

Muitos autores argumentam que o debate ecológico da virada do século XXI consolidou a emergência de uma nova consciência de mundo, que vem transformando as percepções mais convencionais sobre as noções de solidariedade social e sociedade (Albrow, 1997: 83; Held e McGrew, 2002: 128-129). A própria origem etimológica da palavra ecologia seria reveladora do potencial transformador desta nova visão de mundo. Neste vocábulo, o radical grego *oikos*, que significa casa, confere ao planeta terra uma posição singular ao transcender as fronteiras políticas, econômicas e culturais que o dividem em várias frações. Certamente, a representação do planeta como um todo significativo não é uma prerrogativa da contemporaneidade. Diferentes civilizações e religiões milenares já possuíam imagens do mundo como uma totalidade em seus respectivos sistemas cosmológicos (Robertson, 1978).

No entanto, o traço distintamente moderno que a ecologia atribui a este tipo de representação é a relação de pertencimento e de interdependência global das pessoas para com o mundo. A cosmologia presente na visão ecológica do mundo concebe o planeta terra como uma condição necessária para a diversidade da humanidade. Problemas ecológicos como o aquecimento global, a diminuição da biodiversidade e a poluição das águas atingem simultaneamente todas as nações do mundo e exigem uma reposta articulada entre diversos atores nacionais, transnacionais e internacionais. Além disso, outro aspecto inovador da consciência ecológica como visão de mundo é sua preocupação com as relações entre humanos e não humanos. Diferentemente das visões política e filantrópica, a visão ecológica de mundo não tem como objeto exclusivo de preocupação as relações entre as pessoas. O foco no ambiente ecológico das relações humanas delimita um modelo de motivação para ação que transcende as concepções mais usuais da dimensão social ao colocar em pauta as relações entre a vida humana e a vida não humana. Isso não quer dizer que a preocupação com o meio ambiente faz submergir qualquer preocupação com as relações sociais. Trata-se, antes, de um alargamento da questão social, que passa a incorporar prioritariamente questões como “sustentabilidade dos recursos naturais” nas discussões sobre justiça e combate à pobreza, por exemplo.

A preocupação com a preservação do meio ambiente no Brasil possui raízes que remontam à época da colonização. No entanto, as primeiras associações ambientalistas foram fundadas apenas a partir de meados do século XX, compostas, sobretudo, por

cientistas, políticos e jornalistas preocupados com o desmatamento no país (Urban 2001; Marcondes, 2005). Durante as décadas de 1970 e 1980 o número dessas organizações aumentou consideravelmente, mas o acontecimento mais importante no desenvolvimento deste tipo de ONG ocorreu no início da década de 1990, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, popularmente conhecida como Eco 92 ou Rio 92. Após esse encontro histórico, muitos vínculos transnacionais foram consolidados, tornando possível um rápido desenvolvimento dessas organizações. Na primeira metade da década de 2000, o número de ONGs ambientalistas cresceu vertiginosamente no país, quase três vezes mais que a média das outras ONGs e demais organizações da sociedade civil (IBGE, 2006). A grande maioria das ONGs que atuam no norte do país (região com menor densidade populacional e maior quantidade de vegetação) pertence a este tipo *ONG como ação ecológica*, o que não significa que elas também não possuam forte presença nas outras regiões.

Justiça social, filantropia e ecologia são, portanto, três valores sociais que conferem contornos precisos ao perfil ideológico das ONGs no Brasil. Tomados em conjunto, esses três códigos culturais demarcam as principais fronteiras simbólicas daquilo que se convencionou chamar de “organização não-governamental” no Brasil. Tomadas em separado, política, filantropia e ecologia traduzem três modos diferentes de produzir sentido sobre o papel das ONGs na vida social brasileira. A transição da caridade cristã para a assistência social durante os anos 60 e 70, a separação entre assistência social e militância política nos anos 70 e 80, a consolidação da identidade institucional e a intensificação da cooperação internacional nos anos 90 são processos históricos que inauguraram três trajetórias institucionais específicas para a formação das ONGs. Essas três trajetórias institucionais encontraram respaldo nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, quando pude identificar três grandes conjuntos de “motivações para a ação” que organizam o vasto e heterogêneo universo das representações e performances que conferem sentido a essas instituições.

1.7 Gênero, educação, pobreza e ecologia: as diferentes abordagens das ONGs dentro de um mesmo tema (extratos empíricos)

ONGs como ação política, ONGs como ação filantrópica e ONGs como ação ecológica são, portanto, os três tipos ideais de ONGs que orientam a presente análise. Meu interesse primordial ao propor esta tipologia é agrupar as ONGs a partir de suas motivações para ação. Este procedimento é adotado em função dos objetivos da pesquisa: analisar os valores sociais que conferem sentido a organizações, isto é, a produção de significados sobre o que se entende por ONG no Brasil. As questões empíricas que usualmente definem as tipologias destas organizações (vínculos internacionais, domínio de atuação, formatos jurídicos, etc.) são de importância secundária nesta análise. Não quero dizer com isso que essas questões sejam irrelevantes dentro do quadro geral do trabalho. Ao contrário, reconheço sua importância, especialmente para a definição tipológica genérica do que aqui considero como ONG, isto é, organizações privadas com propósito de atuação pública. No entanto, a fim de transformar este conceito genérico em um tipo ideal, conferindo-lhe singularidade no interior de sua própria generalidade, optei por elaborar uma classificação que especifique as componentes simbólicas e valorativas deste universo, uma classificação mais adequada aos objetivos da presente análise.

Os critérios de classificação aqui propostos estão, portanto, relacionados aos objetivos e motivações para ação das ONGs e não às suas áreas de atuação ou formatos organizacionais. Neste sentido, em um mesmo domínio de atuação é possível encontrar tipos diferentes de ONGs. Organizações que trabalham com o tema da educação ou organizações feministas, por exemplo, podem compor qualquer um dos dois primeiros tipos. De modo semelhante, ONGs que atuam sob a bandeira da agroecologia também podem variar entre o primeiro e o terceiro tipo de ONG na tipologia aqui adotada. Tomando como referência a pesquisa realizada pelo NIED/UFRJ, apresento neste capítulo alguns exemplos dessa variação. Assim, realizo esse exercício de aplicação da tipologia das ONGs visando oferecer uma demonstração empírica dos critérios

analíticos e metodológicos que conduzem a prática de uma sociologia cultural sobre ONGs.

No campo do feminismo, é possível opor dois grupos de organizações bastante diferentes entre si e que correspondem aos tipos político e filantrópico de ONGs. No primeiro grupo, menciono o exemplo de duas organizações. A ONG “A”, que tem como público alvo de seus projetos as mulheres negras e homossexuais no Brasil e a ONG “B”, cujo público alvo são as mulheres em geral. No segundo grupo, aquele referente às ONGs feministas filantrópicas, trago o exemplo de outras duas organizações. A organização “C” tem como público alvo as mulheres grávidas no Brasil e a organização “D”, que trabalha com mulheres militantes do movimento GLBT. Vejamos, portanto, dentro de um mesmo campo de atuação motivações diferentes para ação.

A ONG “A” surgiu em meados da década de 1990, a partir do movimento negro e tem como público alvo as mulheres negras e homossexuais. Essa organização desenvolve um conjunto amplo de ações que vão desde cursos de capacitação profissional e debates de conscientização até a reivindicação de políticas públicas ou o acompanhamento psicológico a mulheres vítimas de violência. O principal objetivo, como estabelecido em estatuto, sempre foi empoderar mulheres negras e homossexuais, combatendo a situação de marginalidade que muitas vezes estão expostas. Podemos classificá-las como tipo 1, pois a motivação maior para ação é, justamente, a de transformar as relações de poder que estruturam esta situação de marginalidade, dando ênfase especial ao confronto com o Estado. Nas palavras da dirigente da entidade, “o governo normalmente é branco, homem e heterossexual, essa é a cara do governo”.

Por sua vez, a organização “B” também se declara ligada ao campo do feminismo, mas possui um foco voltado para a área do direito. Fundada no final da década de 1990, seu principal objetivo é oferecer assessoria jurídica gratuita às mulheres em áreas como direito trabalhista, direito previdenciário, direito familiar, e na defesa contra a violência doméstica. Como lembrou seu dirigente logo no início da conversa, as atividades da ONG são orientadas por um princípio específico ele que chama de “a promoção da equidade de gênero”. Apesar de visar o público feminino e ter como objetivo seu empoderamento, a ONG também desenvolve trabalhos de conscientização junto ao

público masculino, com o objetivo de alterar as relações de poder entre os gêneros, uma ONG tipo 1.

Ainda no campo das ONGs feministas, é possível encontrar organizações que se aproximam mais do modelo de *ONG como ação filantrópica*. Assim, é possível mencionar a organização “C”, que surgiu a partir de transformações do movimento feminista no final dos anos 70. Sua motivação fundamental para ação é a preservação do direito à amamentação. As principais atividades desenvolvidas por esta ONG são a realização de debates e campanhas de conscientização e propagação sobre os benefícios da amamentação. O objetivo maior da organização é formar uma rede de mulheres ativistas que compartilham e divulgam experiências e informações sobre amamentação. Segundo sua dirigente, trata-se de promover “o resgate dessa cultura da amamentação, e a mudança também de cultura em relação aos direitos da mulher”.

Outro exemplo de ONG feminista que corresponde ao tipo filantrópico é a organização “D”. Fundada no início da década de 1990, a ONG tem o objetivo de assegurar tratamento médico e psicológico a mulheres vítimas de discriminação e violência homofóbica. Nas palavras de sua dirigente, “nós estamos sempre trabalhando na área de saúde, direitos humanos, segurança, lazer, pra se encontrar, fazer grupo de ajuda mútua”. Além de um espaço de convivência, a ONG também oferece um primeiro amparo médico e psicológico a esse público alvo, o que muitas vezes ocorre em meio a situações de emergência. Assim como acontece com a ONG “C”, a ONG “D” aparece no tipo *ONGs como ação filantrópica* (tipo 2), pois elas não buscam necessariamente interferir de modo mais direto nas relações de poder entre homens e mulheres. Em um caso, o objetivo é facilitar às mães brasileiras o acesso a informações sobre parto humanizado, licença maternidade e amamentação, enquanto a outra busca instituir um espaço de convivência, troca de experiências e atendimento ambulatorial para mulheres homossexuais.

No campo da educação, podemos igualmente opor organizações que aqui correspondem ao primeiro e segundo tipo de ONG. Assim, temos a organização “E”, cujas principais atividades realizadas são cursos de capacitação profissional e de preparação para ingresso de populações pobres nas Universidades do Rio de Janeiro. Inicialmente, essa organização foi fundada nos anos 80 com o objetivo de prestar

assistência social a crianças e famílias de uma determinada favela. No entanto, com o passar do tempo redimensionaram seus objetivos e hoje têm como “missão” fundamental formar agentes multiplicadores dos direitos de cidadania que atuem em bairros populares. Neste sentido, hoje, desenvolvem cursos de capacitação profissional voltados para as crianças e jovens da periferia e também para profissionais das organizações governamentais que trabalham com este mesmo público, isto é, agentes penitenciários, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. Tal transformação nas motivações gerais da organização se deve a uma mudança de mentalidade sobre o papel que desempenhavam. “Percebemos que não adiantava nada a gente ficar ali no nosso universo micro, atuando com a criança, enquanto que a política pública continuava a mesma”, revelou seu dirigente. Tal motivação para “modificar a composição da estrutura social” é, assim, adequada para classificarmos esta entidade como *ONG como ação política* (tipo 1).

Por sua vez, ainda no campo da educação, temos também a entidade “F”, com motivações para ação bastante diferentes da entidade “E”. A entidade “F” foi fundada no final dos anos 80 com objetivo de prestar assistência social a crianças e adolescentes de um determinado bairro popular da cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. Os objetivos da entidade permaneceram os mesmos e, hoje em dia, ela desenvolve um projeto de reforço escolar em parceria com uma escola pública local. A escola encaminha à ONG crianças e adolescentes que têm dificuldade de aprendizagem. Ocasionalmente, realizam também algumas atividades de extensão, como oficinas de arte e esporte para as mesmas crianças e adolescentes. Segundo sua diretora, a entidade desenvolve um trabalho complementar à ação governamental, que não é capaz de realizar sua função pública. “Então é como se fosse um tapa-buraco, falando de forma vulgar. Como se nós fossemos um tapa-buraco das ações que o governo não consegue concluir”, atesta a dirigente. A principal motivação para ação aqui é promover bem estar e educação para uma população específica da sociedade, exemplo típico do aqui considero como ONG como movimento filantrópico.

Outro campo de atuação em que é possível demonstrar as possibilidades de aplicação empírica da presente tipologia é o da agroecologia, um campo que se desenvolveu bastante durante os últimos anos no Brasil. Apresento então os casos das entidades “G” e “H”, ambas fundadas no início da década de 1990 e trabalhando com um mesmo tipo

de público alvo, agricultores familiares que são envolvidos em uma base ecológica de produção. No entanto, levando em consideração suas motivações para ação, trata-se de dois tipos diferentes de ONGs. O objetivo de “defender e promover agro florestas no Brasil” é um interesse prioritário para organização “G” e um de seus princípios estatutários é o de “não tentar influenciar dispositivos políticos por razões políticas”, afirma seu dirigente. Assim, tal organização possui as características fundamentais do que chamo aqui de *ONG como ação ecológica*, o tipo 3, aquele em que a questão ecológica tem prioridade sobre questões políticas ou filantrópicas.

Por sua vez, na ONG “H” o trabalho de assessoria técnica prestado a agricultores envolvidos em uma base ecológica de produção é motivado pelo interesse em transformar as relações de produção agrária no país. Nas palavras do seu próprio dirigente: “Não interessa se eu vou resolver o problema de uma ou duas comunidades, mas ao resolver o problema de uma ou duas comunidades eu tiro lições que podem ser utilizadas para responder o problema de todas as comunidades”. Esta organização compõe o primeiro tipo, o político, já que o objetivo maior de suas atividades é o de propor experiências pilotos que possam ser generalizadas mediante políticas de suporte. Além de prestar assessoria técnica, a ONG também procura instrumentalizar os grupos de agricultores para que eles também possam cobrar do Estado a execução de políticas públicas específicas.

O fato de cada uma dessas ONGs pertencer a um dos três tipos de ONGs defendidos nesta tipologia não quer dizer que elas não possam passar de um tipo a outro. Muitas vezes, a organização é fundada com propósitos que vão mudando no curso do tempo, como vimos no caso da organização “E”, que nasceu como uma *ONG como ação filantrópica* e se transformou em uma *ONG como ação política*. Poderíamos ainda mencionar outros exemplos. A organização “I”, por exemplo, fez um percurso contrário ao da organização “E”. Fundada na segunda metade da década de 1970, essa organização tinha como objetivo lutar pela redemocratização e pela diminuição das desigualdades sociais no Brasil através de uma política pública de saúde e em estreita colaboração com os movimentos sociais. Segundo seu dirigente, na época de fundação a ONG lutou por uma “associação muito bem sucedida entre saúde e democracia”. Hoje em dia, ela se afastou dos movimentos sociais e concentra suas atividades em projetos

que visam aprimorar as políticas públicas de saúde de um modo geral, sem associar esse objeto a um propósito político.

Outro exemplo de organização que mudou suas motivações para ação no curso da história foi a ONG “J”. A organização foi criada no início da década de 2000, ainda como uma obra social, um projeto informal, financiado pelo próprio fundador, que oferecia comida e roupas a moradores de rua do Rio de Janeiro. Com o passar do tempo o projeto foi se institucionalizando e mudando seu perfil de atuação. A ONG deixou de promover assistência social a moradores de rua e passou a se concentrar na promoção de cursos de capacitação profissional para pessoas da terceira idade, especialmente idosos em situação de risco. Como argumentou seu dirigente: “no começo foi dar assistência. Depois, com o passar do tempo que nós vimos que teria que se fazer um trabalho de educação também”.

A breve alusão a esses dez casos empíricos aqui mencionados tem como objetivo demonstrar a aplicabilidade empírica da tipologia construída. Já é bem sabido que o tipo ideal não precisa corresponder fielmente à realidade no sentido de exprimir dela verdades autênticas. Antes, é um instrumento metodológico destinado a atribuir univocidade significativa ao objeto pesquisado. Ou seja, o tipo ideal não se concretiza como fenômeno da mesma maneira como é elaborado conceitualmente. O tipo ideal constitui uma referência geral e permanente através da qual o pesquisador opera relações de aproximações e distanciamentos com o fenômeno histórico-cultural investigado. Assim, a presente tipologia foi elaborada como um artifício metodológico voltado para compreensão das regularidades de sentido que compõem o objeto da própria análise. Para isso, analisei os códigos culturais que conferem sentido à experiência das ONGs na sociedade brasileira. Esses códigos culturais organizam práticas e significados distintos sobre a experiência das ONGs, até quando consideramos uma única área de atuação.

1.8 Considerações Finais – Parte I

No capítulo anterior, o exame dos casos empíricos visou expor os efeitos práticos dos critérios metodológicos mobilizados para o exercício de uma sociologia cultural sobre as ONGs. Mais especificamente, procurei demonstrar que os critérios de classificação adotados na tipologia das ONGs dizem respeito às motivações valorativas para ação, e não ao domínio de atuação propriamente. Os critérios desta classificação das ONGs como políticas, filantrópicas ou ecológicas respondem, portanto, unicamente às questões que motivaram a pesquisa. Não há aí qualquer juízo de valor ou hierarquia de relevância entre os três códigos culturais da tipologia. Os serviços prestados para difusão dos benefícios da amamentação ou a assistência social e reforço escolar dirigidos a crianças e adolescentes de uma determinada comunidade não são menos importantes do que os serviços destinados ao maior acesso de pessoas pobres nas universidades ou à formação cívica de mulheres negras e homossexuais que reivindiquem seus próprios direitos, por exemplo. Entendo que todas as ONGs possuem motivações políticas, filantrópicas e/ou ecológicas para atuação. Mais ainda, sustento que esses três códigos culturais delimitam as principais fronteiras simbólicas da noção de ONG no Brasil.

O procedimento de classificação das ONGs foi inspirado na tipologia da ação weberiana, ainda que não se trate de uma aplicação direta desta. Weber identificou um tipo específico de ação, a ação social racional com relação a fins, como modelo-base para compreensão sociológica de todas as ações sociais. Mesmo as ações que não são explicitamente racionais, como as ações afetivas e tradicionais, só podem ser analisadas sociologicamente quando lhes são atribuídas um modelo particular de racionalidade. Proponho aqui uma reflexão análoga. Tomo o domínio da política como uma referência modular para compreensão sociológica dos diferentes tipos de engajamento que estão presentes no mundo das ONGs. Com isso, quero enfatizar que, seja qual for seu tipo, as estratégias de ação elaboradas pelas ONGs ocorrem sempre mediadas por um universo político pré-estruturado. Não há como desconsiderar a dimensão política inerente ao

papel das ONGs, mesmo que ela não seja intencionalmente considerada pelos próprios agentes.

Assim, por exemplo, uma ONG filantrópica (tipo 2) que trabalha pelos direitos de uma determinada população indígena no norte do Brasil está inevitavelmente envolvida no debate nacional mais amplo sobre soberania territorial do Estado e exploração dos recursos naturais. O mesmo pode acontecer com *ONGs como ação ecológica* (tipo 3), constantemente acusadas pelo Estado brasileiro de desenvolverem biopirataria e de atuarem a serviço de organizações internacionais e outros Estados nacionais que supostamente estariam interessados no controle do território amazônico no país.

Neste sentido, não se trata de negar o caráter político das entidades tipo 2 ou tipo 3, ou negar a característica filantrópica das organizações tipo 1 ou tipo 3. O que procuro fazer é agrupar as ONGs em três princípios gerais para ação que podem estar simultaneamente presentes nas ações de uma organização, mas que possuem pesos diferenciados nas produções de significados realizadas por cada instituição. Se há uma dimensão hierárquica entre os termos da classificação proposta, ela diz respeito estritamente às prioridades ideológicas estabelecidas pelas próprias organizações.

A fim de sistematizar a configuração particular do sentido das ONGs no Brasil, proponho relacionar as características específicas dessas três matrizes ideológicas com dois valores sociais que organizam a militância das ONGs em todo o mundo: solidariedade social e eficiência. Entendo solidariedade social como uma inclinação geral à sociabilidade, cujas características específicas são definidas na natureza dos grupos os quais ela garante coesão. Por sua vez, a noção de eficiência diz respeito ao princípio racional de adequação dos melhores meios para realização de fins visados. Por um lado, ao mobilizar uma acepção durkheimiana do conceito de solidariedade social, reconheço que a natureza moral da solidariedade não se presta à observação sem o auxílio das formas simbólicas que a materializam. Por outro lado, a noção de eficiência também não pode ser separada das referências materiais de cada situação. Assim, tanto a noção de solidariedade social quanto a noção de eficiência são considerados aqui como “conceitos amorfos”, referências gerais cuja legitimidade está condicionada a um conjunto de outros valores sociais que lhes atribuem um sentido particular dentro das

experiências históricas. O quadro seguinte sistematiza três sentidos possíveis para as noções de solidariedade e eficiência no universo das ONGs brasileiras:

Tipo de ONG	Solidariedade		Eficiência	
	Formas de engajamento	Principal oposição de valores	Objetivos	Meios
Ação política	Engajamento político (justiça social - militância política)	Caridade cristã X Militância política	Alterar as relações de poder da sociedade	Influenciar políticas públicas para generalizar resultados (+ conflito com o Estado)
				Instrumentalizar / empoderar pessoas e/ou grupos
Ação filantrópica	Engajamento altruísta (filantropia - humanitarismo- assistência social)	Assistencialismo X Assistência social	Prestar auxílio a grupos sociais em situação de risco	Influenciar políticas públicas para manter resultados (+cooperação com o Estado)
				Oferecer atendimento emergencial e rotineiro a segmentos específicos da sociedade
Ação Ecológica	Consciência ecológica (ecologia – sustentabilidade)	Progresso X Desenvolvimento sustentável	Preservar o meio ambiente	Influenciar e fiscalizar políticas públicas de caráter ambiental
				Sensibilizar a opinião pública e atrair investimentos do mercado

Tabela 1: tipologia das entidades – O sentido das ONGs no Brasil através do cruzamento de dois conjuntos de valores sociais (solidariedade; eficiência) x (justiça social; filantropia; ecologia)

As *ONGs como ação política* são aquelas cujas motivações para ação estão amparadas principalmente pelo valor da justiça social. A esse tipo de motivação corresponde um modelo de engajamento político que tem no próprio exercício da militância uma razão de ser. Esse modelo de engajamento foi gestado através da oposição entre os valores da caridade cristã e da justiça social, um embate que começou a ser formado na aproximação das organizações católicas não eclesiásticas (as organizações leigas) com as ideologias de esquerda a partir da década de 1960, o que corresponde à primeira

grande transformação no processo de formação do campo das ONGs. O principal objetivo dessas organizações é alterar as relações de poder que reproduzem os problemas sociais que elas se esforçam em combater. Existem duas formas de perseguir esse objetivo. Uma delas é pressionar o Estado visando influenciar políticas públicas ou generalizar os resultados de seus próprios projetos. Outro modo de alterar as relações de poder é através dos projetos de empoderamento, isto é, ações que visam instrumentalizar pessoas ou grupos sociais para que elas próprias possam reivindicar seus direitos.

As *ONGs como ação filantrópica* têm suas motivações para ação fundamentadas pelo valor da filantropia, estabelecendo um modelo altruísta de engajamento. A filantropia e o humanitarismo são dois pilares importantes para esse modelo de ONG. O engajamento altruísta foi gestado através da oposição entre assistencialismo e assistência social, uma oposição que estimulou a interação das organizações católicas não eclesiásticas com os movimentos sociais e, neste sentido, influenciou a segunda grande transformação no processo de formação do campo das ONGs. De modo geral, o objetivo dessas organizações é prestar auxílio a grupos sociais em situação de risco, como moradores de rua, crianças abandonadas, idosos, população de um determinado bairro ou comunidade, etc. Um meio para realizar esse objetivo é através de parcerias com o Estado que visem manter os resultados de seus projetos e influenciar políticas públicas. Um meio ainda mais recorrente é o oferecimento de atendimento emergencial ao público alvo (distribuição de roupas, alimentos, tratamento ambulatorial, etc.).

As *ONGs como ação ecológica* têm na consciência ecológica um valor fundamental para estruturar suas principais motivações para ação. Ambientalismo, ecologia e sustentabilidade são conceitos recorrentes nessa visão de mundo. A principal oposição de valores que marca esse engajamento ecológico é aquela entre as ideias de progresso e desenvolvimento sustentável, um debate que tomou forma durante o encontro da RIO 92, um dos principais eventos ligados à terceira transformação no processo de formação histórica do campo das ONGs. Em geral, a missão dessas organizações é lutar pela preservação do meio ambiente (algumas vezes incluindo as pessoas dentro do conceito de meio ambiente). As *ONGs como ação ecológica* perseguem esse objetivo seja influenciando e fiscalizando políticas públicas de caráter ambiental, seja através de campanhas que visam sensibilizar a opinião pública e atrair investimentos do mercado.

Nos capítulos precedentes, procurei demonstrar que o plano material das relações sociais que estruturam o campo das ONGs no Brasil está diretamente associado a um conjunto particular de valores sociais. Dentro desta perspectiva de análise, questões materiais como as assimetrias de poder entre ONGs, Estado e mercado, as áreas de atuação, as relações de *accountability*, os financiamentos ou as estruturas administrativas dessas organizações só possuem interesse se interpretadas sobre um ponto de vista específico, os valores culturais. Dito de outro modo, o plano das práticas sociais é considerado aqui apenas à luz das codificações culturais que lhe conferem sentido. Assim, não procurei aqui propor uma definição institucional do que sejam as ONGs no Brasil. Focalizei o horizonte de valores que conferem sentido aos diferentes usos e definições institucionais corriqueiramente associados a esta noção, neste contexto histórico e cultural específico. Investigar os modelos de interpretação da realidade criados pelos indivíduos em suas interações cotidianas é premissa de uma sociologia interpretativa que, neste caso, trata das variações dos significados que ao longo da história tornaram possíveis as representações que, hoje, estão relacionadas à noção de ONG no Brasil.

A formação do campo das ONGs é um efeito não programado de fenômenos históricos de longa duração. As relações entre Estado e Igreja durante a colonização, a emergência dos movimentos sociais em meados do século XX e a consolidação da sociedade civil no período de redemocratização foram condições necessárias para a formação dos valores sociais que vieram a delimitar um sentido preciso para a experiência das ONGs no Brasil. Caridade, assistência, justiça social, filantropia e ecologia são valores sociais que foram gestados no bojo dos próprios eventos históricos. Cada um desses valores sociais contribuiu de forma particular para a formação do universo simbólico das ONGs, isto é, a formação das visões de mundo que vinculam as pessoas a essas organizações.

PARTE II
A SOCIOGÊNESE NOS INDIVÍDUOS

2.1 Introdução. A política no cotidiano: uma sociologia compreensiva das ONGs no Brasil

2.1.1 Fazer alguma coisa: a reinvenção da política no mundo contemporâneo

Qualquer pessoa minimamente familiarizada com o meio das ONGs no Brasil ou alhures sabe do forte comprometimento emotivo de boa parte das pessoas que trabalham neste meio. A quantidade de trabalho voluntário, os baixos salários e a instabilidade profissional são obstáculos prementes que, para muitos, podem ser contornados através de um compromisso ideológico firmado com uma causa ou grupo de pessoas. Assim, para além da compensação estritamente material, o que também está em jogo é a satisfação pessoal por trabalhar em prol de uma causa vivenciada como justa. Isso envolve uma espécie de obrigação moral que impele os indivíduos à ação e os compensa de todos os percalços a que eles estão sujeitos. No mundo das ONGs, muitos justificam o interesse e envolvimento com o trabalho através de suas motivações ideológicas pessoais. A motivação ideológica concerne tudo aquilo que é vivenciado como um dever, uma obrigação moral que orienta as tomadas de decisão das pessoas. Assim, o trabalho em ONGs é, para muitos, um modo de se engajar em uma causa política, seja ela de orientação feminista, ecológica, sanitária, pacifista, humanitária, etc.

Embora as pessoas apresentem suas crenças ideológicas e morais como principal motivação para o engajamento em ONGs, nem sempre elas estão totalmente conscientes do que consistem essas motivações. Mesmo que elas as atualizem e as recriem cotidianamente no decurso de suas vidas pessoais e profissionais, quando param para pensar sobre essas motivações elas têm dificuldade em defini-las objetivamente. Ao indagar sobre o porquê desse envolvimento emotivo e ideológico com suas respectivas ONGs, por exemplo, não é raro que se tenha como resposta a frase “para fazer alguma coisa”. A recorrência dessa expressão revela uma disposição individual para superar o sentimento generalizado de apatia e passividade que as pessoas percebem como os principais obstáculos para exercer a cidadania no contexto político atual. Neste sentido, “fazer alguma coisa” atribui uma conotação positiva, às vezes mesmo heroica, a uma vontade individual que quer romper com o suposto ostracismo que predomina no modo

como as pessoas percebem seu papel político nas sociedades contemporâneas. De modo geral, é possível identificar duas características gerais que elas atribuem às condições estruturais contra as quais querem atuar. Por um lado, a ideia de falência dos grandes discursos que alimentaram a maior parte das utopias do século XX (Lyotard, 1979). Por outro lado, o aumento da descrença na efetividade democrática das instituições representativas tradicionais, como o parlamento, os partidos e os sindicatos (Manin, 1996).

Assim, em meio às transformações políticas e ideológicas que vêm ocorrendo no mundo durante as últimas décadas, o campo das ONGs é, para muitos, uma possibilidade de refúgio diante do relativo esgotamento dos mecanismos tradicionais de representação política. Através dessas organizações, as pessoas procuram estabelecer novos laços de emoção com a atividade política. Nos capítulos que seguem, explorarei o ativismo das ONGs através de uma perspectiva micro sociológica. As transformações históricas macro estruturais que foram objeto de análise nos capítulos precedentes serão agora interpretadas à luz das trajetórias individuais de pessoas que, hoje, encarnam os valores sociais mobilizados nas atividades das ONGs. Cada trajetória apresenta um ponto diferente de cruzamento entre os vários processos macro históricos de formação dos três valores sociais discutidos na Parte I. O principal objetivo desta segunda parte é, portanto, compreender o sentido visado pelos agentes individuais *portadores* desses valores sociais. Para isso, será de novo relevante a sociologia interpretativa de Max Weber.

De modo geral, para Weber, a tarefa da sociologia é dar conta do sentido da vida social imputado pelos agentes. O sentido é o significado conferido pelos indivíduos às suas ações (Weber, 1999b). Ao afirmar que a ação social é sempre orientada por um sentido que é subjetivo, Weber não quer reduzir a análise ao plano da volição humana. Embora tanto os “fins” quanto os “meios” que os indivíduos lançam mão para a consecução de suas ações sejam subjetivamente visados, eles não são redutíveis à vontade individual. O indivíduo, em Weber, deve ser tomado como recurso analítico e não um recurso empírico de observação. Os indivíduos agem situados dentro de determinados quadros de valores e o resultado de suas ações acaba por transformar esses próprios quadros valorativos. Isso acontece porque em seu esquema analítico não há uma relação de oposição, mas de complementariedade lógica entre ação e estrutura na vida social.

Assim, o fato de destacar as motivações não implica em reduzir a análise apenas ao âmbito individual. Ao tratar a ação social como objeto de análise, Weber se interessa na experiência dos agentes, o que está além da vivência no âmbito estritamente pessoal (Cohn, 1979: 82). O sentido é uma projeção do indivíduo, mas essa projeção transcende sua existência isolada. O indivíduo atribui sentido à vida social mediante uma expectativa com relação ao comportamento das outras pessoas. Ao pesquisador cabe compreender como as expectativas de sentido postas na compreensão dos agentes se transformam em uma valoração, e quais as consequências não planejadas desse processo (Weber, 1999a).

A análise empreendida nesta segunda parte está orientada pela perspectiva weberiana de interpretação sociológica. Nesta introdução, partindo de considerações gerais sobre as noções de valor e visão de mundo e sobre a distinção entre sentido e significado na obra de Weber, explorarei o plano epistemológico de sua abordagem para defender a ideia do ser humano como um ser simbólico, como animal que atribui sentido à vida. A discussão seguirá com uma alusão à metáfora da “jaula de ferro”, metáfora essa que conforma o pano de fundo a partir do qual as motivações dos agentes serão analisadas nos capítulos subsequentes. Feito isso, será exposto um esboço do percurso argumentativo e do procedimento metodológico que orientam esta segunda parte.

2.1.2 Os valores sociais

A noção de valor social é um conceito chave para a abordagem weberiana. Como já lembrado na introdução deste estudo, Weber rejeita qualquer concepção totalizante de realidade social. Para ele, a realidade será sempre produto de uma atribuição de sentido, ou seja, a realidade não existe com um sentido que lhe seja intrínseco, são as pessoas que mobilizam os valores sociais para atribuir sentido ao mundo. Nas sociedades modernas, o principal valor que confere sentido à realidade é o valor da razão. Assim, o predomínio da racionalidade instrumental em sociedades contemporâneas não é o resultado de um desenvolvimento espontâneo da natureza humana. Antes, o predomínio da racionalidade instrumental revela a hegemonia de uma determinada visão de mundo que tende a valorizar o cálculo racional como característica eminente da ação. O triunfo

da racionalidade como valor só ocorre no confronto cotidiano travado com outros valores.

A noção weberiana de valores sociais permite compreender o modo como as pessoas que trabalham nas ONGs atribuem significado a essas organizações. Tomando a noção de cultura como um conceito de valor (Weber, 2001: 27; Villas Bôas, 2001; Cohn, 1979: 98), Weber explora a relação de implicação mútua entre ação e estrutura. Não há como conceber os valores ou a cultura como um domínio isolado da realidade social. Weber entende que as ações e motivações humanas são orientadas por um quadro de valores sociais estabelecidos nas próprias interações sociais. Em seu estudo clássico sobre o protestantismo e as origens do capitalismo, por exemplo, apesar de contrapor a abordagem do materialismo histórico, Weber reconhece o poder coercitivo das estruturas sociais. O capitalismo como sistema econômico é uma realidade objetiva que se impõe a qualquer indivíduo que viva dentro deste sistema. Contudo, o interesse primordial do autor é entender como são formadas essas estruturas objetivas (Weber, 1999a: 34). Assim, o poder coercitivo de um sistema econômico, de um regime político, de preceitos de conduta religiosa ou de qualquer outro tipo de estrutura social não são reflexos de um desenvolvimento “natural”. A formação das estruturas sociais deriva do plano histórico das relações entre as pessoas. Dito de outro modo, ao mesmo tempo em que são influenciadas pela estrutura social, as relações sociais também influenciam essas mesmas estruturas.

Para entender a relação de implicação mútua entre ação e estrutura na abordagem de Weber é necessário considerar os valores sociais como referências culturais que as pessoas mobilizam para atribuir significado ao mundo. É através dos valores sociais que elas se posicionam frente aos fenômenos sociais, estabelecem modelos de conduta, consolidam maneiras de se portar no mundo, visões de mundo. Não havendo um sentido imanente à realidade, cabe às pessoas reivindicarem e disputarem entre si o sentido legítimo que irá orientar suas condutas. A ênfase da abordagem weberiana sempre recai sobre a imbricação entre as motivações pessoais e o contexto cultural que, ao mesmo tempo, forma e é formado por essas motivações.

Novamente, ação e estrutura são dimensões complementares da análise sociológica e são igualmente importantes para compreensão dos fenômenos sociais. No caso aqui

proposto para análise, para explorar a vinculação entre ação e estrutura é necessário entender o modo como os agentes das ONGs atribuem sentido a essas organizações. Para isso, cumpre inicialmente identificar (i) o quadro de valores sociais que conferem sentido à noção de ONG no Brasil, para então compreender (ii) o modo como os indivíduos reproduzem, atualizam e alteram essas referências culturais em suas vidas cotidianas. Enquanto a formação dos quadros de valores das ONGs foi objeto da primeira parte deste estudo, nesta segunda parte exploro o modo como as pessoas vivenciam essas relações macro estruturais no curso de suas próprias trajetórias pessoais. Dito de outro modo, se antes foi enfatizada a dimensão estrutural da produção de significado sobre as ONGs no Brasil, agora o foco da análise é sua dimensão subjetiva (ou vivida) pelos atores.

*2.1.3 Sentido e significado na abordagem weberiana: o *homo symbolicus**

Para adentrar nesse universo subjetivo de representações e trajetórias pessoais, além de me amparar em conceitos como “valor” e “visão de mundo”, também corro as noções weberianas de “sentido” e “significado”. O presente estudo reforça a necessidade de diferenciar analiticamente as duas noções, mesmo essa distinção não tendo merecido maior atenção por parte do próprio Weber. Como discutido acima, a compreensão da noção de sentido implica em levar em consideração as expectativas que os indivíduos projetam na realidade social. Essas expectativas, ou atribuições de sentido, são realizadas através de valores sociais que estão em confronto permanente nas relações sociais. Não existe uma linha de continuidade ou convergência entre os diferentes valores que conferem sentido à realidade, sempre prevalecem entre eles relações de oposição e contradição. A atribuição de sentido é realizada através do confronto entre os valores. É dentro destes embates que são criados e recriados os significados que conferem inteligibilidade às relações sociais. Assim, podemos compreender o significado como algo que pertence à esfera relativamente estável do processo interpretativo/criativo da realidade social, enquanto o sentido diz respeito ao processo dinâmico de criação e recriação dos significados. Dito de outro modo, o sentido corresponde ao significado em movimento²¹.

²¹ Em domínios diferentes da sociologia, alguns autores se propuseram o mesmo desafio de diferenciar sentido e significado. No âmbito da teoria literária, por exemplo, Vygotski (1993) argumenta que o

Certamente, a distinção aqui proposta entre sentido e significado possui validade restrita ao terreno analítico. No plano cotidiano das relações sociais não é possível estabelecer tal distinção pela simples razão de não existir significado em estado puro e estanque. Os significados são sempre mutáveis. Variam em função do próprio exercício de interpretação, que está sempre situado na cultura e na história. A distinção conceitual entre sentido e significado serve apenas ao propósito de ressaltar que a atividade produtora de sentido nunca acontece em um vácuo de significados. Os atores e eventos históricos que conferiram os primeiros contornos ideológicos do campo das ONGs na década de 1970 dialogavam, por exemplo, com valores e significados originariamente religiosos. Sempre em movimento no confronto permanente entre os valores sociais, não é possível conceber nenhuma forma estanque de significado.

Entender o sentido das ONGs implica, portanto, em conceber seus significados possíveis dentro de contextos históricos específicos. Nos capítulos precedentes isso foi realizado à medida que a formação do horizonte ideológico das ONGs foi associada às relações de poder entre Igreja, Estado e organizações privadas não lucrativas no Brasil. Vimos que os significados que atribuem sentido à noção de ONG estão em contínua transformação histórica desde muitos séculos. Agora cumpre observar de que modo as pessoas que trabalham nas ONGs legitimam essas transformações no plano de suas próprias vidas. O objetivo desta segunda parte é compreender de que modo essas pessoas mobilizam em suas trajetórias individuais os valores sociais trabalhados na Parte I e quais os significados produzidos neste processo. Assim, lanço mão de uma sociogênese²² nos indivíduos, isto é, procuro analisar os constrangimentos estruturais do campo a partir de trajetórias individuais. O que interessa aqui é menos a vivência

sentido de uma palavra envolve um conjunto de fatores dinâmicos e instáveis que são determinados pelo seu contexto de utilização. Assim, sentidos diferentes podem ser atribuídos a um mesmo conceito a depender do contexto de sua discussão ou aplicação. Por sua vez, o significado diz respeito a um fundo de conhecimento que, mesmo não sendo estático, tende a permanecer estável ao longo das variações de sentido (Vygotsky, 1993). Por sua vez, Hirsch (1967) entende que o sentido diz respeito à intenção do autor enquanto o significado é uma construção do outro que interpreta o sentido originário. Outro teórico da literatura que levou em consideração essa distinção foi Bakhtin (1984; 1981), para quem o sentido é uma resposta a uma pergunta, logo, um diálogo, enquanto o significado permanece estático e fora do diálogo como um potencial sentido. De um lado, a polissemia, de outro a unicidade da palavra.

²² A noção de sociogênese é um artefato analítico operado por Elias para vincular biografias individuais e processos históricos de longa duração, como, por exemplo, no caso de sua obra sobre Mozart. Apresentando a trajetória de vida de Mozart, Elias analisa as tensões que, na segunda metade do século XVIII, marcaram o remanejamento dos equilíbrios de poder entre o grupo establishment cortesão e os outsiders burgueses na Áustria. Elias considerou a vida de Mozart como um micro processo no seio de um período de transformações estruturais (Elias, 1995).

pessoal e mais a experiência subjetiva. Dito de outro modo, ao invés de buscar apenas reconstruir as estórias e narrativas das pessoas sobre suas trajetórias, procuro identificar os valores que elas atribuem às suas experiências (Rosenthal, 2006; Cohn, 1979: 82).

O exercício dessa sociogênese nos indivíduos permite expor com maior riqueza de detalhes os deslocamentos de significado a que esteve exposta a noção de ONG no Brasil. Levando em consideração principalmente o contexto histórico e cultural dos últimos quarenta anos, serão expostos aspectos biográficos de pessoas que produziram significado sobre as ONGs neste período. Isso será realizado com o objetivo de compreender as perspectivas através das quais essas pessoas interpretam o mundo, atribuem sentido à realidade. Para isso, exploro as premissas epistemológicas que situam as concepções de ator e ação na abordagem weberiana, aquilo que alguns autores denominam sua *antropologia filosófica*²³. Para Weber, qualquer ação humana, seja ela instrumental ou não, envolve necessariamente uma atribuição de sentido ao mundo. Portanto, a realidade está sempre em construção, pois as pessoas atribuem sentidos os mais variados aos fenômenos da vida social. Em última instância, para Weber, o homem é um animal que atribui sentido às coisas, um animal preso às teias de significado que ele mesmo teceu (Geertz, 1973).

Assim, se lançarmos luz sobre a abordagem weberiana dentro deste registro epistemológico encontraremos a imagem de um *homo symbolicus*, um indivíduo que atribui sentido ao mundo. Todo indivíduo vê o mundo a partir de lentes culturais específicas. Ao contrário do que pensam alguns críticos, não existe uma forma culturalmente neutra de interpretação do mundo na abordagem de Weber. Os próprios cientistas vêm o mundo através dos *valores* da razão e da objetividade. Qualquer pessoa tem uma forma particular de perceber e de oferecer sentido ao mundo. Muitos vivem em função da religião, interpretam a realidade segundo preceitos religiosos. Outros preferem ter sua vida organizada em torno de um ideal político, ou de uma pessoa

²³ Apesar de ser usualmente associada aos primórdios do pensamento mitológico grego, a noção de antropologia filosófica vem sendo recuperada por autores contemporâneos na sociologia e na filosofia com o objetivo de explorar os pressupostos epistemológicos de conceitos como “homem”, “ator”, “indivíduo”, “pessoa”, etc. Neste sentido, o uso contemporâneo da noção de antropologia filosófica não tem por objetivo definir um conjunto de características universais e iniludíveis no ser humano. Pelo contrário, o interesse é preservar toda a plasticidade histórico-cultural da noção de indivíduo e estabelecer critérios gerais de ordenação dessa plasticidade, isto é, estabelecer uma correlação entre diversidade e unidade humana (Peters, 2008; Bourdieu, 2001; Taylor, 1988).

amada, ou de um time de futebol. É praticamente interminável a lista de motivações que as pessoas acionam para oferecer sentido à realidade. Apresento, portanto, a imagem do *homo symbolicus* como uma metáfora dos fundamentos epistemológicos que orientam a sociologia de Weber. Essa metáfora traduz o impulso humano para a criação de significado, sem o qual não haveria pensamento nem vida social.

2.1.4 Reinventando a política

Ao estudar as consequências não intencionais da ética protestante para a formação do sistema econômico capitalista moderno, Weber observou que a orientação materialista da noção protestante de salvação, o que ele chamou metaforicamente de *tênuemanto* que dava ao indivíduo a escolha de fazer ou não seu uso, acabou por se enrijecer na forma de uma *prisão de ferro*, da qual não é possível se desvencilhar (Weber, 1999a: 131). De acordo com essa metáfora, uma das condições para a consolidação do capitalismo é a naturalização e banalização daquilo que em seus primórdios fora vivenciado como vocação. A jaula de ferro diz respeito, portanto, a um mundo em que os valores culturais do capitalismo estão menos atrelados a visões de mundo, esses valores tornam-se apenas objeto das relações ou pressões de ordem econômica. Assim, para Weber, o mundo da jaula de ferro, a modernidade, diz respeito ao mundo cuja vocação não está assentada por uma visão de mundo, um mundo onde prevalecem os especialistas sem coração (ib.).

No último capítulo da *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber chama atenção para as mudanças na produção de sentido sobre a acumulação de riquezas na Antiguidade, na Idade Média e na era Moderna. Nesta última, o ideal calvinista do trabalho como vocação acabou propiciando a criação de um ambiente ideológico favorável ao desenvolvimento do capitalismo moderno. Contudo, um efeito não programado desse processo foi a autonomização do espírito capitalista em relação ao sentido religioso originário. A acumulação de riquezas deixa de ser relacionada a uma visão de mundo religiosa para se tornar efeito de uma pressão de ordem econômica. Assim como aconteceu com a acumulação de riquezas, a participação política também está sujeita a muitas alterações de sentido no curso da história. Atualmente, a complexidade das relações políticas, econômicas e culturais no mundo contribuem para

tornar obsoletas as formas modernas de participação política. Isso explica a recorrência de diagnósticos sobre a crise de legitimidade dos modelos de ativismo e representação política nas sociedades contemporâneas (Gurza Lavalle, Houtzager e Castelo, 2006; Avritzer, 2007; Manin, 1996; Bellah et al, 1986; Barber, 1984). Muitas vezes, esse diagnóstico sobre o relativo declínio das formas tradicionais de se fazer política ressalta o atual predomínio de valores sociais que colocam em primeiro plano a satisfação de interesses imediatos e individualistas, o que termina provocando um efeito deletério no plano das motivações políticas, atingidas por sentimentos generalizados de apatia e descrença.

Seja como for, em meio às transformações do ambiente tradicional da política, as sociedades contemporâneas recriam uma série de novas modalidades de ação e representação política que vão se juntando às formas de ação e representação partidárias e sindicais. Além das ONGs, outras instituições ganharam relevância política, como conselhos, ouvidorias e uma diversidade de associações. Muito por conta de sua plasticidade e diversidade institucional, as ONGs foram as instituições que mais se desenvolveram no cenário geral de empoderamento dos novos atores políticos durante as últimas décadas. Neste começo de século, as ONGs estão solidamente estabelecidas em praticamente todos os cantos do mundo. Essa consolidação do campo das ONGs a nível mundial é, para muitos, uma possibilidade de reverter o predomínio do sentimento de apatia e descrença da política cotidiana. Ainda assim, mesmo estando espalhadas por toda parte, a experiência histórica e cultural dessas organizações varia enormemente. O desenvolvimento histórico dos valores sociais e das motivações pessoais que estruturaram o campo das ONGs no Brasil, na França e na Turquia, por exemplo, é diferente em cada um desses países.

O principal objetivo desta segunda parte é analisar o modo como as pessoas que trabalham em ONGs no Brasil atribuem sentido à suas vidas pessoais e profissionais. Quais são suas principais motivações, suas expectativas, de que modo mobilizam os valores sociais, tudo isso será objeto de indagação nos capítulos que seguem. A imagem do *homo symbolicus* é a referência analítica através da qual interpreto as histórias de vida das pessoas que colaboraram com esta pesquisa. Ao refazer suas trajetórias biográficas, tive acesso ao universo de suas representações e motivação gerais para ação. Procurei, portanto, refazer o ponto de vista dessas pessoas. Claro, seguindo a

orientação de uma sociologia compreensiva, em nenhum momento tive a pretensão de estabelecer um conhecimento empático perfeito, compreendê-las desde dentro. Ao contrário, procurei refletir sobre o modo como elas explicam o que sentem, já que é impossível “sentir” no lugar delas. Assim, as motivações dessas pessoas só foram acessíveis através do discurso delas próprias, isto é, o modo como elas narram suas experiências de vida.

Uma questão recorrente neste tipo de empreitada é a chamada ilusão biográfica dos próprios narradores, que tende a atribuir *a posteriori* uma ordem e cronologia de acontecimentos que são fortuitos (Bourdieu, 1986). Contudo, como já foi exposto anteriormente, minha preocupação não é com a verossimilhança dos acontecimentos narrados, mas com a maneira das pessoas produzirem significados sobre suas próprias vidas. Neste sentido, os possíveis prejuízos da ilusão biográfica são convertidos em estratégia de investigação. O esforço dos entrevistados para estabelecer uma ordem coerente em meio aos eventos aleatórios que fazem parte de suas trajetórias termina expondo o modo como cada um concebe como “deveria ser” sua vida na forma de uma sequência coordenada e lógica de acontecimentos. Dito de outro modo, a fantasia da coerência revela, sobretudo, a visão de mundo e a interpretação da pessoa sobre sua própria vida.

2.1.5 *Os dados da análise*

O material que serve de base para essa segunda parte foi coletado em duas frentes. A primeira delas é o conjunto das 50 entrevistas do NIED, que são também o principal material de análise da primeira parte. Como mencionado anteriormente, o questionário dessas entrevistas foi fracionado em duas partes: as representações das próprias pessoas e a história de suas respectivas organizações. Em ambas as partes a conversa terminava quase invariavelmente fazendo referência à vida pessoal delas e de outras pessoas, o que trouxe muitos elementos para a análise micro sociológica. Além disso, realizei posteriormente um segundo conjunto de nove entrevistas em profundidade, três em cada tipo de ONG. Cinco pessoas já haviam sido entrevistadas na primeira pesquisa. O objetivo dessas entrevistas foi checar as impressões geradas na análise do primeiro material.

Através do primeiro conjunto de 50 entrevistas tive acesso a muitas informações sobre as trajetórias das pessoas. Essas informações foram extraídas quando os entrevistados manifestaram suas percepções e opiniões sobre os assuntos tratados na primeira parte do questionário (questões sobre a identidade das ONGs e suas relações com o Estado, o mercado e a sociedade civil), mas também quando falaram sobre a história das suas organizações. Depois de organizar e interpretar esse material, elaborei um roteiro aberto para o segundo conjunto de entrevistas. As conversas giraram em torno da vinculação entre vida pessoal e profissional. Dentre outros assuntos, foi perguntado o quanto o envolvimento no trabalho interferiu no ciclo de amigos, na relação com a família, os principais obstáculos, dilemas, satisfações e outras formas de emoção que se manifestaram no âmbito profissional. O principal objetivo foi analisar o modo como essas pessoas mobilizam os valores sociais que conferem sentido às suas experiências pessoais nas ONGs.

Seja na elaboração do projeto, na realização das entrevistas ou na análise dos dados coletados em campo, tive que lidar com uma dificuldade permanente durante a pesquisa, a saber, o fato dos valores sociais não se prestarem em si mesmos a uma observação sistemática. Assim, para acessar essa dimensão tão abstrata e analisar sua arquitetura simbólica interna procurei identificar sua vigência empírica através do modo como as pessoas mobilizam esses mesmos valores em situações históricas específicas. Atento a essa dificuldade, é preciso também reconhecer que os próprios indivíduos não possuem necessariamente consciência sobre os valores que eles mobilizam no decurso de suas ações. A dimensão inconsciente dos valores é muito mais recôndita e inacessível do que a dimensão consciente das opiniões e discursos que as pessoas constroem no cotidiano. Tratar dos valores sociais em uma entrevista, por exemplo, é tratar de algo que dificilmente pode ser tornado explícito no nível da linguagem. Neste sentido, um desafio colocado ao pesquisador nessas situações é captar o que está sendo construído nas entrelinhas dos discursos, isto é, tratar das questões e visões de mundo que permanecem mais ou menos estáveis em meio às diferentes posições e opiniões que são momentaneamente assumidas pelas pessoas.

2.1.6 Percurso argumentativo

Nos capítulos seguintes, exporei quatro trajetórias individuais visando analisar as visões de mundo dessas pessoas. O modo como cada trajetória constrói o sentido de sua própria existência dentro do mundo das ONGs revela aspectos importantes de estruturação desse campo. A primeira trajetória explorada é a de Herbert de Souza, popularmente conhecido como Betinho. A trajetória de Betinho é aqui tomada como o arquétipo mais influente das trajetórias individuais no meio das ONGs. Hoje em dia, é praticamente consenso entre especialistas e na mídia que Betinho foi responsável pela maior contribuição individual na formação do campo das ONGs do Brasil. Além de ter fundado organizações importantes, sua história de vida se confunde em vários momentos com as transformações estruturais do próprio campo. Assim, a trajetória de Betinho serve como referência para analisar em conjunto e separadamente todas as trajetórias individuais que estão ligadas ao mundo das ONGs.

Depois de fazer a recapitulação da vida de Betinho, no capítulo seguinte apresento mais três trajetórias individuais no mundo das ONGs. Nessas trajetórias serão explorados muitos temas diferentes, todos eles relacionados com questões antecipadas na experiência de Betinho. A política, a filantropia e a ecologia, códigos culturais explorados na primeira parte deste estudo, serão então encarnadas em três personagens diferentes: Marcel, Dari e Thais. Cada uma dessas três trajetórias oferece encaminhamentos específicos para as mesmas questões enfrentadas por Betinho, questões que foram decisivas na formação do sentido contemporâneo das ONGs no Brasil.

As quatro trajetórias expostas foram elaboradas a partir da história de vida de pessoas reais. Com exceção de Betinho, todos tiveram seus nomes próprios e os de suas instituições alterados para preservar suas identidades. As citações em itálico são todas verídicas. Começo com Betinho porque sua trajetória individual possui uma forte correspondência com as transformações analisadas na Parte I deste estudo. As outras três trajetórias foram em larga medida inspiradas em três histórias de vida realizadas no segundo conjunto de entrevistas. Fiz, portanto, uso tipificado da história me atendo a três exemplos concretos. Contudo, a fim de enriquecer o modelo e dificultar a

identificação dos entrevistados, eventualmente incorporei elementos e acontecimentos presentes em outras trajetórias.

O capítulo 2.6 trata da comparação entre as quatro trajetórias. A identificação com o tema do trabalho e as motivações para ação, o sentido missionário, a vinculação entre vida pública e vida particular, a experiência pessoal com o sofrimento, são alguns tópicos que servem como referência para o exercício da comparação. Em seguida, chegamos ao capítulo de considerações finais que sistematiza a discussão ao realizar uma análise cruzada entre os valores da justiça social, filantropia e ecologia e os valores do engajamento e protagonismo individual. Após o fechamento da segunda parte segue a conclusão geral do estudo, quando retomo os principais elementos de toda a discussão e reforço a complementariedade entre as abordagens da macro sociologia e da micro sociologia.

2.2 Um jogo de espelhos: a vida de Betinho e o campo das ONGs

A história de vida tratada neste capítulo apresenta um arquétipo fundamental para compreender a formação do campo das ONGs no Brasil. A contribuição política e a trajetória pessoal de Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho, é algo que já pertence ao domínio público. Conhecido por grande parte da população brasileira, Betinho encarna a imagem de um herói nacional, alguém que venceu os mais diversos tipos de adversidades na vida pessoal e ainda assim ofereceu uma contribuição importante à consolidação da democracia no Brasil. Certamente, uma história de vida como essa não poderia ser esgotada em apenas algumas páginas. Nesse capítulo, me limitarei a alguns dos eventos considerados mais importantes de sua experiência, transitando por dentro dos domínios entrecruzados de sua vida pública e sua vida pessoal. Mais uma vez, o principal objetivo desta narração (bem como das três seguintes) é adentrar no plano subjetivo dos atores que atribuem sentido à noção de ONG no Brasil. A trajetória de Betinho será abordada sob o prisma de sua visão de mundo. Interessa, neste sentido, compreender como temas tão diferentes como amor, sexualidade, política, religião, saúde e doença se acomodaram na compreensão de Betinho sobre o mundo. Essa experiência subjetiva será contextualizada dentro das condições macro históricas que foram analisadas na primeira parte deste estudo.

Além de reportagens em jornais e programas televisivos, os fatos mencionados nessa reconstituição estão especialmente amparados em quatro referências bibliográficas. A biografia intitulada *Betinho: sertanejo, mineiro, brasileiro*, de Carla Rodrigues, é uma publicação que reúne de modo exaustivo e com riqueza de detalhes estórias, relatos e outros registros de informação sobre a vida de Betinho (Rodrigues, 2007). Essa é sua biografia mais completa, escrita por uma ex-assessora, que realizou trabalho de investigação histórica dirigido como subsídio para elaboração de uma obra literária. Já *Memórias do exílio* (1976) e *Revolução de minha geração* (1994) são dois depoimentos de Betinho em momentos distintos de sua vida. O primeiro ocorreu no Canadá, durante sua experiência no exílio. Trata-se de um depoimento encomendado pelos historiadores Pedro Cavalcanti e Jovelino Ramos a intelectuais e ativistas

brasileiros expatriados (Cavalcanti e Ramos, 1976). No segundo, já na década de 1990, recebeu o jornalista François Bougon para uma série de entrevistas que seriam editadas em francês e português. Por sua vez, *Estreitos nós* é uma coletânea de textos escritos por amigos e pessoas próximas após sua morte (Souza, 2001). A maior parte das informações apresentadas a seguir foi extraída dessas quatro referências bibliográficas. A fim de tornar mais palatável o aspecto visual do texto, evitarei remeter essas citações no restante do capítulo.

A trajetória de Betinho traduz com notável correspondência os grandes acontecimentos que marcaram a formação do campo das ONGs no Brasil. Após uma educação extremamente religiosa na infância e adolescência, sua juventude foi marcada por forte comprometimento religioso e engajamento político. Contudo, o envolvimento com a política acabou por desestabilizar as convicções religiosas de Betinho, que então renegou a Igreja e se declarou ateu. Partiu para o exílio durante a ditadura militar. Ao retornar, fundou ONGs que foram fundamentais para a formação do campo, como, dentre outras, o IBASE, a ABIA e o Viva Rio. Foi, por exemplo, por iniciativa do IBASE que ocorreu o encontro de 1986, aquele em que foi adotado o nome ONG como referência identitária para essas organizações. A luta pessoal de Betinho contra a AIDS e a campanha nacional contra a fome e a miséria projetaram sua já conhecida figura a um nível de popularidade poucas vezes atingido por uma pessoa no Brasil. O trabalho desenvolvido por Betinho ao longo da década de 1990 foi um dos principais ingredientes para o crescimento em visibilidade e a popularização das ONGs.

A trajetória de Betinho representa, portanto, um microcosmo bastante representativo do que foi o processo de formação do campo das ONGs no Brasil. Seu percurso individual encontra forte correspondência com o âmbito mais abrangente de transformação dos valores sociais que conferiram sentido à noção de ONG, objeto da primeira parte deste estudo. As origens religiosas e o rompimento com a Igreja, a procura por uma identidade ideológica/institucional independente e a popularização do engajamento cívico são características que poderiam ser atribuídas tanto ao processo de formação do campo das ONGs do Brasil em geral quanto à trajetória particular de seu principal agente. Dito de outro modo, a história de vida de Betinho oferece contornos individualizados ao processo geral de transformação da caridade católica na militância política. Assim, o principal desafio dessa recapitulação e também daquelas que virão no

capítulo seguinte é operar uma sociogênese *no* indivíduo, isto é, analisar o modo como as condições estruturais abordadas na Parte I estão vinculadas a percursos individuais. Neste sentido, por contemplar todas as três etapas de transformação do campo, o pioneirismo de Betinho é tomado aqui como arquétipo através do qual foram interpretadas as várias histórias de vida pesquisadas neste trabalho.

Tradicionalmente, seja em biografias, depoimentos, estudos científicos ou em material jornalístico, sempre que se fala na história de Betinho é praticamente inevitável destacar todas as dificuldades e barreiras que ele venceu em vida. Sua debilitada condição de saúde foi, por exemplo, um desafio constante. A hemofilia e, depois, a AIDS foram condições permanentes na trajetória de Betinho, condições que interferiram de maneira decisiva em aspectos tão diversos de sua vida, desde seu cotidiano até a formação de sua personalidade. Embora seja inevitável tratar dessas dificuldades na trajetória de nosso personagem, aqui a questão da saúde aparece sempre relacionada ao tema da sua vivência ideológica. Se, por um lado, a precariedade de sua saúde influenciou bastante as percepções de Betinho sobre a vida e a política, por outro lado, isso não é suficiente para justificar, tampouco interpretar, sua visão de mundo. É preciso ter em mente seu percurso de formação ideológica, indagando de que modo ele foi produzindo sentido sobre sua situação particular e sobre os contextos históricos com os quais ele dialogava. Não se trata de lançar mão de uma perspectiva apenas psicológica de interpretação. Ao invés do processo de construção da subjetividade de Betinho, o interesse aqui recai sobre a construção subjetiva dos processos históricos tratados na Parte I.

Betinho nasceu em 1935, na cidade de Bocaiúva, em Minas Gerais. Seus pais, Henrique e Maria, eram pessoas extremamente religiosas e prezavam a caridade cristã e a solidariedade como valores importantes em suas vidas. Antes do nascimento de Betinho, Henrique já praticava caridade em sua profissão de dono de padaria, quando mantinha o hábito de doação de comida aos mais pobres. Sua mãe, Maria, também tinha o hábito de preparar almoços e jantares não apenas para seus familiares, mas também para os (muitos) amigos da família, estudantes de medicina que faziam residência no hospital da Santa Casa da Misericórdia, frades dominicanos da JEC e da JUC e diversas outras pessoas que apareciam na residência dos Souza. Betinho tinha sete irmãos e irmãs. Dois deles eram, assim como ele, portadores da hemofilia, doença genética que compromete a coagulação sanguínea, expõe a pessoa a riscos cotidianos e demanda um

tratamento rigoroso, sendo muitas vezes necessária a transfusão de sangue. Pequenos cortes e acidentes podem acarretar graves complicações.

Boa parte da infância de Betinho foi passada no ambiente de trabalho de seu pai. Nos depoimentos e biografias, suas lembranças de infância remetem quase sempre ao contexto do presídio e depois da funerária onde trabalhava seu pai. Dos três aos oito anos de vida, Betinho passou boa parte de seus dias na penitenciária de Neves, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, onde seu pai trabalhava na direção do almoxarifado. O ambiente era bastante tranquilo e não lembrava em quase nada o ambiente tradicional de uma penitenciária. Os detentos cumpriam pena em regime semiaberto e estavam integrados à vida comunitária. Depois de trabalhar como almoxarife do presídio, Henrique foi gerente de uma funerária. Betinho frequentou cotidianamente a funerária dos 8 aos 14 anos de idade. Durante esse período, brincadeiras, sonecas, refeições, tudo era vivenciado em meio aos caixões da funerária, sem haver aí qualquer conotação macabra.

Diante das limitações próprias a uma criança hemofílica, Betinho viveu uma infância relativamente difícil, mas sempre cercado pela família. Quando chegou o período de sua adolescência, a hemofilia lhe impôs restrições ainda mais severas. A fase mais traumática aconteceu entre os 15 e 18 anos, período em que contraiu a tuberculose. Naquela época, em 1950, a tuberculose era uma doença que praticamente condenava as pessoas à morte e apresentava alto poder de contágio. Depois de confirmado o diagnóstico, restaram duas opções à família de Betinho: enviá-lo para o sanatório ou isolá-lo no quartinho de fundos da casa em que morava. Eram poucas as esperanças de cura, a família já estava preparada para o pior, tendo, inclusive, convocado um padre para lhe conceder a extrema-unção. Os pais resolveram mantê-lo em casa. Instalaram uma campainha que ligava o quarto às outras dependências da casa e construíram uma cancela de madeira para impedir a entrada dos irmãos mais novos. Durante os três anos de reclusão, Betinho passava a maior parte do tempo lendo livros e revistas e fazendo cursos à distância. Foram tempos difíceis para o jovem:

Eu vivia uma semana sã, três semanas doente, mais ou menos essa média mensal. Nos primeiros anos do ginásio vem a tuberculose. Durante três anos fico na cama, num quarto no fundo da casa. Do

nascimento até os 18 anos minha vida foi um longo processo de sobrevivência. O meu mundo era a família e mais o que entrava na minha consciência através de atividades tais como aeromodelismo, cerâmica, fotografia... Coisas que um hemofílico pode fazer. E, com a tuberculose, foram então três anos de leitura contínua e permanente (Souza, 1976).

Suas irmãs Tanda, Wanda e, principalmente, Zilah ajudaram Betinho a investir em leituras no período de reclusão. Trouxeram-lhe uma penca de livros, que iam desde os romances de Dostoievski e Christie até as obras de pensadores do humanismo cristão francês, como, dentre outros, Maritain, Mounier, Chardin, passando também por filósofos como Sartre, Heidegger e Kierkegaard. Em suas leituras, Betinho desenvolveu ainda mais o apego à religião. Zilah foi uma figura importante na formação da religiosidade de Betinho. Além das indicações bibliográficas, Zilah cuidava também de arrancar as páginas com fotos de mulheres nas revistas lidas por Betinho, uma maneira de ajudá-lo a evitar a masturbação, única transgressão possível para quem já estava privado de quase tudo.

A religiosidade que marcou a infância e adolescência de Betinho foi acompanhada por um forte processo de repressão sexual. Qualquer desejo ou fantasia sexual, paixões e até mesmo as infantis brincadeiras de médico eram tratados como pecados imediatamente confessados ao padre. Sua primeira relação sexual só ocorreu aos 25 anos. Herdou da mãe o pavor pelo “demônio” e muitas vezes associou pureza sexual e religiosa como uma condição necessária no processo de cura da tuberculose. As leituras dos católicos franceses durante o período de reclusão reforçaram sua crença religiosa e, mais do que isso, incentivaram-no a viver a religião como uma forma de engajamento político, seguindo o exemplo das três irmãs que já militavam na Ação Católica.

Logo após a cura da tuberculose, Betinho começou a comungar diariamente e foi atrás do tempo perdido, na escola e na militância católica. Convencido de que a cura fora uma compensação divina à sua rígida postura religiosa, Betinho retoma os estudos secundários e decide ingressar na Ação Católica e também no movimento estudantil através da Juventude Estudantil Católica (JEC). Na escola, Betinho era três anos mais velho do que os demais colegas de classe e exercia sobre eles forte influência

intelectual, o que contribuiu para desenvolver sua capacidade de liderança. Dentro da JEC, ele experimentou uma carreira de rápida ascensão, tornando-se logo presidente da organização em Belo Horizonte. Seu carisma, suas leituras e sua história de vida o credenciaram a coordenar a liderar as atividades da JEC. Para ele, o mais importante nessa época era compensar o período em que ficou recluso sem poder fazer militância:

Em 1953, quando entrei na JEC, comecei a ter uma atividade mais ampla. Até então a vida tinha sido uma imensa preparação, cheia de tensões, de obstáculos, de impossibilidades e de superação. E também uma vida cheia de vontade, de uma decisão, de uma fome imensa de sair e ir para a frente. Quando sigo e entrei na Ação Católica tinha vontade de tirar uma diferença com 18 anos, de viver sem estar na ativa. Realmente, foi uma excelente preparação para uma atividade marcada pelo voluntarismo, pelo otimismo, como se uma pessoa passasse 20 anos amarrada e depois se soltasse... entrei na JEC! Ali o cristianismo virou a revolução, sob todos os aspectos, de liderança, de conversão, de companheiro, de camarada, de amigo (Souza, 1976: 69).

Diferentemente da visão tradicional do cristianismo que apresentava Cristo como uma figura assexuada, desligada e mística, os ativistas da JEC defendiam a ideia de um Cristo revolucionário, forte, proativo e, nas palavras deles próprios, macho. Essa nova percepção de Cristo ajudou os militantes a reformularem a visão tradicional que tinham do cristianismo. Ao invés de impotência e castração, a religião passou a ser percebida como uma força propulsora, que os impelia à ação e à transformação do mundo. A interpretação religiosa do mundo passava a incorporar o valor da justiça social como uma referência importante. O cristianismo procurava dialogar com o marxismo. Estava aí plantado o movimento que, anos mais tarde, culminaria na formação da teologia da libertação. Betinho participou ativamente da JEC desde que retomou os estudos secundários após a cura da tuberculose. Terminado o ensino médio, Betinho ingressa nos cursos de administração pública e de sociologia política da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)²⁴, em 1958. Na FACE, a experiência acumulada em quase cinco

²⁴ Ligada à Universidade de Minas Gerais, a FACE era uma instituição de primeira importância no cenário político brasileiro daquele momento, um dos principais focos de mobilização e participação popular nos

anos de militância na JEC propiciou a Betinho uma ascensão rápida e natural à Juventude Universitária Católica (JUC). Junto com a FACE, a JUC era uma das principais forças políticas do movimento estudantil daquela época.

À medida que crescia seu envolvimento com a militância política no final da década de 1950 e começo da década de 1960, diminuía o envolvimento com a religião. Isso acontecia não apenas com ele, mas com boa parte das pessoas que começaram sua militância política dentro da Igreja. A religião deixava de ser uma prioridade para essas pessoas e se tornava algo até mesmo secundário se comparada com seus compromissos com o ideal da justiça social, por exemplo. Nos círculos da JEC e da JUC era cada vez mais recorrente o debate sobre o “ideal histórico”, um debate que evocava o pensamento de Jacques Maritain e Emmanuel Mounier para afirmar as questões sociais como um problema de primeira importância para as instituições religiosas. Assim, em 1960, no encontro comemorativo de 10 anos da JUC, os jovens decidiram não reconhecer mais a subordinação à Hierarquia da Igreja. Comungados com a UNE, muitos deles abraçaram o marxismo e estreitaram laços institucionais com o comunismo soviético (o próprio Betinho viajou para a URSS em missão especial da UNE). A aproximação com o marxismo e com o comunismo soviético abalou seriamente as relações da JUC com a Igreja.

Contudo, a aproximação com o marxismo e as organizações de esquerda não foram as únicas razões para o afastamento de Betinho da religião. Em vários relatos, ele destaca a experiência com a psicanálise como um ingrediente fundamental nesse processo. Quando começa a fazer análise, em 1962, Betinho decide enfrentar suas dificuldades afetivas e emocionais de juventude, especialmente a repressão sexual. A imagem religiosa e mística que ele havia erigido em torno de si mesmo começava a ruir diante de conversas cada vez mais intensas no divã, quando tratava seu passado como objeto de reflexão do presente. A partir desse momento, que coincide com a intensificação de sua atuação política, sua identidade religiosa foi se enfraquecendo. A religião perdeu o status de chave explicativa para sua compreensão da realidade, Betinho então abandonou a crença em Deus:

anos que precederam a ditadura militar. Além de Betinho, passaram por lá Vinicius Caldeira Brant, Simon Schwartzman, José Serra, Elisa Reis, Bolíva Lamounier, Paulo Haddad, Fábio Wanderley Reis e muitos outros.

Eu já fui católico apostólico romano durante oito anos, de comunhão diária. Eu já fiz todas as confissões e todas as comunhões que um homem tem direito a fazer. Mas, houve um momento em minha vida que a estrutura religiosa foi minada por um psiquiatra louco. Eu estava fazendo um tratamento e ele virou para mim, interpretando um sonho, e disse: ‘você tem uma fixação com Cristo’. Eu falei: ‘claro, eu sou da Ação Católica, toda pessoa da Ação Católica está fixada com Cristo’ e ele falou assim; ‘É, mas o Cristo é uma figura ambígua, ele é homem, mas se veste de mulher. Ele é homem, mas tem cabelos compridos’ e eu falei: ‘ih, danou tudo’. Nesse momento, a minha estrutura religiosa tradicional todinha caiu por terra, ruiu e com isso desapareceu o problema da existência ou não existência de Deus (Souza, 1996).

Certamente, isso não aconteceu da noite para o dia. O afastamento da religião ocorreu mediante um longo processo de transição, que só terminou depois dos trinta anos de idade. Gradualmente, o trabalho de militância política vai entrando em contradição com os preceitos católicos que vigoravam dentro dos espaços institucionais em que ele atuava, como a JUC, a Ação Católica e a Ação Popular. O ato sexual, por exemplo, deixa de ser apenas um meio para a reprodução. Betinho começa a namorar com Irles, aquela que se tornaria sua primeira esposa e mãe do primeiro filho. Além de toda essa mudança comportamental com relação à atividade sexual, o abandono da religião também foi acompanhado por uma recusa a toda e qualquer outra forma de dogmatismo. As sessões de psicanálise e os acontecimentos vivenciados entre o começo da década de 1960 e o começo da década de 1970 fizeram Betinho mudar radicalmente sua concepção de ação histórica. Cada vez mais ele passava a minimizar o sentido missionário e voluntarista das ações de esquerda:

A primeira coisa que descobri foi a perda do sentido missionário. Olha, eu não sou nenhum dos doze apóstolos, nem o décimo terceiro. Descobri que sou um cidadão comum e corrente. Que não tenho a missão e dever de estar convencendo ninguém a entrar em meu apostolado. Estou exatamente para liquidar com essa visão religiosa

do revolucionário como um apóstolo. Acho que o dia em que chegar o momento em que vamos participar de um processo não vai ser porque um chamou ou teve a ideia, mas porque uma necessidade objetiva nos vai colocar na situação de trabalharmos juntos (Souza, 1976: 102).

O afastamento da religião e do sentido missionário que lhe é correspondente não quer dizer que Betinho tenha desconsiderado por completo a experiência do seu passado. Ao contrário, ele procurou preservar características consideradas positivas no seu envolvimento com a religião, como, por exemplo, as ideias de compromisso e de responsabilidade com uma causa. Seu envolvimento com a religião não representa um desvio em sua trajetória política, mas um elo que o trouxe à militância política. Um elo que, tal como um cordão umbilical, precisava ser removido para sua própria evolução. Neste sentido, o abandono da religião é considerado como um processo natural no amadurecimento de sua consciência política, que se torna cada vez menos religiosa, ainda que preservasse características que foram gestadas dentro da própria religião:

Assim como a vinculação religiosa nos jogou no movimento estudantil, o movimento estudantil nos jogou na política nacional. Ao crescer esse movimento de participação, a religião já não dizia mais nada. Passamos então de uma visão religiosa a uma perspectiva política. Só que passávamos à política com a mesma mística que havíamos vivido na religião, a mesma perspectiva de compromisso, a mesma pureza, responsabilidade, auto-renúncia. É claro, a própria prática dirigia o nosso conhecimento para uma amplitude maior, para o marxismo (Souza, 1976: 71).

O momento em que Betinho começa a se afastar da religião coincide (não por acaso) com o começo da sua militância na Ação Popular (AP). Apesar de ter sido criada em 1962, a Ação Popular foi o coroamento da discussão sobre o “ideal histórico”, iniciada dois anos antes, por ocasião do encontro comemorativo dos dez anos da JUC. Fundada majoritariamente por membros da JEC e da Juventude Independente Católica (JIC), a fundação da AP foi o meio encontrado por essas pessoas para reivindicar independência com relação à Hierarquia eclesiástica, rompendo definitivamente com a Igreja. Ainda que fossem preservados traços da filosofia humanista e do pensamento dos católicos

franceses, a AP tinha a missão de desenvolver a política nacionalista, a reforma universitária, a defesa da escola pública, a aliança entre estudantes, proletários e camponeses, temas alheios à discussão religiosa. A participação de Betinho na fundação da AP acabou por projetar ainda mais sua influência política e carismática. Foi ele, por exemplo, quem redigiu o texto de fundação da organização. Já no primeiro parágrafo era definido o principal objetivo da AP, articular a sociedade civil e preparar o terreno para uma revolução:

A ação popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade, como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica que nos é dado viver. Visão, opção e ação traduzem para nós três momentos articulados de um só movimento: o movimento mesmo da nossa presença à história de que não somos espectadores, mas atores conscientes. Movimento que, por sua vez, é luta e só em termos de luta pode ser interpretado

(Ação Popular apud Lima, 1979: 118, grifos meus).

Já no primeiro parágrafo de seu texto-base, a AP ressaltava que o movimento por ela dirigido não podia ter qualquer outro registro de interpretação que não fosse a política. Nem mesmo a religião, “só em termos de luta [o movimento] pode ser interpretado”. Betinho passou então a vivenciar os processos concomitantes de abandono da religião e de total imersão na política, o mesmo ocorreu com muitos outros militantes com origens semelhantes às dele. A política passava a ser a lente através da qual eles interpretavam o mundo, tratavam da política pela política e não mais pela religião. Certamente, o fato de muitas pessoas terem passado pela mesma transformação não significa que elas o fizeram exatamente da mesma maneira. Neste ponto, o caso de Betinho é muito mais a exceção do que a regra. Veremos adiante que outro percurso possível foi o de viver uma relação de ambivalência com a religião, isto é, quando a mesma é deslocada da vida pública, mas permanece recôndita na vida privada. No caso de Betinho, a religião foi expurgada tanto da sua vida pública quanto privada. Décadas mais tarde, por ocasião do seu velório, Betinho já havia se precavido e pediu a amigos mais próximos que fossem retirados todos os símbolos religiosos do local.

Após o golpe militar em 1964, os militantes da AP foram perseguidos pelos militares. Em 1965, Betinho parte para o exílio no Uruguai. Além de interferir em sua militância política, o golpe militar repercutiu também no âmbito de sua vida pessoal. Irles e Betinho preparavam o casamento. O casal manteve os planos e, mesmo estando fora do país, Betinho foi representado por um procurador e a cerimônia foi formalizada no Brasil. Logo em seguida, Irles partiu ao encontro do marido no Uruguai. Voltaram um ano depois. Assumiram identidades falsas, tiveram um filho e viveram clandestinos no Brasil alguns anos até se separarem. Em 1971, Betinho saiu do país para uma longa temporada no exílio. Naquele momento, suas convicções ideológicas já haviam mudado bastante. Betinho passou então a avaliar negativamente tanto as ações da AP quanto seu engajamento com a organização. Em parte magoado por um rebaixamento institucional e em parte desiludido com as referências ideológicas em voga na AP, Betinho passou a criticar duramente o centralismo democrático e o dogmatismo que imperavam na organização. No momento que decidiu romper com a AP e partir para o exílio, ele fechava um ciclo que havia começado no seu envolvimento com o movimento estudantil universitário, no final da década de 1950.

O primeiro destino no exterior foi o Chile, que naquele momento reunia um grande número de exilados brasileiros durante o governo socialista de Salvador Allende. Sentindo-se seguro em terras chilenas, ele retomou a profissão de sociólogo e voltou a usar seu nome verdadeiro. Esses foram tempos felizes para Betinho, que havia recuperado o elo perdido entre a militância política e a produção intelectual. Os dois anos que lá viveu foi um período de grande aprendizado e também deslumbramento com o nível de politização e mobilização das massas.

Após o golpe militar de 1973 e a destituição do governo socialista de Allende, Betinho decide sair do Chile. Dessa vez, o plano de fuga incluía também Maria Nakano, militante da AP que ele havia conhecido e com quem mantinha uma relação amorosa desde 1970, quando ainda era casado com Irles. Essa história de amor duraria longos 27 anos, até a morte de Betinho. Maria foi a pessoa mais querida na vida dele, uma companheira inseparável. Com a ajuda de amigos, conseguiram embarcar para o Panamá, onde foram recebidos como refugiados políticos. No Panamá, Betinho foi tomado pelo desejo de entrar nos EUA para ir estudar o capitalismo internacional em uma Universidade americana. Quando apareceu uma oportunidade de irem para o

Canadá, Betinho não pensou duas vezes. Achava que seria mais fácil entrar nos EUA saindo do Canadá. Logo que chegaram, Maria e Betinho ficaram abrigados dois meses em um convento até receberem do governo canadense um pacote de benefícios que incluía auxílio saúde, aulas de inglês e uma quantia mensal. Foram então morar na casa de amigos. Depois de conseguir trocar o status de imigrantes provisórios e obter um visto permanente, o casal se instalou no alojamento do campus da Universidade de York, onde Betinho se matriculou no curso de doutorado em sociologia. A condição de estudante garantia a Betinho moradia e uma bolsa, ajuda suficiente para cobrir suas despesas com alimentação. Devido a um somatório de razões, como sua posterior mudança para o México, os trabalhos paralelos e a dificuldade para escrever em inglês, Betinho não chegou a concluir sua tese sobre as transformações do Estado brasileiro. Depois de conseguirem mais duas bolsas de uma organização ligada ao Conselho Mundial de Igrejas, Maria e Betinho trocaram o campus universitário por um apartamento em um bairro de imigrantes.

O último destino no exílio antes do retorno definitivo ao Brasil foi o México. A convite de Theotônio dos Santos, então diretor do Departamento de Economia da Universidade Autônoma do México, Betinho assume o cargo de professor nessa Universidade. Sempre na companhia de Maria, permanecem menos de dois anos no país, morando em uma casa localizada em Coyoacán, bairro histórico da cidade do México. Após o anúncio da anistia no Brasil, em setembro de 1979, Betinho decide retornar com o ânimo renovado pela possibilidade de, enfim, voltar a fazer política em seu país natal.

A primeira vinda ao Brasil foi rápida, durou apenas duas semanas, tempo suficiente para começar a matar a saudade dos amigos e familiares que haviam ficado no Brasil. Betinho precisou retornar ao México para se desvincular da Universidade e resolver outras pendências. Retornou definitivamente em dezembro. Ao desembarcar com Maria no Brasil não tinha emprego nem dinheiro. Ficaram os primeiros quatro meses no apartamento de seu irmão Henfil, em São Paulo. Movido por boas lembranças de sua curta estadia no Rio de Janeiro, decidem fixar residência nessa cidade, a sexta para onde se mudariam desde que começaram a viver juntos. Ao se fixar no Rio de Janeiro, no ano de 1980, Betinho tinha 45 anos. Sua vida de fuga no exílio e na clandestinidade havia começado quando ele tinha 28 anos. Ávido por retomar sua vida no Brasil, Betinho fechava mais um longo ciclo dentro de sua sinuosa trajetória.

No Brasil, tratou de logo retomar suas atividades políticas. Era como um segundo despertar, ainda mais poderoso do que aquele vivenciado aos 18 anos, quando saíra da reclusão médica em razão da tuberculose. Dessa vez, ao invés da militância católica, seu farol dentro da política era o próprio valor da democracia. Betinho fundou e ajudou a fundar uma série de instituições com o objetivo de fortalecer a sociedade civil brasileira, que também despertava de um sono profundo que durou todo o regime militar. Sua experiência no exterior, as pessoas que ele conheceu e as instituições pelas quais ele passou foram ingredientes fundamentais na fundação das organizações que viriam a se tornar as primeiras ONGs do Brasil.

Uma das maiores contribuições de Betinho foi fundar, junto com Carlos Afonso e Marcos Arruda, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Vimos no capítulo 1.4 que o IBASE foi uma instituição chave no processo de formação do campo das ONGs no Brasil. Além de ter coordenado os debates que definiram a identidade ONG na primeira metade da década de 1980, a principal função do IBASE era (e continua sendo) apoiar os movimentos sociais e contribuir para a reflexão sobre as políticas públicas no Brasil. A ideia foi gestada ainda no período do exílio, através de trocas de correspondências entre os três fundadores. Logo após sua instalação no Rio, Betinho partiu à procura de recursos para viabilizar a fundação do IBASE.

Um dos capítulos mais dramáticos na vida de Betinho após o retorno ao Brasil foi sua luta contra a AIDS. A descoberta de sua infecção ocorreu em 1986. Um ano antes a notícia sobre o vírus HIV e os primeiros testes realizados no Brasil colocaram em pânico todos os hemofílicos. Devido às constantes transfusões de sangue, estimava-se que 80 a 90% deles estariam contaminados. Os dois irmãos hemofílicos de Betinho, o cartunista Henfil e o músico Francisco Mário, logo apresentaram os primeiros sintomas da doença e, alguns meses depois, faleceram. Naquele momento, a falta de informações com relação à doença, sua proliferação entre os homossexuais e usuários de drogas injetáveis, sua fatalidade e a ausência de medicamentos eficazes faziam da AIDS uma questão repleta de preconceitos e discriminações contra os doentes. Poucas pessoas tinham coragem de admitir publicamente a doença, razão que elevou ainda mais a popularidade de Betinho:

Em 1986, fiz o teste. A chance de ser poupado era uma em dez. Perdi. Eu era soropositivo. No fim daquele ano, meus dois irmãos manifestaram a doença. Quando anunciei publicamente que eu era soropositivo e que meus irmãos já estavam doentes, a mídia nos englobou na mesma perspectiva, destinados à mesma sorte. Éramos o trio da fatalidade. (...) Essa poderá ser uma das minhas experiências mais difíceis. Eu a vivi com os homossexuais, os drogados, e eu estava na presença de seres humanos, não de objetos de condenação moral (Souza, 1994: 79 e 84).

Como sempre acontecera em sua vida, Betinho elevou sua experiência pessoal com a AIDS para o nível público do seu engajamento político. Agora, o papel de militante da democracia se confundia com o papel de porta-voz e defensor das pessoas contaminadas pelo vírus HIV, fazendo ressurgir nele o sentido missionário que havia enterrado com seu desligamento da AP. Fundou então a Associação Brasileira Interdisciplinar sobre AIDS (ABIA) com o objetivo de ampliar a discussão sobre a doença para além do âmbito da medicina, incorporando também o âmbito da política, da cidadania e das relações sociais. Apesar de passar toda a vida com uma saúde bastante debilitada, foi a experiência com a AIDS que trouxe o sentido da morte para mais perto de Betinho, afetando em cheio seu cotidiano. Acelerou seus planos de casamento com Maria, que ocorreu em uma cerimônia dentro do IBASE, buscando evitar deixá-la desamparada após sua morte. Mesmo com a possibilidade de usar preservativos, o medo de contaminar Maria fez com que o casal desistisse de ter relações sexuais. Betinho encerrava, então aos 51 anos, uma trajetória sexual iniciada tarde, aos 25 anos.

Eu te digo francamente que eu sou um privilegiado. Eu acho que o que aconteceu comigo ao longo da vida foi uma sucessão infinita de sortes. Não era para estar vivo quando nasci, porque hemofílico não sobrevivia, eu sobrevivi. Eu sou um hemofílico com 61 anos de idade, essa é a primeira sorte. Depois, eu sobrevivi a uma tuberculose, quando a tuberculose era a AIDS ou o câncer ou a lepra nos anos 1950. Eu sobrevivi à clandestinidade, eu sobrevivi ao Fleury [delegado Sérgio Paranhos Fleury, comandante do DOPS], olha que

não é pouca coisa. Estou sobrevivendo a AIDS. E sempre na risca, quando a coisa está chegando para terminar (Souza, 1996).

Após ter sobrevivido à tuberculose, à hemofilia, à repressão e ao exílio, a AIDS representava então mais um desafio a ser vencido na vida de Betinho, e assim o foi. A doença não o impediu de continuar sua militância política, pelo contrário. Além do engajamento na própria questão da AIDS, Betinho se lançou também no combate à corrupção, na luta pela democratização das informações e na luta contra a fome e a miséria. Essa última causa talvez seja aquela em que ele mais triunfou. Em 1993, Betinho montou uma campanha social que entraria para a história do Brasil, articulando atores diversos no âmbito da sociedade civil, do Estado e do mercado, todos contra a fome e a miséria. A campanha intitulada *Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida* representou um marco na história do voluntariado e da formação do campo das ONGs, conforme já exposto no capítulo 1.5 deste trabalho. Vimos que, já no primeiro ano de campanha, 26 milhões de brasileiros estavam engajados. Mais uma vez, o sucesso da campanha fez crescer ainda mais a popularidade de Betinho, apesar das objeções de críticos que insistiam em classificá-la de assistencialismo. Um dos vários momentos emocionantes da campanha aconteceu quando Betinho foi convidado a dar uma palestra em uma penitenciária feminina, onde as presas haviam aderido à campanha:

Ansiedade festiva, cochichos, risadinhas, cotoveladas de expectativa entre as 279 detentas do Talavera que haviam aderido à Campanha contra a Fome e fizeram chegar a Betinho o convite para ir vê-las - típico convite que ele faz entrar na marra em sua agenda doida. Maria Alice Alves, 24 anos, dois filhos pequenos, camisa regata, cabelo ralo, shortinho de moleca e sete anéis nos dez dedos, tem três anos já cumpridos de um total de dez. 'Tráfico', esclarece. É a mais elétrica da galera. 'Pelos boatos aqui dentro comecei a conhecer Betinho. Que pessoa! Estou arrepiada de pensar que ele está aqui com a gente! E quem não se emocionar é porque não tem sentimento. A gente aqui dentro não sabe o preço das coisas, mas sabe que pode ajudar. A gente tá presa, mas tá comendo - bem ou mal são três refeições por dia. O pessoal aí fora pensa que está solto, mas está é

preso pela fome. Sábado a gente já não janta, pronto’. Pulando uma refeição por semana, vão juntar 54 litros de óleo, 50 quilos de farinha, 150 de arroz e 50 de feijão. Cantam o Hino Nacional com a mão no peito, ovacionam a presidiária que teve a idéia toda e ouvem Betinho de mãos dadas. Como diz Maria Alice, ‘quem não se emocionar não tem sentimento’. Betinho está um trapo de tanta emoção. Mas não sai dali sem deixar a semente de uma ideia nova, no caso uma carta assinada por todas as presas e endereçada aos empresários que começaria assim: ‘Nós já demos nossa parte, e vocês?’. Quase foi sufocado de tantos beijos na testa, com batom vermelho e tudo. Vale acrescentar que cinco outros presídios masculinos do Rio, além do Carandiru, de São Paulo, aderiram ao movimento (Revista Veja, 1993).

Nos últimos anos de vida, Betinho já era um dos brasileiros mais conhecidos de seu tempo. Tamanha popularidade lhe rendeu diversos convites para atuar na política do Estado, a maior parte deles recusados. No fim de 1992, por exemplo, por indicação de Luís Inácio Lula da Silva, o então presidente da República Itamar Franco convidou Betinho para dirigir o recém criado Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). O convite foi prontamente recusado por Betinho, que alegou “problemas de saúde e ojeriza a cargos governamentais” (Fico, 1999:126). Betinho também teve seu nome indicado por Franco para receber o Prêmio Nobel da Paz, em 1994. Diversas organizações nacionais e internacionais da sociedade civil manifestaram apoio à candidatura, além de um abaixo-assinado reunindo 283 mil assinaturas. Contudo, um episódio em que Betinho se envolveu com Nilo Batista, um conhecido contraventor do jogo do Bicho, interferiu negativamente no resultado do pleito. Betinho havia aceitado uma doação de Batista para evitar a falência da ABIA. Isso veio a público. O episódio lhe rendeu duras críticas na mídia, abateu sua autoestima, mas não foi suficiente para macular sua imagem pública frente à sociedade brasileira.

Betinho morreu em 1997, pouco antes de completar 62 anos, no apartamento em que vivia com Maria, cercado por vinte amigos escolhidos por ele próprio. Ciente da proximidade da morte, tomou suas últimas decisões: deixou uma carta emocionada para ser entregue à companheira após sua partida e pediu que fossem retiradas todas as velas,

crucifixos e demais símbolos religiosos em seu velório. Betinho foi marcado por uma trajetória de vida extremamente ambivalente, repleta de dilemas e contradições entre a religião e a política, a família e a militância, a esperança e o medo, a vida e a morte.

Além de ter fundado as principais organizações pioneiras do campo, Betinho catalisou em sua própria trajetória pessoal as três grandes transformações que fundaram o campo das ONGs no Brasil. Seu envolvimento com a religião revela uma percurso bastante similar à primeira grande transformação: o engajamento político que nasce dentro da Igreja e depois se desenvolve para fora da Igreja. Depois do regresso ao Brasil na década de 1980, Betinho fundou organizações pioneiras que ajudaram a conduzir o processo de debate sobre o perfil identitário dessas instituições, o que conduziu à segunda grande transformação do campo. Já no fim da década de 1980 e começo da seguinte, o engajamento de Betinho na campanha contra a fome e sua luta pessoal contra a AIDS potencializaram a popularidade das recém-criadas ONGs, ajudando a legitimar essas organizações diante do Estado, do mercado e da sociedade civil, um processo que corresponde à terceira grande transformação na formação do campo.

O fato da trajetória singular de Betinho resumir as três transformações da formação do campo das ONGs no Brasil é suficiente para tomá-la como uma espécie de arquétipo das trajetórias individuais que constroem o campo. Um arquétipo que serve como referência ou padrão para comparação e não como um modelo monolítico. Neste sentido, a trajetória de Betinho revela um dos muitos encaminhamentos possíveis nas questões com que ele se deparou. Se as questões são mais ou menos as mesmas para todos, o modo como cada um responde a elas é bastante diferente. O modo como cada agente reagiu ao desafio de autonomização da política frente a religião, por exemplo, foi extremamente variado. Também não há um modelo único de formulação identitária tampouco de profissionalização dessa experiência. Nos capítulos seguintes, serão expostas três trajetórias típico-ideais que apresentam encaminhamentos diferentes a questões gerais similares àquelas vivenciadas por Betinho.

2.3 Três trajetórias: justiça social, filantropia e ecologia no cotidiano

2.3.1 *Marcel*

Marcel Osterman é diretor de uma das principais ONGs brasileiras no campo da agroecologia. Obcecado pelo trabalho, Marcel sempre procurou fazer da agroecologia um motivo para atuar em questões políticas no Brasil. Temas como a reforma agrária, a agricultura familiar e a defesa dos direitos de pequenos produtores fazem parte dos desafios enfrentados por sua ONG dentro do campo da agroecologia. Em meados da década de 1960, ingressou no curso de graduação em economia na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Já no primeiro semestre, entrou para o movimento estudantil. Alguns anos mais tarde alcançava o posto de presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1968, durante a ditadura militar, foi preso no histórico congresso da UNE, realizado na cidade de Ibiúna- MG. Respondeu a inquérito policial da lei de segurança nacional e passou duas semanas no DOPs, onde foi torturado. Depois da prisão foi para a clandestinidade até conseguir sair do país e se exilar na França.

Chegou em Paris em 1969, então com 22 anos de idade, tendo abandonado o curso de economia no Brasil. Ficou hospedado na casa de amigos. Poucas semanas após sua chegada, Marcel foi assistir um seminário sobre pobreza no terceiro mundo. Nessa ocasião, reencontrou Orlando Peixoto, um amigo dos tempos de militância estudantil. Orlando trabalhava em uma fundação americana e estava montando um projeto de pesquisa sobre economia agrícola e combate à fome no mundo. Orlando convidou Marcel a participar do projeto como assistente de pesquisa. O convite foi prontamente aceito. Sem experiência na área de economia agrícola, Marcel começou a se dedicar e estudar o assunto:

Fizemos então uma primeira reunião e logo de cara eu disse pra eles:

- Olha, com toda sinceridade, eu não entendo nada desse assunto.

Vocês me pediram pra participar dessa pesquisa, mas eu não sei

nada! Posso ajudar, claro, mas não tenho nada pra dizer. Se você quiser eu posso dizer que, no limite, em última instância, que a culpa da fome no mundo é do imperialismo (risos). Fizemos muita pesquisa, levantamento de documentação, lemos muita coisa, aprendemos muito sobre esse assunto. Foi assim que eu comecei minha ligação com a agronomia e o tema da economia agrícola, que anos mais tarde me levaria à agroecologia.

Dois anos depois, a equipe de Marcel produziu um paper com os resultados da pesquisa e o apresentou em um Congresso Mundial sobre economia agrícola, em Paris. O paper fez bastante sucesso no evento, o que acabou propiciando contato com muitas pessoas que trabalhavam com o tema. Em um desses contatos, Marcel foi convidado para entrar em uma equipe de pesquisa do Institut Nationale de la Recherche Agricole (INRA), um organismo governamental que desenvolvia pesquisas sobre economia agrícola:

Ainda não era agroecologia, era economia agrícola. Na verdade, aquilo era macro economia. Trabalhei com um grupo de economistas que me ensinou muito sobre macro economia. Todas as pesquisas que a gente fez naquela altura era pesquisa sobre mercado internacional, fiz muita pesquisa, por exemplo, sobre açúcar, café, cacau, banana, soja...

No INRA, Marcel tinha um vínculo de trabalho temporário como pesquisador. Embora seu trabalho gozasse de prestígio e reconhecimento dentro do INRA, o fato de não ter um diploma de nível superior minava qualquer possibilidade de prolongar o vínculo com a organização. Foi então que ele decidiu fazer um mestrado em economia. Apesar de não ter concluído a graduação, as disciplinas cursadas no Brasil permitiram que ele se matriculasse em um programa de curso intensivo oferecido pela Universidade francesa para conferir diploma de estudo superior para estudantes que estavam exilados na França. Nesse curso, conhece Sofia, filha de uma importante liderança do Partido Comunista Brasileiro, com quem viria se casar. Um ano depois de fazer esse curso intensivo, Marcel estava apto a fazer o curso do Diploma de estudos Aprofundados, que equivalia ao mestrado no Brasil. Seu curso foi direcionado para uma área da economia do açúcar no Brasil. Depois disso foi fazer doutorado em economia na Sorbonne.

A tese foi defendida poucos meses antes da promulgação da Lei da Anistia²⁵, em 1979. De um lado, a possibilidade de investir na carreira profissional que ele aprendeu a gostar desde que havia chegado na França. O título de doutor era o requisito que faltava para assumir um posto público no INRA. De outro lado, a saudade de tudo que havia deixado para trás no Brasil e a chance de recuperar a vida interrompida dez anos antes. Em julho de 1980, retorna ao Rio de Janeiro. Começa a procurar emprego na Universidade, mas logo percebe que suas chances eram nulas, afinal o país ainda era governado por militares. Responsável pelo sustento da esposa e das duas filhas, Marcel decidiu aceitar uma proposta de trabalho em uma organização privada. A empresa lidava com grandes obras de engenharia, como construção de barragens e estradas. Sua função seria trabalhar no Departamento de Energias Alternativas e desenvolver estudos para criação de um biodiesel que substituísse o álcool e a gasolina. Após seis meses na empresa, Marcel volta atrás e decide sair do mercado para trabalhar apenas na sociedade civil. A decisão foi consequência de uma série de eventos casuais. O primeiro deles foi um jantar realizado na casa de Mauricio Bulhões.

Maurício era um amigo de longa data que trabalhava como advogado da Pastoral da Terra. Apesar do jantar em comemoração a seu aniversário, Maurício andava preocupado com uma situação que ocorria no seu trabalho. A Pastoral tinha acabado de ganhar um processo na Justiça Federal, um caso dramático de conflito sobre posse de terras que já levava mais de dez anos e algumas vidas no seu curso. Os pequenos produtores que moravam há várias gerações no local conseguiram recuperar a posse da terra que havia sido invadida e apropriada indevidamente por um grupo de grileiros. Contudo, a vitória nos tribunais foi seguida por um movimento desesperado pela venda da terra. Após anos de luta, os pequenos produtores manifestaram interesse na venda da terra, na contramão de todo o esforço e ideal da Pastoral da terra. O direito duramente conquistado passava a ser vendido. Chocado com a situação, Marcel pediu a Maurício que o levasse até o local para conversar com os produtores:

Fizemos uma série de conversas com as pessoas, o Maurício queria demonstrar para eles que a ideia de vender a terra era péssima, iam

²⁵ Lei que anistiou os perseguidos políticos do regime militar.

vender as terras para os mesmos grileiros que tentaram expulsar eles! Era um sistema vinculado à construção de hotéis ao longo da Rio-Santos, foi na época em que abriu uma especulação imobiliária pesada naquela região. Miguel dizia para eles: -Você está pensando que isso é muito dinheiro? Você vai fazer o que com esse dinheiro? Eles respondiam: -Ah, eu vou para o Rio de Janeiro, vou para Niterói, São Gonçalo... Eu dizia: -Não se entra na cidade assim não. Esse dinheiro não vai durar muito tempo não. Você vão se dar mal! Até que chegou um cara que disse assim: -Olha, doutor, o senhor está dizendo que lá na cidade a gente vai se dar mal. Isso é o que o senhor diz. Pode ser, mas aqui eu tenho certeza que a gente vai se dar mal. Eu perguntei: -Como assim? Ele: - Essa terra é muito fraca. A gente produz muito pouco aqui, mal dá para comer. Olha a miséria que a gente vive nesse lugar! O pouco que a gente consegue produzir vem os atravessadores de banana e exploram a gente. A gente está ferrado nesse lugar, não tem futuro aqui, a terra tá gasta. Então aqui a gente sabe que vai se dar mal, lá é o senhor que diz que a gente vai se dar mal. Aí eu pensei, realmente, o Maurício andou tirando a última esperança desses caras. É melhor deixar eles irem embora mesmo...

Na volta ao Rio, Marcel passou noites em claro sem conseguir esquecer o drama dos pequenos agricultores. Foi então que ele voltou a falar com Maurício e com amigos que trabalhavam na FASE para amadurecer um projeto que oferecesse alguma alternativa e essas pessoas. A princípio, pensaram em organizar uma cooperativa para produção de banana. Mas avaliaram que esse projeto poderia ter uma durabilidade curta. Outra possibilidade seria explorar o mercado emergente do turismo na região, cultivando frutas e hortaliças para hotéis, pousadas e restaurantes. Contudo, não havia nenhuma tradição de cultivo desses gêneros entre os agricultores, eram todos produtores de milho e feijão. Além disso, uma horticultura convencional naquelas condições exigia um custo material demasiadamente alto. Ainda que conseguissem um financiamento para um projeto desse tipo, o sucesso ficaria restrito apenas à experiência local. O interesse deles, contudo, sempre fora o de generalizar os resultados, isto é, desenvolver soluções

que pudessem ser reproduzidas em outros contextos. Era preciso encontrar uma solução tecnológica barata, um projeto que pudesse ser efetivado em larga escala:

Não tinha como levantar grana da Igreja ou das organizações internacionais para todos os milhões de agricultores familiares no Brasil. Conversando sobre isso, um técnico da FASE em disse: -Olha, tem um pessoal aqui falando em agricultura alternativa, que é um negócio que não usa produtos químicos, não usa pesticida, não usa semente melhorada, então é um negócio que é, certamente, muito mais barato. Agora, se funciona, eu não sei... Eu achei interessante aquilo e comecei a pesquisar essa história. Descobri que existia um movimento de agricultura alternativa, e que eles haviam feito um encontro em Curitiba, em 81. Aí eu peguei o conceito daquilo e pensei que se realmente funcionasse isso poderia virar uma solução técnica apropriada para sustentabilidade. Ainda não existia essa palavra como conceito, mas a ideia era essa: sustentabilidade para agricultura familiar. Na minha cabeça isso era uma questão antes de tudo política. Eu vinha de um partido Maoísta que sempre olhava pro campo como uma questão estratégica. Então a questão da agricultura familiar era muito importante para mim.

O projeto foi então montado por Marcel, Maurício e Clóvis Menta, técnico da FASE. Apresentaram-no a algumas agências de cooperação, mas não obtiveram o retorno esperado. Marcel decidiu então recorrer ao Estado francês, que passava por um momento de reformulação com a vitória de François Mitterrand. O Ministro de Cooperação Técnica e outras autoridades do governo Mitterrand eram seus conhecidos dos tempos de INRA. Através desses contatos ele conseguiu arrecadar o capital inicial para por em prática o projeto. Dotada de um orçamento de 40 mil dólares (30 mil dólares da cooperação francesa e 10 mil dólares de uma organização de luteranos alemães), a Rede Nacional de Agricultura Familiar (RNAF) nascia com a ambição de começar algo que pudesse mexer com a agricultura como um todo. O objetivo principal era elaborar métodos e técnicas que permitissem solucionar os problemas da agricultura familiar e defender políticas públicas que ampliassem esse modelo de produção:

Aí você vê que, na origem, a nossa aproximação com a questão da agroecologia não tem a ver com a questão ecológica. Eu tinha pouca coisa de ecologia na cabeça. Eu estava olhando para a questão do custo econômico para o agricultor. Pessoas pobres que não têm acesso ao capital. Então eu tinha que descobrir técnicas baratas que eles fossem capazes de absorver e que ele possa então progredir sem ter que usar o recurso que ele não tem. Então nossa primeira proposta foi procurar tecnologia barata. O fato de ela ser ambientalmente correta, aceitável, isso ai veio depois. Isso veio como uma compreensão posterior, a compreensão de que a questão ecológica era intrínseca ao desenvolvimento. Acertamos por acaso em uma questão de fundo, porque estávamos respondendo uma questão que nem sabíamos que existia naquela época. A questão da sustentabilidade, um conceito que só apareceu depois da Eco-92.

A fundação da ONG foi concomitante a um momento de transformação em sua vida pessoal. O trabalho na RNAF o ajudou a superar a separação da mulher:

Quando eu comecei esse projeto, a minha vida familiar já tinha ido pro brejo. Eu sempre viajei muito e achava isso bom, ficar um tempo longe dela, depois voltava com mais vontade de seguir na relação. Até que em determinado momento eu fui me dando conta que a relação já não estava muito boa. Esse vai e vem durou alguns anos e chegou uma hora que não dava mais, decidimos nos separar. Éramos um casal improvável. A formação política dela era com o Trotskismo e eu com o Maoísmo. Quando voltamos ao Brasil estávamos os dois dentro do PT, mas sem muito entusiasmo. Chegando aqui ela retomou o foco da sua militância na questão do feminismo e eu já tinha o meu foco político entrelaçado com o meu foco profissional. Esse espaço profissional da promoção de desenvolvimento agroecológico preencheu as minhas necessidades de ação política. Mas minha militância partidária era secundária, minha militância política era no ramo da minha profissão mesmo. Eu me realizava na militância através do meu exercício profissional.

2.3.2 *Dari*

Nessa conversa sobre minha vida, vai surgir o Centro Comunitário de Educação Infantil (CCEI), vai surgir física, eu vou falar de Deus, da Bíblia, enfim, vou misturar tudo isso. Aliás, é até difícil explicar essa mistura. Até minha mulher às vezes tem dificuldade de entender como essas coisas podem ficar tão misturadas. Mas a minha vida é assim, sempre foi assim. Eu não sei separar, eu sou uma pessoa compacta, tudo isso está dentro de mim.

Dari dos Santos Cruz é diretor de uma pequena ONG que atua junto a crianças carentes em bairros populares do Rio de Janeiro. O Centro Comunitário de Educação Infantil (CCEI) oferece serviços de assistência pedagógica e reforço escolar a essas crianças. Além de dirigir o CCEI, Dari é professor emérito de física em uma importante Universidade brasileira. Passou por prestigiosos centros de pesquisa como o Instituto Max Planck, o CERN, o Europlasma e o KTH. Possui publicações em importantes periódicos científicos internacionais. O sucesso de sua carreira acadêmica é ainda mais valorizado quando se leva em consideração sua origem humilde. Dari foi criança de rua, nasceu em uma região muito pobre do Estado do Rio de Janeiro e desde cedo aprendeu a conviver com todo tipo de dificuldade:

Eu nasci em uma favela de São Gonçalo, sempre fui muito pobre. Minha mãe era empregada doméstica e meu pai trabalhava em uma usina de açúcar. Tinha dia que eu não tinha nada pra comer, passei fome. Eu sei o que é pobreza, eu vivi isso. No lugar do café eu tomava água morna. Não tinha carne, era feijão, arroz e banana. Quando muito repolho, ou então um franguinho. Mas eu não era triste não, não era fraco.

Após ter concluído o primário em 1965, Dari começou a cursar o ginásio, mas logo teve que abandonar os estudos. A situação precária da família o pressionou a trabalhar desde

cedo. Fez carroto em feiras, trabalhou em oficina de automóvel, foi ajudante de pedreiro, vendedor ambulante e fez todo tipo de biscate. Em 1969, então com 16 anos, Dari decidiu se matricular em um curso de formação técnica oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Fez dois cursos: estágio em mecânica e ferramentaria. Um ano depois ele encontrou trabalho em uma empresa que construía bombas de gasolina. Sua situação financeira melhorou um pouco. Então decidiu se matricular em um supletivo para concluir o primeiro grau, mas estudou apenas seis meses, fez algumas provas e não terminou o curso. Abandonou o supletivo para servir ao Exército, em 1972. Serviu durante um ano e depois foi readmitido na empresa que trabalhava antes. Em 1973, estudou por conta própria, fez as provas que faltavam e, paralelamente, se matriculou no supletivo do segundo grau. Algumas semanas após a prova do supletivo do primeiro grau foi aprovado no exame do supletivo para segundo grau. Assim, no começo de 1974, Dari havia concluído todo o ensino médio em pouco mais de um ano. Um mês depois, foi aprovado em uma seleção para receber uma bolsa em um renomado curso de preparação para o vestibular. Em 1975, ingressou no curso de graduação em física da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O ano de entrada na Universidade foi também o ano de conversão ao Cristianismo:

Nem sei como eu passei no vestibular, sinceramente. Foi obra de Deus, não tem outra explicação. Claro, tem o meu esforço também, mas sem a ajuda de Deus não seria possível. Eu escolhi física quase que aleatoriamente, mesmo porque eu não era bom nas disciplinas exatas. Eu entrei no pré-vestibular na mesma época em que comecei a montar o meu referencial religioso com a leitura da Bíblia. Foi impressionante. Deus criou uma oportunidade integral, na parte científica e na parte espiritual. É por isso que eu não faço essa separação. Não foi forçado, não foi imposto, foi natural. Às vezes as pessoas se confundem e pensam que eu estou fazendo proselitismo religioso. Eu não faço proselitismo. Isso nunca aconteceu, até porque eu nem tinha uma cultura religiosa. Então, o que eu consegui apreender da Bíblia foi a parte mais pura mesmo, que é fazer o bem, porque a Bíblia fala em fazer o bem, fala que isso é o correto, o certo. E não é para você se exibir que você faz o bem. Eu não estava

contaminado com nada disso, sempre estive muito puro em relação a isso. Meu foco é a pessoa humana.

Influenciado pela avó e pelos irmãos, Dari foi batizado na Igreja Presbiteriana. Começou então a praticar a religião de modo mais sistemático, frequentando os cultos e estudando a Bíblia. A vivência religiosa foi a porta de entrada pela qual ele descobriu o valor da caridade e a ação filantrópica. Orientado por um diácono chamado Sr. Verdino, Dari começou a se envolver em práticas de assistência social através da religião:

Nessa época, antes de existirem as ONGs, a Igreja já fazia trabalho social. A Igreja sempre fez trabalho social. Essa coisa de ONG já é com terceiro setor, aquela firula toda, aí entra muito dinheiro e desvirtua. Na minha Igreja tinha um senhor, um velhinho, sempre que lembro dele dá vontade de chorar, porque ele foi como um pai para mim. Ele era semianalfabeto e era diretor da Junta Diaconal da Igreja presbiteriana. Na Junta Diaconal, você tinha os presbíteros, que eram os que dirigiam a Igreja, e você tinha os diáconos, que eram os que faziam trabalho social. Um dos papéis dos diáconos é cuidar dos órfãos e das viúvas. Em 74, esse velhinho me chamou para subir no morro com ele e fazer uma atividade social lá, distribuir comida. Foi aí que eu comecei o trabalho social, a minha missão de fazer o bem. Eu comecei a aprender isso na Junta Diaconal.

Dari visitava regularmente comunidades pobres na região metropolitana do Rio de Janeiro. Reunia as crianças dessas comunidades e as levava para um terreno da Igreja para fazer atividades de recreação e alimentá-las. Era uma atividade informal, as pessoas ligadas ao diácono Verdino se encontravam uma vez por semana para realizá-la. Isso começou a mudar no final da década de 1980, quando Dari decidiu participar das reuniões públicas que aconteciam no Conselho do Juizado de Menores. Nessas reuniões, Dari conheceu pessoas que o orientaram a formalizar o trabalho social que ele vinha desenvolvendo:

Nós seguimos com esse trabalho informal, a gente nem tinha um nome. Depois é que escolhemos o nome ‘Projeto Ciclo de Amigos’. A

gente ia pra rua fazer jogos educativos, levávamos as crianças para almoçar, tinha muita criança. Elas ficavam expostas, na rua, em lugares horríveis, sujos, cheios de fezes... Eu andava nesses lugares de madrugada, procurando as crianças. Mas era muito perigoso, então foi por isso que eu fui obrigado a formalizar. Uma vez eu fui preso porque estava com criança de rua. Estava ficando perigoso fazer esse trabalho sem formalizar. Tinha muito bandido na rua, muito traficante. Decidimos formalizar e isso não foi complicado. Pegamos o formato jurídico mais fácil que existe, que é instituição. Foi assim que nasceu o CCEI em 1991, oficialmente, com estatuto e tudo. Eu nunca tive a menor idéia disso, tudo o que eu queria era salvar as crianças de ruas.

A fundação do CCEI representou um grande marco em sua vida. A instituição se espelhou no trabalho informal realizado pelos fiéis da Igreja Presbiteriana e se dedicou atender crianças de comunidades carentes. Contudo, além de recreação e alimentação, o CCEI oferecia também atividades pedagógicas complementares à educação formal das escolas. A instituição firmou alguns convênios com o poder público, com organismos internacionais e foi se estruturando dentro do campo das ONGs. A essa altura, a carreira acadêmica de Dari já havia deslanchado. As atividades no CCEI e as realizações acadêmicas eram perfeitamente compatíveis. De fato, o obstáculo mais difícil que ele teve que vencer para levar adiante seu trabalho social no CCEI não estava no âmbito profissional, mas sim no âmbito pessoal:

Sou presidente do CCEI há 20 anos, passamos por várias crises aqui nesse período. Além disso, o meu envolvimento com esse trabalho mexeu também na minha vida familiar. Esse é o tipo de trabalho que você fica ligado a ele 24hs por dia. Arrumar financiamento, montar equipe, trabalhar com eficiência, tudo isso é bem desgastante. Se você ajuda os outros e não se ajuda e nem ajuda os que estão perto, você será duramente criticado. Você educa uma criança de favela, mas você não educa seu filho? Eu tive que trabalhar dobrado! Se eu dou atenção para uma criança da favela e não dou para meu filho, o que ele vai dizer? Essas críticas são cruéis. Eu cheguei a receber algumas

e posso te dizer que doeu bastante. Você tem que equilibrar sua atenção, senão... Minha mulher, se eu fico muito tempo fora ela reclama que estou trabalhando demais. Sempre foi assim, porque isso é um trabalho que te engole, a pobreza.

A característica mais marcante em toda sua trajetória profissional, acadêmica ou pessoal é a fé religiosa, um norte orienta a vida de Dari. Ele atribui sentido à realidade através da religião. Seu trabalho como físico, o trabalho social, o envolvimento com a família, tudo gira em torno de uma perspectiva religiosa de interpretação do mundo:

É como na física, você tem que ter um referencial de trabalho. Se você não tiver esse referencial de trabalho de vida você pode ir pra qualquer lugar que é válido, mas você termina se perdendo. O tipo de trabalho que eu desenvolvo, junto com crianças carentes, é algo muito cansativo, muito penoso. Se você não tiver um foco fica complicado. Tem que ter um foco, um objetivo. Além disso, tem que ter uma autoestima legal também, senão não adianta. Se não for assim você se arrebenta pelo meio do caminho, você fracassa. O meu foco é ter uma utilidade para as crianças, se não tiver isso não vale a pena, não vai dar certo. Sempre fui assim, isso nunca mudou. Desde criança eu tinha essas inquietações filosóficas. Sempre achei a estruturação da vida uma coisa sem sentido. Aliás, se você pensar em nascer, crescer e morrer, isso não tem nexo nenhum, não tem sentido nisso! Pra mim não tem, isso é um absurdo. A vida não pode ser só isso. É preciso ter um referencial, uma missão. A Bíblia me confirmou essas coisas e eu me converti. Foi a Bíblia que me converteu, não foram as pessoas. As pessoas são decepcionantes, são muito inconsistentes. É por isso que eu nunca me decepcionei com a Igreja. Eu estava buscando uma coisa que fizesse sentido. Pra mim, fazer o bem faz sentido. Não tem outro sentido pra vida. Por isso que todos os títulos e reconhecimentos que eu recebi, tudo isso é detalhe. Na verdade, o que importa mesmo é que, pra mim, a vida só faz sentido se você fizer o bem. Sem fazer o bem a vida não faz sentido. Fazer o bem, pra mim, é um destino de vida.

2.3.3 Thaís

Thaís Peixoto tem 42 anos, é bióloga e dirige uma ONG ambientalista formada por oito pessoas. Mora no Rio de Janeiro com seu filho Bruno, de 11 anos. Desde a adolescência, Thaís já manifestava interesse em temas ligados a ecologia. Antes de assumir o cargo de dirigente da ONG Via Eco, já havia militado e / ou trabalhado em áreas tão diversas como vegetarianismo, direitos dos animais, biomas, preservação de espécies vegetais e reciclagem. Áreas diferentes, mas todas ligadas à questão do meio ambiente. Em cada área, sua vida profissional sempre esteve estreitamente vinculada a sua vida pessoal. Sua alimentação vegetariana, por exemplo, repercutiu diretamente em seu interesse pelo tema dos direitos dos animais:

Então, tudo é uma questão de evolução pessoal. A minha visão sobre ecologia está sempre em transformação, eu procuro sempre assimilar novas questões, novos temas, dentro do meu envolvimento com o tema geral da ecologia, entende? A minha própria consciência foi amadurecendo, com o tempo as coisas vão mudando naturalmente. Eu, por exemplo, comi carne até os vinte anos. Só depois que eu me tornei vegetariana. Um tempo depois me tornei vegana e, depois, mais ou menos na época em que engravidiei, voltei a ser apenas vegetariana. Enfim, é sempre assim, é como tudo na natureza, estamos sempre em transformação, e cada um tem sua própria evolução. Quando eu comia carne, por exemplo, eu já tinha dentro de mim a sensação de que aquilo não era uma coisa muito legal com o planeta. O próprio gosto da carne nunca foi algo que me apetecesse muito, desde criança eu sempre preferi os vegetais.

Acho que é também uma questão de costume, de educação. Outra coisa que pode ter influenciado isso são algumas lembranças de minha infância, quando minha mãe me levava ao açougue e eu via todos aqueles animais mortos. Lembro claramente da imagem de um

coelho despelado e pendurado pelos pés, uma cena horrível. Lembro também de um livro que me incentivou bastante a parar de comer carne, quando eu tinha 16 anos. O livro era de um guru indiano que dizia que havia um campo enorme de karma negativo sendo criado no mundo por causa de todo o sofrimento causado aos animais. Dizia que todos os dias são cometidos verdadeiros genocídios, principalmente nas grandes cidades, e que um efeito desse karma negativo era a violência urbana cada vez maior. Fiquei um tempo com essa ideia na cabeça, acho que foi ela que me impulsionou primeiro para virar vegetariana. Na faculdade eu virei vegana por um tempo e no fim voltei a ser só vegetariana.

Apesar de manifestar uma sensibilidade ecológica desde muito cedo, foi apenas na Universidade que Thais começou a trabalhar com temas ligados ao ambientalismo. Tudo começou no segundo ano de faculdade, com um projeto de iniciação científica sobre catalogação de espécies nativas de orquídeas no Brasil. Começou então a participar de seminários e conhecer pessoas que atuavam nesse meio. Uma dessas pessoas foi Dan Smith, um inglês de meia idade que estava no Brasil participando de um projeto de cooperação científica no laboratório de Thais. Dan tinha uma bolsa para ficar um ano no Brasil. Logo que conheceu Thais se apaixonaram. Os vinte e cinco anos de diferença não foram empecilho para o romance. Tudo ia bem até a inesperada gravidez de Thaís. Dan voltou para a Inglaterra e manteve contatos apenas esporádicos com Thais:

A gravidez foi um momento bem difícil da minha vida, talvez o mais difícil até hoje. Mas, graças ao apoio de meus amigos verdadeiros e da minha família, consegui vencer. Hoje, o meu filho é um garotão de 11 anos saudável e bem feliz. Não foi fácil criá-lo sozinho, foi uma barra, mas valeu muito à pena. Hoje, me sinto uma pessoa realizada como mãe e como profissional. Às vezes eu penso que o fato de ter educado o meu filho sozinha, sem ajuda do pai, pode ter sido também um fator a mais que contribuiu para o meu ativismo ambiental. Como não tinha ajuda do pai, eu tive que me virar, tive que fazer o papel de mãe e de pai, fiz de tudo. Trabalhava muito para poder pagar uma

creche e nossas despesas. Depois veio a escolinha, primário, ginásio... O preço das mensalidades é um absurdo. Tive que trabalhar dobrado para dar boas condições para o meu filho. Talvez, se eu tivesse o apoio do pai, eu poderia não ter trabalhado tanto. Teria me tornado outra pessoa, pois foi justamente no trabalho e nas dificuldades que a minha conscientização ecológica foi aflorando. Além de ser provedora financeira, eu também tive que ser a mãe presente, a provedora emocional, o exemplo, a referência, o apoio. Acho que foi aí que o meu lado ambiental se reforçou. É até difícil de explicar... Sempre que olho nos olhos do meu filho o que eu vejo é o futuro, e é isso o que vale mesmo à pena, é por isso que eu luto e é nessa luta que eu me torno eu mesma...

O filho de Thais nasceu quando ela estava na metade do curso de graduação em biologia. Trancou o curso por um ano e meio e depois retomou os estudos com afinco. Com vinte e cinco anos estava formada e era mãe solteira de uma criança de três anos. A vida de Thais não era fácil, trabalhava em dois empregos para sustentar o filho. Ocupava um cargo comissionado em uma Secretaria do Estado. O cargo foi conseguido através da influência de um de seus professores na Universidade. Também atuava como consultora em um projeto sobre biomas realizado por uma ONG ambientalista. Dividia seu tempo entre a Secretaria e a ONG. Tudo mudou quando ela foi admitida na ONG que hoje ela preside. Começou trabalhando na coordenação de um projeto e cinco anos depois assumiu a presidência.

Thais declara ser alguém totalmente realizada no plano profissional e pessoal. A militância ecológica oferece o sentido através do qual ela orienta sua vida. Da educação de seu filho ao exercício da profissão, tudo passa pela ótica do ambientalismo e da consciência ecológica. Essa é a lente através da qual Thais interpreta o mundo em geral e sua vida em particular:

Se fosse para resumir em uma frase, eu diria que a minha luta é uma luta de cotidiano, quer dizer, eu trabalho para mudar o olhar das pessoas sobre questões ambientais. Isso faz parte não apenas da minha rotina profissional, mas também do meu dia a dia. Quando

recebo os amiguinhos de meu filho em casa, ou nas festinhas, costumo conversar muito com eles sobre a importância de cuidar bem do planeta. As crianças são muito abertas a esse tipo de conversa e elas sempre se sensibilizam. Então, eu procuro conversar com as pessoas que estão próximas, sobre a necessidade ou, porque não, a conveniência de atuar ecologicamente. É por isso que eu sempre digo que não é o planeta terra que está em risco de extinção, é a própria humanidade! Nós somos parte do planeta, nós somos parte da natureza, então lutar por um ambiente melhor é lutar pela própria humanidade, entende? Precisamos de uma mudança na humanidade, nos hábitos, nas consciências. Mas isso não pode ser feito como uma imposição, isso é um trabalho de educação que só pode dar resultado lá na frente. Aquele trabalho de semear para depois colher, semear para os meus filhos. Algo que vem naturalmente, as pessoas têm o planeta que merecem. Pensar assim é parte do exercício de respeitar as pessoas como elas são, mas, claro, sem abrir mão de lutar pelo nosso ideal, de tentar ajudar as pessoas e o planeta. É assim que eu defino a minha luta.

2.4 Cruzando experiências: protagonismo individual e militância

2.4.1 A sociogênese nos indivíduos

Nos capítulos precedentes, foram arroladas quatro trajetórias pessoais e visões de mundo de lideranças do campo das ONGs no Brasil. A primeira delas, a trajetória de Betinho, é de conhecimento público e possui farto material biográfico já publicado. As outras três foram elaboradas a partir do material coletado durante a segunda fase de entrevistas da pesquisa. Tomei três pessoas como principal referência para construir as histórias de Marcel, Dari e Thais²⁶, mas incorporei alguns poucos eventos e condições que não pertenciam às histórias dessas três pessoas e que foram extraídos de outras entrevistas. Deste modo, como já exposto anteriormente, as três últimas trajetórias não são a reprodução fidedigna da trajetória de vida dessas pessoas tomadas como referência. Isso acontece por duas razões. Primeiro, para preservar as fontes colaboradoras, as pessoas entrevistadas. Segundo, porque o objetivo é vincular percepções subjetivas a processos macro históricos mais abrangentes, o que descarta interesse na vivência individual em si mesma. A única trajetória integralmente exposta, sem modificações ou acréscimos, é a de Betinho, cuja história de vida se confunde com a própria história de formação do campo das ONGs no Brasil. Sua luta particular contra a AIDS, seu envolvimento e afastamento da Igreja, seu percurso intelectual, as parcerias institucionais, enfim, a vida de Betinho parece sintetizar todas as transformações por que passou o campo das ONGs nas últimas décadas.

O principal objetivo deste capítulo é retomar a discussão weberiana sobre valores, significado e sentido tomando como referência essas quatro visões de mundo. Em cada uma delas há um sentido específico atribuído à experiência com as ONGs. Refletindo a partir do contexto imediato de suas vidas particulares, elas expõem suas respectivas visões sobre como interpretar e se portar no mundo. Visões diferentes, complementares, conflitantes, visões que coexistem no mesmo plano, visões que colocam em movimento

²⁶ Conforme mencionado anteriormente, os nomes dessas três pessoas e de suas respectivas instituições foram alterados.

muitos significados possíveis para experiência das ONGs no Brasil e, ao fazer isso, acabam por delimitar um sentido específico e geral que abarca todas essas experiências particulares. Estamos, pois, diante de contribuições individuais específicas para um mesmo processo coletivo de produção de significado sobre as ONGs no Brasil.

De modo geral, cada uma das quatro trajetórias aludidas oferece uma perspectiva particular e subjetiva sobre as transformações estruturais analisadas na Parte I deste estudo. A começar pela contribuição pioneira de Betinho, sustento aqui que sua trajetória expõe as principais questões subjetivas através das quais os valores da justiça social, filantropia e ecologia se firmaram no cotidiano das pessoas que fazem o mundo das ONGs. Assim, a trajetória de Betinho é tomada como um parâmetro que será contraposto a trajetórias e situações encontradas nesta pesquisa e trabalhadas no último capítulo. As histórias de Marcel, Dari e Thais encerram, cada uma, encaminhamentos diferentes para as mesmas questões vivenciadas por Betinho. A identificação com o tema de trabalho, as motivações, a experiência com o sofrimento, as amalgamas entre público e privado e o sentido missionário são condições compartilhadas pelas quatro trajetórias.

2.4.2 Trabalho e motivação para ação

A identificação entre o tema de trabalho e as motivações pessoais para ação está presente em todas as quatro trajetórias. Por um lado, é possível identificar aspectos gerais nessas diferentes formas de engajamento. Há em comum, por exemplo, o desejo de intervir no mundo, o que, muitas vezes, no nível discursivo, é contemplado pela máxima de “fazer alguma coisa”, isto é, a dimensão propriamente política que permeia as diversas formas de engajamento. Contudo, por outro lado, no nível das trajetórias individuais, esse denominador comum e genérico só pode ser manifesto através de um tema específico, isto é, essa disposição geral para atuar politicamente só se torna manifesta na vida das pessoas a partir do momento em que elas definem seus respectivos campos de atuação. Diferentemente das motivações genéricas (a sociedade, o bem comum, etc) que caracterizam as filiações partidárias, o ativismo da ONG, na maioria das vezes, está estreitamente vinculado com uma causa muito específica. Neste tipo de engajamento, a consciência social é sempre empiricamente orientada. Direitos

de minorias, agroecologia, educação infantil, violência urbana, são, por exemplo, alguns dos muitos temas através dos quais se torna possível “fazer alguma coisa”.

A maior parte das lideranças das ONGs tende a colocar sempre em primeiro plano o tema específico de seu trabalho. Suas motivações específicas para ação surgem dentro destes temas. Assim, para essas pessoas, mais importante do que atuar no campo das ONGs, é atuar no campo do feminismo, do combate ao racismo, do combate à pobreza, da ecologia, etc. O campo das ONGs, para a maior parte delas, é apenas uma formação residual que surge tangencialmente às suas áreas de atuação, o que explica toda a diversidade institucional dentro do campo. Neste sentido, a heterogeneidade do campo das ONGs reflete a própria heterogeneidade da sociedade civil, o que a literatura especializada chama de “ONGs como *proxy* da sociedade civil” (Reis, 2009). As ONGs são, portanto, apresentadas como um epifenômeno da própria sociedade civil. Os arranjos institucionais que conferem forma a essas organizações refletem o estado da arte da sociedade civil. Vimos na Parte I que o fortalecimento e a especialização da sociedade civil no Brasil é um processo em marcha desde as décadas de 1980 e 1990. A conexão entre profissão e ativismo é uma condição importante para esse processo de especialização do ativismo social (Ryfman, 2009: 72).

A vinculação entre a área de atuação e as motivações para ação já estava explícita na trajetória pioneira de Betinho. Ao longo da vida, sua atuação política sempre foi pautada por um interesse predominante: o cristianismo, o combate à pobreza, a luta pela democracia, a luta contra a AIDS, a luta contra a fome, etc. No caso da luta contra a AIDS, por exemplo, é muito difícil estabelecer uma linha divisória entre a atuação individual de Betinho e a consolidação desse tema dentro do imaginário nacional. Suas campanhas por direitos, prevenção e esclarecimentos sobre a AIDS foram fundamentais para desconstruir uma série de pré-conceitos e informações equivocadas do senso comum. Muitos brasileiros se inteiraram sobre a doença a partir do caso de Betinho. Em outros países, celebridades do mundo político, intelectual ou artístico também contribuíram para popularizar o tema. Contudo, Betinho foi mais do que apenas um caso da doença. A presença da AIDS em sua vida foi transformada em mais uma motivação para agir politicamente, para articular a sociedade civil, chamar a atenção do discurso público e interagir com o Estado e o mercado.

A luta contra a fome e a miséria no Brasil também foi um combustível importante para o engajamento de Betinho no universo das ONGs, especialmente a partir da década de 1980, após o retorno do exílio. Antes disso, o principal tema de militância de Betinho foi, primeiro, o cristianismo e, depois, a democracia. Entre 1964 e 1980, suas convicções ideológicas foram modeladas na luta contra a ditadura militar. Sua relação com a AP revela um movimento característico dessa vinculação entre área de atuação e motivação para ação. Quando encerrou suas atividades na AP, Betinho também abandonou uma série de convicções que norteavam sua visão de mundo: o marxismo, a luta armada, o sentido missionário, o centralismo democrático, etc. Por sua vez, durante o tempo em que permaneceu no exílio, Betinho procurou retomar a profissão de sociólogo para abordar temas de seu interesse, como a reforma agrária e as transformações do Estado. Esse foi, justamente, o período em que ele assumiu mais a condição de intelectual do que ativista. Quando retornou ao Brasil, Betinho estava ansioso para aplicar o conhecimento adquirido no exílio e retomar sua atuação política. Assim, mais uma vez, é possível estabelecer uma relação direta entre prática ou vivência profissional e formação ideológica em sua trajetória. As imagens do Betinho religioso, revolucionário, sociólogo e do Betinho das ONGs correspondem a etapas diversas de sua vida, momentos em que ele exerceu atividades distintas, como, respectivamente, missionário, líder de organizações políticas, professor e ativista.

As três trajetórias seguintes também apresentam a mesma relação entre área de atuação e motivação para ação. Marcel, Dari e Thais estão menos preocupados com o campo da ONGs do que com o tema da reforma agrária, educação infantil ou preservação ambiental. No caso de Marcel, o envolvimento com a militância estudantil fez nascer um interesse forte pela militância política. Esse interesse assumiu uma feição ainda mais concreta e decisiva em sua vida a partir do momento em que descobriu o tema da agroecologia. Foi com o tema da agroecologia que sua vida profissional, pessoal e política passou a convergir para um mesmo interesse. Ainda que cultive laços institucionais com partidos políticos, o terreno em que ele se realiza como ator político não é outro senão o da agroecologia, razão que o levou a recusar alguns convites para assumir cargos públicos em postos administrativos.

Dari condiciona seu engajamento político com as ONGs à sua concepção religiosa de defesa dos pobres, em especial das crianças. Como ele afirma reiteradas vezes, é com

esse objetivo que ele encontra sentido para viver. Fundou uma ONG que atua na área da educação infantil. Por sua vez, Thais revelou que sua formação ideológica variou em função das suas experiências cotidianas entre temas como yoga, vegetarianismo, veganismo, direitos dos animais, reciclagem, etc. Ainda que a luta pelo meio ambiente seja uma constante no plano ideológico, ela só comparece à prática política através desses temas específicos, que foram se tornando cada vez mais presentes em sua vida à medida que desenvolvia o trabalho em ONGs ambientalistas.

Muitas vezes, essa vinculação entre área de atuação e motivação para ação interfere também na vida profissional das pessoas. Não são raros os casos em que a profissão se confunde com o ativismo, como acontece com Marcel e Thaís. Contudo, também há os que não querem ou não conseguem vincular a área profissional e a área de militância. Dari, por exemplo, é um físico. Ainda que a física e filantropia estejam associadas na sua visão de mundo, a prática filantrópica e as atividades como docente e pesquisador não são coincidentes. No conjunto das entrevistas realizadas, sempre que houve uma fusão entre vida profissional e militância política, foi mais forte a interferência da vida pública na vida privada. A cerimônia de casamento de Betinho dentro do IBASE, o fato dele e de Marcel terem conhecido suas namoradas e esposas dentro do ambiente de trabalho e militância, a relação entre a militância de Thais e a educação que ela oferece ao filho são algumas das muitas situações em que ficou explícita essa interferência. Em geral, boa parte do círculo de amigos dessas pessoas está restrito ao ambiente de trabalho e militância, o que tende a acontecer com menos frequência quando há uma separação entre profissão e militância. Mesmo que essas impressões não possam ser generalizadas para o conjunto das pessoas que trabalham nas ONGs, elas sugerem padrões que se repetem e, por isso mesmo, ajudam a compreender o universo das visões de mundo que são objeto de minha análise.

Outro aspecto relacionado à vinculação entre profissão e militância é o alcance das interlocuções e a mobilidade. Naturalmente, as pessoas que atuam profissionalmente na mesma área que suas ONGs revelaram maior facilidade em estabelecer interlocução com outros atores da sociedade civil. Quando há uma fusão entre interesses profissionais e interesses políticos, o número de pessoas com quem é possível fazer projetos sociais aumenta consideravelmente. Isso ficou evidente na trajetória de Marcel. Foi sempre a partir de relações profissionais que ele conheceu as pessoas com as quais

interagiu no meio político. Thaís viveu uma experiência parecida, foi sua experiência nas ONGs que a colocou em contato com as pessoas que lhe ofereceram oportunidades profissionais. Em geral, essa maior amplitude da rede de contatos repercute também na maior mobilidade dessas pessoas, que estão mais familiarizadas com contatos, reuniões e viagens internacionais.

2.4.3 Vida pública e vida privada

O fato de coincidir ou não a área da profissão com a área de atuação na ONG é, portanto, um aspecto importante na estruturação da vida pública e da privada de cada um. Por um lado, a coincidência amplia as possibilidades de parcerias institucionais, algo importante, por exemplo, na hora de procurar financiamento para os projetos sociais. Por outro lado, a fusão entre profissão e militância coloca a vida particular das pessoas no centro de suas preocupações políticas e profissionais, o que nem sempre traz consequências benéficas ao trabalho nas ONGs. Nessas situações, um problema relativo apenas à vida pessoal pode ter consequências mais decisivas no âmbito da vida pública. O afastamento entre Betinho e seus filhos, o divórcio de Marcel e a gravidez de Thais são questões do âmbito pessoal que interferiram diretamente no planejamento de suas respectivas atividades públicas. Evidentemente, isso não quer dizer que as pessoas que separam a profissão da militância não sofram interferência da vida privada na vida pública ou o contrário. O que acontece é que essas pessoas estão menos expostas a esse tipo de interferência que, ainda assim, também são recorrentes. Seja como for, a relação entre a área de atuação profissional e a área de atuação na ONG é um aspecto importante no engajamento dessas pessoas e nos amálgamas formados entre suas vidas públicas e privadas.

Além do viés profissional, há também outras formas de identificar a interferência mútua entre público e privado na vida dos dirigentes de ONGs. A experiência pessoal com o sofrimento é uma delas. Em todos os casos analisados, há menção a essa experiência como uma forma de amadurecimento pessoal que interfere diretamente nas motivações e concepções ideológicas de cada um. O Exemplo mais evidente desta relação está na trajetória de Betinho. Desde sua infância, a experiência pessoal com o sofrimento ajudou a modelar seu caráter e percepção de mundo. Doenças como a tuberculose, a

hemofilia e a AIDS foram condições fundamentais para formação de sua consciência ideológica. Evidentemente, a doença é uma dentre as muitas outras experiências possíveis com o sofrimento. Dari, por exemplo, apesar de não ter a mesma debilidade em termos de saúde, sofreu outras limitações, como a pobreza e a fome, e teve que superar obstáculos de natureza bem diferente.

As perseguições políticas são também outra fonte de sofrimento presente nas trajetórias de dirigentes de ONGs, especialmente das ONGs políticas. Assim como aconteceu com Betinho, Marcel também fugiu da ditadura militar e passou um longo período no exílio. A clandestinidade e o exílio proporcionaram aos dois a oportunidade de estranhar o que até então lhes parecia familiar. Ao se afastarem do Brasil, eles acabaram mudando a imagem que tinham do país e, por conseguinte, as concepções sobre o papel que deveriam desempenhar na luta pela democracia. Betinho se convenceu que a resistência armada era pouco eficiente contra a ditadura militar e passou a canalizar suas energias na luta institucional, a luta pela ampliação dos direitos e pelo fortalecimento das instituições democráticas. Marcel mudou a percepção que tinha sobre os problemas agrários no país. Foi no exterior que ele conheceu a agroecologia e se convenceu que o problema da desigualdade social no Brasil tem um de seus principais alicerces na questão fundiária.

Outro tipo de sofrimento pessoal bastante comum em todas as trajetórias são os romances e as histórias de amor. São muitos os casos de pessoas que decidiram militar em uma ONG depois de passar por alguma situação de decepção amorosa. Alguns veem no trabalho social a possibilidade de preencher um vazio afetivo. Esse é o caso de Thaís. Sua experiência emocional com o pai de seu filho foi bastante penosa, a gravidez representou um divisor de águas em sua trajetória. Foi a partir desse momento que ela começou a reavaliar suas amizades e seus propósitos de vida. Esse tipo de ressentimento apareceu reiteradas vezes durante as entrevistas, mas raramente ele foi explicitamente reconhecido pelas pessoas. Na maior parte do tempo, esse ressentimento comparecia nas entrelinhas da conversa, isto é, no tom de voz, na relutância em entrar no assunto, no olhar, detalhes às vezes perceptíveis para o entrevistador, mas que dificilmente poderiam ser capturados em uma transcrição.

2.4.4 A religião entre o público e o privado

A correlação entre espaço público e espaço privado foi uma condição encontrada não apenas nas quatro trajetórias aqui expostas, mas em todas as entrevistas realizadas. Nesse sentido, tomo como referência os estudos de Nilüfer Göle sobre religião e política para compreender a vida pública como uma consequência do modo como as pessoas organizam os aspectos materiais e ideais de suas vidas privadas²⁷ (Göle 2006; 2002). Assim, por exemplo, o envolvimento pessoal de Betinho e de Dari com a religião foi um ingrediente decisivo na formação de suas respectivas trajetórias públicas. Embora seguindo direções contrárias, ambos encontraram na religião um motivo importante para modelar o tipo de engajamento social que eles foram desenvolvendo no âmbito público. Dari encontrou na leitura da Bíblia a maior motivação para fazer caridade. Apesar de procurar se afastar do que chama de proselitismo religioso, seu discurso está totalmente impregnado pela visão religiosa do mundo. Por sua vez, Betinho fez de seu rompimento com a religião a ocasião para redefinir seus objetivos de atuação política. Se, em um primeiro momento, a religião foi o motivo que o trouxe à política, em um segundo momento, o rompimento com a religião se tornou uma condição imprescindível para que ele continuasse a militância. A proximidade com o marxismo e com as questões sociais terminou por conduzi-lo a uma crítica religiosa. Mais tarde, quando se afastou também do marxismo, Betinho não retomou a filiação religiosa, já tinha sepultado qualquer vinculação religiosa.

Poucas pessoas experimentaram um afastamento tão radical da religião quanto Betinho. Em seu novo posicionamento, não havia espaço para ambivalências. Há relatos de pessoas próximas que asseguram que, mesmo nos momentos de extrema dificuldade, ele não procurou se apegar à religião. De acordo com o material bibliográfico e as entrevistas, essa postura corresponde mais à exceção do que a regra. O contraste entre a política e a religião poucas vezes tomou a forma de uma oposição, na maioria das vezes tomou a forma de uma relação contraditória: muitos dos ex-militantes da JUC e da JEC romperam formalmente com a Igreja, mas mantiveram suas convicções religiosas no nível pessoal. Apesar de partilharem trajetórias comuns, origem da militância na

²⁷ Göle sustenta que a presença da religião islâmica no espaço público europeu revela um processo de transformação dialógica entre, por um lado, as identidades individuais e coletivas dos muçulmanos, isto é, a formação do sujeito; e, por outro, o contexto político das instituições democráticas, isto é, a formação do espaço público (Göle, 2007; 2002).

religião seguida pelo rompimento com a Igreja, o modo como cada pessoa vivenciou essa transformação varia bastante. Diferentemente de Betinho, a maior parte das lideranças estudantis que romperam com a Igreja manteve forte conexão com a vida religiosa. Ainda que fizessem questão de separar militância e religião, muitos permaneceram ligados à fé católica, à ideia de Deus, mesmo estando formalmente fora da Igreja.

Assim, não são raros os casos de ativistas que criticam politicamente a Igreja católica, que renunciam qualquer filiação institucional, mas que mantém o hábito de fazer orações e a crença nos valores da religião. Quase todos aceitaram o apoio material e logístico da Igreja para suas organizações, o que não os impediu de mobilizar um discurso laico de ação social. Assim, em certo sentido, a separação da Igreja foi apenas parcial. No âmbito subjetivo das convicções pessoais, e mesmo no terreno objetivo das estruturas materiais, a Igreja católica não saiu totalmente de cena. O catolicismo permaneceu como uma referência recôndita no ambiente político desses militantes. Para essas pessoas que assumem uma relação ambivalente com o catolicismo, a religião deve ser vivenciada como algo que pertence apenas ao foro da vida privada. Contudo, a experiência privada com a religião interfere também nas suas visões de mundo e nos compromissos públicos. Essa ambivalência com relação à presença da religião na vida pública e na vida pessoal de cada um não é uma marca distintiva da contemporaneidade. Como vimos na Parte I, desde os primórdios do processo geral de laicização religiosa das práticas de assistência social no Ocidente, já na Idade Média, os católicos leigos mobilizavam o valor da caridade cristã para praticar assistência social fora da Igreja.

A Igreja católica foi uma instituição presente na vida pública mesmo das pessoas que nunca tiveram qualquer filiação religiosa. Muitos daqueles que não cultivavam nem o hábito de frequentar a Igreja nem o de fazer orações, terminaram convivendo de perto com pessoas e instituições religiosas no terreno da militância política. Isso foi algo comum, por exemplo, no movimento estudantil das décadas de 1950 a 1970 e no exílio durante a ditadura. Neste último caso, um contingente bastante expressivo do Clero no Brasil e em Roma apoiou pessoas e instituições que lutavam pela democracia e contra a desigualdade social, no Brasil ou no exílio. Mesmo tendo renegado a Igreja, foi graças aos contatos firmados lá dentro que Betinho conseguiu acionar as pessoas e instituições que o ajudaram no exílio, por exemplo. O apoio financeiro da Igreja também foi uma

condição importante para fundação de muitas ONGs, como, dentre outras, o IBASE, fundado por Betinho, ou a ONG de agricultura familiar fundada por Marcel.

2.4.5 O sentido missionário

A presença da religião dentro do campo das ONGs permeia tanto uma dimensão material, que diz respeito aos recursos materiais, financeiros e humanos que a Igreja colocou à disposição dos ativistas, quanto uma dimensão ideológica, que diz respeito a valores e motivações pessoais para ação. Na Parte I deste estudo, vimos como muitos dos valores sociais que conferem sentido à noção de ONG no Brasil foram gestados a partir de práticas e valores religiosos, como o valor da caridade cristã. O exame detalhado das trajetórias individuais permite reconhecer dentro desse espectro ideológico uma característica importante: seu sentido missionário. Não é raro encontrar ativistas que afirmam cumprir uma missão com seu trabalho social, pessoas que acreditam serem predestinadas a isso. Dari, por exemplo, acredita ter a vocação de ajudar os pobres. Nesses casos, a iniciativa pessoal em prol de uma causa social sempre é interpretada como um ato virtuoso e heróico de pessoas que se voltam contra alguma situação de injustiça.

Ao longo de sua sinuosa trajetória, Betinho fez do seu próprio sentido missionário um objeto de reflexão. Quando se afastou da religião, vimos que ele procurou afastar também o sentido missionário que lhe é correlato. Ainda que reconhecesse a possibilidade de contribuir socialmente dentro das causas em que ele estava engajado, Betinho renunciou a imagem apostólica de um herói que ilumina caminhos e se sacrifica em prol da sociedade. Contudo, algumas décadas mais tarde, ele reencontraria esse mesmo sentido missionário fora da religião. Quando se engajou na luta contra a AIDS, Betinho assumiu o papel de porta-voz e defensor dos doentes. Perto do fim de sua vida, a percepção de que tinha sobrevivido a uma tuberculose, à hemofilia, à repressão, ao exílio e à AIDS fez reascender nele a ideia de existir um papel individual que só ele poderia exercer na vida política nacional.

O sentido missionário que permeia o envolvimento dos dirigentes de ONGs não está, portanto, circunscrito apenas ao ambiente religioso originário. Fora da religião também

há espaço para vários tipos diferentes de protagonismos pessoais ou coletivos. Durante a década de 1980, por exemplo, o sentido missionário das ONGs era ainda mais manifesto diante de uma sociedade civil que se apresentava como único domínio virtuoso da atividade política, o momento de oposição da sociedade civil à política do Estado. É, justamente, neste momento que Betinho assumiu a missão de fundar novas organizações e iniciar as campanhas que terminaram transformando a história das ONGs no país. Outro exemplo de sentido missionário construído fora da religião é a relação de Thais com o tema do meio ambiente. Thais se sente comprometida com as gerações futuras e assumiu para si a missão de lutar pela preservação do meio ambiente. Ela admite ter passado por uma série de mudanças em sua vida pessoal e profissional, mas o envolvimento com a causa ecológica representa um objetivo que ela considera, hoje, inerente a sua própria existência.

Uma rápida consulta aos sites e materiais de divulgação das ONGs no Brasil permite perceber que a palavra missão já foi incorporada ao vocabulário corriqueiro dessas organizações. Essa palavra foi institucionalizada a tal ponto que está presente também nos formulários de muitas agências financiadoras. A palavra missão tornou-se, portanto, um conceito que define o principal propósito da organização. Hoje em dia, não há aí uma conotação necessariamente religiosa. Isso não significa, contudo, que a conotação religiosa do sentido missionário tenha desaparecido do universo das ONGs. Quando levamos em consideração as motivações pessoais para o engajamento em atividades sociais, muitas pessoas recorrem à lógica religiosa, como pudemos observar na trajetória de Dari.

O sentido missionário é, portanto, um componente importante no âmbito das motivações que levam as pessoas a fundarem e trabalharem em ONGs. No primeiro conjunto de entrevistas realizadas neste estudo, a parte da conversa que tratava da história da organização esteve repleta de relatos sobre iniciativas pessoais, pessoas que venceram os mais diversos obstáculos sempre com o propósito de trabalhar em prol de uma causa considerada virtuosa. Evidentemente, a forma como esse sentido missionário é manifesto por cada pessoa varia bastante. Aqueles que vivenciaram a passagem do ideal da caridade cristã para o ideal da militância política, por exemplo, tiveram que recriar esse sentido missionário fora do terreno institucional da religião. Durante as décadas de 1960 e 1970, o fato de reformularem suas missões nos termos de uma luta

política pelo socialismo não afastou completamente os valores religiosos como a caridade cristã. O que aconteceu foi que esses valores religiosos foram deslocados do discurso público de suas organizações para o âmbito privado de seus sentimentos pessoais. Assim, diferentemente de Betinho, que renegou a religião e partiu em busca de novos sentidos para estruturar sua vida, muitos atores reacomodaram o pensamento religioso dentro da esfera privada, o que, seguindo a fala de um entrevistado, revela a união de uma “mente política com um coração católico”.

Embora concebam o campo da ONG como um espaço residual de organização da sociedade civil, muitos entrevistados entendem que sua própria ONG cumpre um papel importante dentro deste campo. Foi interessante notar que a maior parte deles demonstra desconforto com a noção de ONG. Não foram raras as situações em que as pessoas contrastaram sua própria organização com as outras ONGs para ressaltar diferenças. O fato de haver diversas instituições com propósitos distintos dentro do universo das ONGs foi interpretado com muita desconfiança por parte dos entrevistados. A maioria apresentou suas organizações como exceções à regra geral, como se a maior parte das ONGs estivessem desvirtuadas do papel de contribuir para a democracia no Brasil. Foi muito comum ouvir a expressão “separar o joio do trigo”, uma máxima que clama pela distinção entre ONGs que desenvolvem um trabalho em prol da sociedade e ONGs que cumprem funções escusas. Muitos não hesitaram em definir as ONGs como agentes de corrupção e clientelismo. Prevaleceu entre eles uma ideia depreciativa sobre o papel atualmente desempenhado pelas ONGs no país. No geral, foram criticadas tanto as “ONGs de fachada”, isto é, organizações que pertencem ou servem aos interesses de políticos quanto as ONGs que, mesmo não sendo de fachada, se preocupam apenas com o acesso a financiamentos, isto é, ONGs que procuram executar políticas públicas, mas sem qualquer preocupação em discutir sua formulação ou em exercer algum distanciamento crítico em relação ao Estado. Foi comum, portanto, o posicionamento que reconhecia a generalização de ONGs classificadas como oportunistas, voltadas quase que exclusivamente para captação de recursos.

Em meio a essa avaliação geral depreciativa, o sentido missionário de cada pessoa e de cada organização ganha contornos ainda mais evidentes. Se, durante a década de 1980 e meados da década seguinte, o sentido missionário das ONGs passava pelo confronto com o Estado, recentemente esse mesmo sentido missionário tem sido reformulado

dentro da própria sociedade civil, como se cada organização tivesse também a missão de retomar o protagonismo outrora virtuoso da identidade ONG. Sem dúvida, os vários escândalos de corrupção envolvendo ONGs que irromperam na mídia durante os últimos anos contribuíram para a generalização dessa percepção negativa. Assim, tão contraditória quanto recorrente foi a ideia segundo a qual “a maior parte das ONGs não realiza um trabalho tão bom ou digno quanto a minha ONG em particular”. Essa ideia se torna contraditória quando repetida por diversas organizações, afinal, se a maior parte das organizações está desvirtuada não seria possível haver tantas exceções à regra.

No caso das trajetórias analisadas nos capítulos precedentes, esse protagonismo dentro da própria sociedade civil assumiu formas diferentes. O sucesso alcançado pela campanha de Betinho contra a fome e a miséria no Brasil talvez seja o exemplo máximo. Sua luta pelos direitos das pessoas contaminadas pelo HIV é outro exemplo. Por sua vez, a ONG fundada por Marcel também assumiu para si a tarefa de contribuir para o fortalecimento da sociedade civil. O tema da agroecologia foi apresentado como um espaço inovador de discussão política, que contempla não apenas o objetivo prioritário de reformular as relações de poder na estrutura social brasileira, mas também a questão ecológica da sustentabilidade dos recursos naturais. Segundo o próprio Marcel, durante muito tempo sua organização foi vista com desconfiança por outras organizações da sociedade civil. Foi apenas recentemente, sobretudo depois da Rio 92, que a discussão sobre sustentabilidade e agroecologia assumiu um patamar mais relevante dentro do debate político da sociedade civil. Marcel se orgulha de ter contribuído para essa mudança. A partir da fundação de sua ONG, ele se dedicou plamente à causa até então desconhecida da maior parte dos ativistas da sociedade civil.

Thais também ingressou em uma luta pessoal dentro do campo da sociedade civil. Uma das missões mais importantes que ela afirma desempenhar desde que começou a trabalhar em ONGs é discutir sobre ecologia política. Até meados da década de 1990, a maior parte das organizações ambientalistas ainda estava ligada a um paradigma preservacionista de ecologia, algo que não necessariamente levava em consideração as questões sociais que são correlatas às questões ambientais. Isso começou a mudar, sobretudo, a partir do trabalho de ONGs que lutaram pela criação de um novo campo de atuação na área do ambientalismo, um campo sensível não apenas a questões ambientais, mas que incluísse também problemas como pobreza e educação na órbita

das questões ambientais. Afinal, como diz ela mesma, “as pessoas também são parte do meio ambiente”.

Em suma, os quatro personagens atribuem sentidos diferentes para suas experiências com o trabalho nas ONGs, uma diferença que varia em função de suas respectivas motivações para ação. Cada um deles representa um agente *portador* dos valores analisados na Parte I. Justiça social, filantropia e ecologia são códigos culturais que estruturam a percepção de mundo dessas pessoas. De modo geral, foi possível identificar dois denominadores comuns em meio a toda essa variedade de experiências, os valores mutuamente referidos do engajamento e do protagonismo individual. O primeiro revela um modo de pensamento dominante para formação ideológica de cada um, que, na maioria das vezes, surge dentro de uma área específica de atuação. O segundo diz respeito ao sentido missionário que está reiteradamente presente no modo como as pessoas atribuem significado ao seu próprio envolvimento pessoal com o trabalho realizado.

2.5 Considerações finais – Parte II

Na segunda parte deste estudo, realizei uma análise objetiva da construção subjetiva de significado sobre as ONGs. Para isso, mobilizei o quadro conceitual da sociologia weberiana e, novamente, busquei identificar os valores sociais (códigos culturais) que conferem sentido à experiência das ONGs no Brasil, dessa vez enfatizando os percursos pessoais de seus dirigentes. Assim, os valores da justiça social, da filantropia e da ecologia foram abordados segundo as experiências subjetivas que os estabelecem como modelos de conduta. Cada uma das quatro histórias de vida aqui abordadas apresenta uma forma particular de produzir significado sobre as ONGs e também de legitimar o trabalho individual desempenhado nessas organizações. No capítulo anterior, esses diferentes registros subjetivos foram comparados entre si. No capítulo presente, sistematizarei essas diferenças na forma de um cruzamento entre dois conjuntos de valores sociais, um procedimento análogo às considerações finais da primeira parte.

De um lado, mantendo o conjunto de três valores analisados na primeira parte: *justiça social, filantropia e ecologia*. Do outro lado, levando em considerações as histórias de vida, proponho outro conjunto composto por dois valores sociais: *engajamento e protagonismo individual*. O primeiro deles também esteve presente nas considerações finais da primeira parte, entretanto, em um registro diferente. Nesta segunda parte, engajamento diz respeito, sobretudo, à vinculação entre área de atuação e a motivação para ação. Nos quatro casos, vimos que a consciência social dessas pessoas é sempre empiricamente orientada, isto é, o interesse pela militância corresponde ao interesse por um campo específico de atuação. Assim, para essas pessoas, mais importante do que militar no campo das ONGs é militar no campo do feminismo, no combate ao racismo, na luta contra a pobreza, etc. Muitas vezes, essa vinculação entre a área e a motivação para atuação implicou na convergência entre ativismo social, vida profissional e vida pessoal.

Outra condição comum nas quatro trajetórias foi a influência mútua entre vida pública e vida privada. O amálgama entre vida pública e vida privada esteve presente em praticamente todas as entrevistas realizadas durante a pesquisa. É possível identificar

duas formas diferentes de conceber esse amálgama. Por um lado, a influência da vida pública sobre a vida privada, quando os ideais e os compromissos assumidos no universo das ONGs acarretam consequências importantes na vida pessoal. Muitos conhecem suas esposas e maridos na atividade de militância, outros têm que se afastar de seus familiares por causa do envolvimento com o trabalho e há ainda os que limitam seus círculos de amizade ao ambiente do trabalho social. Por outro lado, há também a influência na direção contrária, da vida privada sobre a vida pública, quando eventos que fazem parte da experiência pessoal de cada um terminam contribuindo para consolidar o interesse por algum trabalho social. As decepções amorosas e o sofrimento pessoal (seja por conta de doença, por pobreza ou situação política) são aspectos da vida privada que, muitas vezes, funcionam como alavancas para o engajamento dessas pessoas em um projeto social.

Engajamento e protagonismo individual são, portanto, cruzados com justiça social, filantropia e ecologia. A conexão entre a área de atuação e a motivação para ação traduz o tipo particular de engajamento experimentado por cada pessoa. É através desta conexão que as pessoas justificam seus respectivos compromissos ideológicos. Assim, a influência mútua entre vida pública e vida privada traduz modos específicos de conceber o protagonismo individual (ou sentido missionário) de cada pessoa. O amálgama entre público e privado é considerado como uma consequência inevitável do próprio envolvimento das pessoas com suas respectivas organizações. O quadro abaixo sistematiza três sentidos possíveis para essa experiência de engajamento e protagonismo individual:

Tabela 2.1: A experiência subjetiva dos dirigentes de ONGs segundo o cruzamento de dois conjuntos de valores sociais (engajamento; protagonismo individual) x (justiça social; filantropia; ecologia).

	Engajamento (justificativa ideológica)	Protagonismo Individual (sentido missionário)
Justiça Social	Consciência política: apego à justiça (igualdade)	Contribuir para mudanças de longo alcance na estrutura social
Filantropia	Consciência altruísta: apego ao ser humano	Ajudar o próximo/ minimizar sofrimento das pessoas
Ecologia	Consciência ecológica: apego ao ambiente	Contribuir para mudar mentalidade/hábitos das pessoas

As pessoas que mobilizam o valor da justiça social para justificar seu trabalho em ONGs manifestam um tipo de consciência política fortemente atrelada à ideia de justiça ou igualdade social. Essas pessoas assumem responsabilidade individual para lutar por mudanças de longo alcance nas relações de poder da estrutura social. Aqueles que atuam em função do valor da filantropia desenvolvem um tipo de consciência altruísta que preza pelo respeito ao ser humano, isto é, uma luta pela garantia de necessidades básicas para qualquer pessoa. Os ativistas da filantropia procuram minimizar o sofrimento das pessoas mais necessitadas. Por sua vez, os ativistas ecológicos são aqueles que difundem a consciência ecológica, lutando pela preservação do meio ambiente através da mudança de mentalidade dos hábitos das pessoas para com o planeta.

Justiça social, filantropia e ecologia são, portanto, três códigos culturais que viabilizam a construção de formas de engajamento e protagonismo individual entre as pessoas que atuam nas ONGs. Vimos na Parte I que esses códigos culturais não podem ser equacionados às áreas de atuação. Uma mesma área de atuação pode acomodar diferentes códigos culturais. Contudo, é apenas através desses códigos culturais que as pessoas podem formular de modo reflexivo o envolvimento de cada uma com sua respectiva área de atuação. Dito de outro modo, justiça social, filantropia e ecologia são três “lentes” através das quais o ativismo pessoal, a vontade de “fazer alguma coisa”, se liga a um campo empírico particular. É através do valor da filantropia, por exemplo, que Dari e muitos outros encontram forças para levar adiante o trabalho com educação infantil. É através do valor da justiça social que Marcel estabelece como objetivo a luta pela agricultura familiar. É através do valor da ecologia que Thais encontra sentido para assumir não apenas seu papel de ativista, mas também o papel de mãe.

Betinho desenvolveu uma forte vinculação tanto com a justiça social quanto com a filantropia e se tornou um modelo paradigmático de ação social no Brasil. Neste estudo, argumentei que a vida de Betinho condensa dentro de uma mesma trajetória individual todas as três grandes transformações históricas que foram objeto de análise na primeira parte. A forte influência da religião em sua infância, na juventude e no começo da vida adulta, seguida pela negação dessa mesma influência no restante de sua vida é uma condição semelhante à experiência de formação das ONGs no Brasil, que nasceram dentro da Igreja, mas se desenvolveram para fora dela. Seu protagonismo na criação de instituições como o IBASE, o Viva Rio e a ABIA foi crucial durante a segunda grande transformação do campo das ONGs, assim como sua luta contra a AIDS, que foi também decisiva na terceira transformação. De fato, na trajetória individual de Betinho é possível observar o processo macro histórico de formação do campo das ONGs no Brasil sobre um plano subjetivo.

3. Conclusão

3.1 Valores e sentido

Os resultados gerais deste estudo apontam os valores da justiça social, filantropia e ecologia como os principais códigos culturais que conferem sentido à experiência das ONGs no Brasil. Os dois primeiros possuem uma conexão histórica comum, qual seja, as organizações de leigos católicos que estiveram sempre presentes no contexto da promoção de assistência social no Brasil. Por sua vez, a consagração do valor da ecologia diz respeito a um contexto originário diferente, que remonta, sobretudo, às décadas de 1990 e 2000. Atualmente, esses três códigos culturais possuem presença dominante no cotidiano das ONGs. Dentro das diversas áreas de atuação, eles são acionados para que tanto as pessoas quanto as organizações possam atribuir sentido às suas próprias experiências. De um modo geral, pude comprovar apenas parcialmente a hipótese inicial do catolicismo como gênese histórico-simbólica do universo das ONGs. A hipótese contempla a dimensão política e filantrópica do ativismo das ONGs, mas não é suficiente para explicar sua dimensão ecológica, que foi consolidada no bojo de processos globais e relações internacionais na virada do último século. Por um lado, as ONGs políticas e filantrópicas encampam valores que foram apartados de uma concepção religiosa de mundo. Por outro lado, os valores encampados pelas ONGs ecológicas foram gerados pela revisão crítica do discurso da modernidade, quando a ênfase no progresso é redirecionada para a ênfase na sustentabilidade.

Tão relevante quanto a apresentação dos resultados é a compreensão do percurso deste estudo. A pesquisa e análise de dados sobre a produção de significado na vida social são procedimentos que podem ser explorados em objetos diferentes das ONGs. Como já mencionado no começo, esta análise foi inspirada nas contribuições pioneiras de Weber e Durkheim no campo da sociologia da religião. Recentemente, abordagens como a sociologia cultural têm ampliado esse tipo de reflexão para além do tema da religião. No presente estudo, a abordagem da sociologia cultural foi combinada a uma abordagem de inspiração weberiana e orientada para um estudo qualitativo sobre as ONGs no Brasil.

Ambas a sociologia cultural e a sociologia de inspiração weberiana estão presentes nas duas partes do estudo. O fato da introdução da Parte I tratar prioritariamente da sociologia cultural e da introdução da Parte II tratar da abordagem de inspiração weberiana deve-se apenas a uma conveniência referente ao percurso da argumentação. A busca do sentido através da análise dos valores sociais é uma orientação de inspiração weberiana que foi central durante todo o estudo. Na Parte I, analisei a oposição entre o valor da caridade cristã e os valores da justiça social e da filantropia, além do surgimento do valor da ecologia como outro código cultural predominante no universo das ONGs. Na Parte II, demonstrei como os valores da justiça social, da filantropia e da ecologia foram acomodados dentro de trajetórias individuais como as de Betinho, Marcel, Dari e Thais.

A sociologia cultural também influencia tanto a macro sociologia quanto a micro sociologia das ONGs. Os dois modelos de sociologia cultural identificados na introdução estão presentes. Na primeira parte, confiro prioridade à análise dos códigos culturais através das relações de poder. Assim, por exemplo, analiso a passagem da caridade cristã para a justiça social e a filantropia tendo em vista as relações de poder entre Estado, Igreja e sociedade no Brasil. Já na segunda parte, realizo o procedimento contrário, a análise das relações de poder através de seus códigos culturais. Isso acontece quando levo em consideração o cotidiano das pessoas, suas escolhas e experiências tanto no âmbito da vida pública quanto no âmbito da vida privada. A dimensão política do ativismo de cada um dos quatro personagens foi analisada através dos códigos culturais identificados na Parte I. Uma ressalva importante, o fato de cada parte do estudo corresponder a um modelo de sociologia cultural não quer dizer que a análise da cultura através do poder seja sempre macro sociológica nem que a análise do poder através da cultura seja sempre micro sociológica.

3.2 A integração macro e micro

As orientações teóricas e metodológicas que delimitam o objeto do presente estudo estão alinhadas com as tradições de pensamento sociológico que evitam a oposição dicotômica entre macro e micro na interpretação dos fenômenos sociais (Elias, 1994, Weber, 1971). Neste sentido, a relação dialógica entre os valores sociais e as práticas

políticas do universo das ONGs foi uma questão permanente no exercício de análise. Procurei compreender os nexos relacionais entre a formação do campo e as experiências subjetivas na construção de significados associados à noção de ONG no Brasil. A elaboração de tipos ideais das ONGs e das trajetórias pessoais dos seus dirigentes foi elemento chave na realização desta tarefa. Através dessas tipologias foi possível analisar a influência dialógica entre o universo cultural das trajetórias pessoais e a construção política de espaços públicos das sociedades contemporâneas (Gole 2006; 2003), explorando a correlação entre parâmetros estruturais e escolhas individuais na compreensão dos aspectos singulares que transformam a vida política nessas sociedades (Reis 1998; 1982).

Tanto na Parte I quanto na Parte II, os valores da justiça social, filantropia e ecologia foram objeto de uma análise estritamente objetiva que levou em consideração o processo macro histórico de formação institucional do campo das ONGs no Brasil e os processos (inter) subjetivos de legitimação desses valores no cotidiano das pessoas. As análises macro e o micro não constituem duas partes independentes, mas, antes, duas etapas integradas e complementares que fazem parte de um mesmo exercício de interpretação sociológica. Assim, a Parte I e a Parte II configuraram dois registros complementares de observação enfrentando o mesmo problema de construção do sentido das ONGs no Brasil. O objetivo principal que conduziu todo o estudo foi compreender a variação de significados que são atribuídos às ONGs ao longo da história. A integração entre as análises macro e micro é condição importante para potencializar o alcance analítico tanto da sociologia compreensiva quanto da sociologia cultural.

Seja na escala macro ou micro, a preocupação central sempre foi tratar da própria atividade criadora de significado. Segundo essa perspectiva, não há nenhuma natureza particular associada aos fenômenos sociais que nos permita trata-los como “coisa”, senão o fato de a eles serem atribuídos determinados significados. Isso vale tanto para o sociólogo quanto para as pessoas e relações sociais que ele estuda. Por um lado, no âmbito do cotidiano, as pessoas raramente estão conscientes de que realizam algum papel histórico. Em situações como, por exemplo, as revoluções, no calor da hora, muitas vezes as pessoas estão apenas buscando resolver interesses imediatos do cotidiano sem pensar nisso como um papel necessariamente revolucionário (Sewell Jr.,

1996; 1992). Elas se orientam e atribuem significado ao mundo sempre através dos códigos culturais assimilados no decurso de suas trajetórias de socialização. Por outro lado, o sociólogo não está menos condicionado por um registro cultural e simbólico quando seleciona determinados eventos dispersos na história e lhes atribui o rótulo de “fenômeno histórico”, seja na forma de revoluções, na formação das sociedades nacionais ou, como em nosso caso, na formação das ONGs. Quando assim procede, o pesquisador também produz significado sobre as relações sociais a partir de certos códigos culturais, como, por exemplo, o valor da objetividade. Assim, não é possível ignorar as mediações culturais que condicionam tanto as ações das pessoas envolvidas nos eventos estudados quanto a interpretação dos analistas que definem esses eventos como fenômenos históricos. Atento a isso, antes de definir conexões objetivas entre “coisas”, o interesse aqui foi estabelecer conexões conceituais entre os diversos valores sociais que são mobilizados na esteira dos próprios eventos históricos (Weber, 2001; Cohn, 1979). Assim, o sentido das ONGs no Brasil foi acessado aqui a partir de uma sociologia compreensiva focada na análise dos valores sociais.

A produção de significado sobre as ONGs é realizada no confronto permanente entre os diferentes valores que são atribuídos a essas instituições. Como mencionado na introdução deste estudo, a produção de significado sobre as ONGs é realizada em espaços institucionais diferentes, nas esferas do Estado, da sociedade civil e da mídia. Em cada uma dessas arenas, diferentes atores produzem significados dissonantes sobre essas organizações. Políticos, ativistas, advogados, pesquisadores, jornalistas, diversos atores emitem opiniões e discursos variados sobre este tema. Minha preocupação central aqui foi destacar um ponto de vista específico dentro dessa vasta produção de significado, o ponto de vista das próprias instituições. Assim, analisei o sentido das ONGs no Brasil focando atenção no modo como essas instituições e seus dirigentes produzem significados sobre si mesmos.

3.3 História e cultura

Neste estudo, a compreensão do sentido das ONGs no Brasil foi realizada sob o prisma combinado da história e da cultura. Essa dupla condição histórica e cultural marca toda produção de conhecimento em sociologia. No caso das ONGs, o fenômeno do

empoderamento e da proliferação dessas organizações levanta questões que são cruciais no debate sobre as transformações da política durante as últimas décadas. Dentre outros, temas como as transformações do Estado e o empoderamento de novos atores estão no epicentro da discussão sobre ONGs. Assim, um dos principais desafios colocados para qualquer sociologia das ONGs é encarar a história do presente, refletindo sobre seu próprio contexto histórico e cultural. Aqui, esse desafio foi enfrentado a partir de uma perspectiva particular, aquela referente os valores sociais, ou códigos culturais, que conferem um sentido específico à experiência das ONGs no Brasil. Justiça social, filantropia e ecologia foram apresentadas como as três lentes através das quais as ONGs produzem significado sobre si próprias. Esses são os valores sociais predominantes em meio às diversas visões de mundo que estruturam tanto a atuação das ONGs quanto o engajamento e o protagonismo individual de seus membros.

Todas as grandes transformações históricas que ocorrem na esfera da política estão inextrinavelmente ligadas a mudanças nas visões de mundo. O surgimento das instituições políticas modernas foi, por exemplo, acompanhado pela emergência de novas visões de mundo que reformularam os valores então tradicionais de ordenação das relações sociais nas sociedades medievais. O modo particular de ordenar as relações sociais dentro das modernas sociedades ocidentais, o Estado-nação, sempre esteve intimamente relacionado a valores como “igualdade democrática” e “individualismo” (Bendix, 1996; Wagner, 1994). No entanto, hoje em dia, tem sido cada vez mais frequente a constatação de indícios que apontam mudanças no modo de ordenar as relações sociais dentro das sociedades nacionais (Reis, 2009, Gole, 2000, Chartejee, 1996). Um desses indícios tem a ver com a debatida questão sobre o realinhamento das relações entre Estado, mercado e sociedade civil na contemporaneidade (Reis, 2004; Wolfe, 1991). Ora, se as formas de ordenar as relações sociais (como, por exemplo, a correlação entre autoridade e solidariedade) não são mais as mesmas, há que se supor então que outras visões de mundo, outros valores, estão se fazendo valer nos interstícios da história contemporânea.

Um dos fenômenos sociais em que é possível observar essa transformação na órbita das visões de mundo e dos valores sociais é a proliferação das ONGs, um fenômeno cuja dimensão heurística favorece pensar articuladamente muitas das questões teóricas debatidas na sociologia política contemporânea. A reinterpretação macro histórica das

transformações epistêmicas e culturais dos processos modernos (Arnason et al, 2005; Wittrock, 2000, Calhoun, 1997), a intensificação e expansão do encontro entre modernidade e mundo não-ocidental (Gole, 2003; Therborn, 2003; Eisenstadt, 1991), as transformações recentes nas relações entre Estado, mercado e sociedade (Reis, 2004; Cohen and Arato, 1992; Wolfe, 1989), a ampliação das arenas e atores nas disputas políticas (Reis, 2009; Rose, 1999), as novas relações entre espaço público e performance dos atores (Alexander, 2006; Gole and Amman, 2006), as reformulações do ideal de direitos humanos (Fine, 2009; Scholte, 2000) e a diversificação dos modelos de identidade social politizada (Sassen, 2002; Urry, 2000; Turner, 1994) são algumas das principais questões sobre política e cultura nas sociedades contemporâneas, todas presentes no debate sobre o recente empoderamento de novos atores políticos, como as ONGs.

Seja no Brasil ou em qualquer outro lugar, o fenômeno das ONGs é algo universal em sua própria particularidade. Se a construção nacional é algo que variou em todo o mundo, seria uma contradição elementar supor que sua transformação também não seja variada. As condições históricas e culturais que situam a proliferação das ONGs em cada parte do mundo terminam conferindo os contornos específicos e locais de um mesmo processo geral e global. Ainda que haja semelhança nessas condições, elas assumem feições diferentes em cada circunstância específica. Assim, mesmo que identifiquemos o predomínio dos valores da justiça social, filantropia e ecologia em outros universos nacionais de ONGs, o processo histórico de formação desses valores e seu impacto ideológico no âmbito das motivações individuais e coletivas nunca será o mesmo.

3.4 Política e cultura no Brasil

A tarefa de identificar e analisar os valores sociais que conferem sentido à noção de ONGs exige a reinterpretação de alguns postulados clássicos sobre a relação entre política e cultura no Brasil. Este assunto sempre foi alvo de polêmica. A maior parte das controvérsias gira em torno de um problema central: as condições singulares de formação dos processos modernos. Desde os primórdios da formação do pensamento social brasileiro, notoriamente a partir do século XIX, gerações sucessivas de estudiosos

se ocuparam desse debate. Processos como a formação do espaço público nacional e o desenvolvimento da cidadania indicavam as condições tensas e ambivalentes da relação do Brasil com as ideias e valores sociais que se difundiam do ocidente para o mundo. Em meio à variedade de problemas e hipóteses que sustentaram a permanência deste debate ao longo do tempo, foi enfatizado o fato da experiência histórica brasileira distorcer ou mesmo inviabilizar os fundamentos ideológicos europeus que lhe serviam de inspiração.

Frequentemente, os analistas diagnosticaram a persistência de um espaço público desprovido de referências universais e amplamente condicionado aos interesses privados daqueles que detinham o poder (Nunes, 2003; Holanda, 1995; Da Matta, 1987; Leal, 1975). A recorrência destes diagnósticos acabou por consolidar um repertório de conceitos sobre a cultura política brasileira até hoje influente. Cordialidade, patriarcalismo, clientelismo e pessoalidade foram reiteradamente projetados como características definidoras das relações sociais no Brasil.

No presente estudo, sustento que a consagração dos modelos democráticos e nacionais dos processos modernos sempre ocorre mediada por um contexto de referências culturais amplamente diversificadas, e que essas referências culturais acabam por redefinir a própria política. Se há algo que tem se tornado cada vez mais claro no nebuloso terreno da sociologia contemporânea é a compreensão que os processos históricos também são produto das relações culturais que lhes conferem significado (Villas Bôas, 2006; Reis, 2003; Wedeen, 2002; Gole, 2000; Wittrock, 2000; Brubaker, 1997; Chartejee, 1996). Ao trazer este debate para o contexto brasileiro, busquei explorar as possibilidades de reinterpretação das relações entre cultura e política diante de um fenômeno histórico específico, a emergência das ONGs. A análise do significado da noção de ONGs no Brasil me permitiu interpretar aspectos de cultura política sob a ótica de uma visão de mundo particular. O interesse primordial deste estudo foi compreender de que modo os agentes históricos imputam sentido ao amplo conjunto das transformações sociais que estão relacionadas à experiência das ONGs no Brasil.

3.5 Sentido e ambivalência

Vimos que a produção de conhecimento simbólico sobre a realidade social é um tema tradicional de investigação na sociologia (Weber, 1999a, Durkheim, 2008, Berger and

Luckmann, 1966). Hoje em dia, essa tradição vem sendo reforçada por analistas que revisitam o repertório clássico da disciplina através da noção de cultura (Alexander, 2008; 2003; Robertson 1992; 1978). Atento a este debate, procurei operar a noção de cultura não apenas como um objeto de análise, mas, sobretudo, como uma premissa metodológica e analítica para compreensão do objeto estudado. A noção de cultura foi, a um só tempo, objeto de análise e recurso metodológico para investigação (Lima Neto, 2010; 2007; Alexander e Reed, 2009). Inspirado na abordagem weberiana e na sociologia cultural, os valores sociais foram aqui explicados através de outros valores sociais. Dessa forma, além de evitar o reducionismo da cultura às relações de poder, também foi possível preservar a complexidade das relações sociais que constituem o objeto da pesquisa. As ambivalências e o dissenso que marcam as concepções de ONG foram, portanto, objeto de uma reflexão sistemática sobre a produção de sentido e significado na vida social.

Um exemplo bastante emblemático das ambivalências que marcam o sentido das ONGs em todo o mundo são as pesquisas nacionais sobre essas instituições. Na hora de definir o conceito ONG, a maior parte dessas pesquisas toma como referência os critérios utilizados no *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*, manual desenvolvido em parceria entre a Universidade John Hopkins e a Divisão de Estatística da ONU (United Nations, 2003). Neste manual, o nome ONG aparece raras vezes, na maior parte do tempo o termo está diluído no conceito ainda mais genérico de instituições não lucrativas²⁸. Ainda assim, o documento constitui uma das referências mais acionadas por pesquisadores na definição da classificação institucional das ONGs.

Neste estudo, ao invés de me preocupar com a ingrata tarefa de dissipar a ambivalência e propor uma definição institucional para as ONGs no Brasil, concentrei-me no horizonte de valores que conferem sentido aos diferentes usos e definições institucionais corriqueiramente associados a esta noção. Para isso, analisei concepções de mundo e tracei o perfil das relações entre os principais valores sociais que conferem sentido à

²⁸ As pesquisas nacionais reproduzem essa ambivalência. Um exemplo disso é o estudo intitulado Fundações Privadas e Associações Não Lucrativas (FASFIL), uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE). Embora não seja possível identificar a palavra Organização Não Governamental, nem a sigla ONG, em todas as quase 200 páginas do texto de publicação dos resultados, esta pesquisa é atualmente a referência mais citada nos trabalhos acadêmicos e não acadêmicos sobre ONGs no Brasil.

experiência das ONGs no Brasil. Minha preocupação não foi outra senão analisar o olhar que as ONGs lançam sobre si mesmas, tornando essa relação auto-reflexiva objeto de análise sociológica. Ao propor o exercício de uma sociologia cultural sobre as ONGs, jamais tive a intenção de identificar um sentido unívoco e estanque a elas associado. Ao contrário, procurei respeitar a heterogeneidade dos vários significados atribuídos às ONGs, concentrando-me na perspectiva das próprias instituições e seus agentes. Os resultados do estudo apontam para a formação de um sentido multifacetado, disforme e mutante. A todo o momento, o sentido das ONGs no Brasil é reatualizado no bojo de condições históricas e culturais que mudam sem cessar. Em meio a toda essa variedade, identifiquei denominadores comuns que organizam as diversas experiências institucionais e pessoais. Justiça social, filantropia e ecologia são matrizes ideológicas que podem ser combinadas de modo variado na experiência histórica de cada pessoa ou organização. Esses três valores sociais delimitam um conjunto de significados que atribuem sentido à experiência das ONGs no Brasil.

Bibliografia

Abreu, Rafael (2011). *Parcerias entre Estado e sociedade civil: velhas questões para uma nova dinâmica*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSA/UFRJ. Rio de Janeiro.

Adorno, Theodor; Horkheimer, Max (2006). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Albrow, Martin (1997). *The Global Age*. Stanford: Stanford University Press.

Alexander, Jeffrey (2008). Iconic consciousness: the material feeling of meaning. *Environment and Planning D: Society and Space*, 26, pp. 782–94.

_____. (2006). *The Civil Sphere*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (2003). *The meanings of social life: a cultural sociology*. New York: Oxford University Press.

_____. (2000) Sociología cultural: formas de clasificación en las sociedades complejas. Barcelona: Anthropos.

_____. (ed.) (1988). *Durkheimian sociology: cultural studies*. New York: Cambridge University Press.

Alexander, Jeffrey; Reed, Isaac (2009). *Meaning and Method: the cultural approach to sociology*. London: Paradigm Publishers.

Alvarez, Sonia; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (2000). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG.

Arato, Andrew (2002). “Representação, soberania popular a accountability”. In: *Lua Nova*, 55-56, pp.85-103.

Armstrong, Chris (2006). “Global Civil Society and the Question of Global Citizenship” *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*. Vol 17; pp. 349-357.

Arnason, Jóhann; Eisenstadt, Shmuel; Wittrock, Bjorn. (eds.) (2005). *Axial civilizations and world history*. Leiden: Brill.

Avritzer, Leonardo (2010). “O Papel da Participação nas Políticas Sociais do governo Federal” in: IPEA (Ed) *Estado, Instituições e Democarcia: democracia – Livro 9, v.2*. Brasília: Ipea.

_____. (2007). “Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade das ações”. *Dados*, 50 (03), pp 443-464.

_____. (2004). *Participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP.

_____. (Ed.) (1994) *Sociedade Civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.

Bakhtin, Mikhail (1984). *Ésthétique de la Création Verbale*. Paris: Gallimard.

_____. (1981). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

Barber, Benjamin (1984). *Strong democracy: participatory politics for a new Age*. Berkeley, University of California Press

Bellah, Robert (1964). Religious evolution. *American Sociological Review*. 29(3), pp. 358-74.

_____. (1970). *Beyond Belief*. New York: Harper and Row.

Bellah, Robert; Madsen, Richard; Sullivan, William; Swidler, Ann; Tipton, Steven (1986). *Habits of the Heart: Individualism and Commitment in American Life*. Berkeley. University of California Press.

Bendix, Reinhard (1996). Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: Edusp.

Bennett, Andy. (2008). "Towards a cultural sociology of popular music". In: *Journal of Sociology*, 44(4), pp.419-432.

Betto, Frei (2001) Perfil Amigo de um Conspirador do Bem. In: Souza, Herbert José de. *Estreitos nós: lembranças de um semeador de utopias*. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. (1981). *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense.

Benjamin, Walter (2003). *L'œuvre d'art à l'époque de sa reproductibilité technique*. Paris: Editions Allia.

Berger, Peter; Luckmann, Thomas (1966). *The Social Construction of Reality: a treatise on the sociology of knowledge*. London: Penguin University

_____. (1963). *Sociology of religion and sociology of knowledge*. Sociology and Social Research. 47(4), pp. 417–27.

Bonnell, Victoria; Hunt, Lynn. (eds.) (1999). *Beyond the cultural turn: new directions in the study of society and culture*. Berkley and Los Angeles: University of California Press

Bourdieu, Pierre (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil.

_____. (1986). *L'illusion biographique*. In: Actes de la recherche en sciences sociales. v. 62-63, pp. 69 – 72.

Bourgois, Henri (1995). *Histoire des Dogmes. Tome III: les signes du salut.* Paris: Desclée.

Brant, Vinícius Caldeiras (Ed.) (1981). *O Povo em Movimento.* Petrópolis: Vozes.

Brubaker, Rogers (1997). *Nationalism reframed: nationhood and the national question in the new Europe.* Cambridge: Cambridge University Press.

Bruneau, Thomas (1974). *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição.* São Paulo: Loyola.

Caldas, Emmanuel (2011). *Fronteiras simbólicas e reivindicação de representatividade: estudo sobre a construção de legitimidade das ONGs.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSA/UFRJ. Rio de Janeiro.

Calhoun, Craig. (1997) *Nationalism.* Minneapolis: University of Minnesota Press.

Campos, Ernesto de Souza (1943). *A Santa Casa da Misericórdia da Santos: primeiro hospital fundado no Brasil.* São Paulo: Santa Casa da Misericórdia de Santos.

Cardoso, Ruth (2005). Fortalecimento da Sociedade Civil In: Ioschpe, Evelyn Berg. *3º Setor: desenvolvimento social sustentado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Carrión, Rosinha Machado (2000). “Organizações Privadas sem Fins Lucrativos: a participação das empresas no terceiro setor”. *Tempo Social*, 12(2), pp. 237-255.

Castells, Manuel (1996). *The rise of network society.* Oxford: Blackwell Publishers.

Cavalcanti, Pedro; Ramos, Jovelino (Eds.) (1976). *Memórias do Exílio (Brasil 1964 – 19??).* Lisboa: Acardia.

Cavalheiro, D. Marcelo Pinto (1983). “Momentos Históricos e Desdobramentos da Ação católica Brasileira” in: *Revista Eclesiástica Brasileira*, 43(169), pp. 10 - 28.

Chandhoke, Neera (2002). The Limits of Global Civil Society. In H. Anheier, M. Glasius & M. Kaldor (Eds.), *Global Civil Society Yearbook 2001*. Oxford: Oxford University Press.

Chartjee, Pharta. (1996) Whose Imagined Community? In: Balakrishnan (Ed.). *Mapping the Nation*. London: Verso.

Cohn, Gabriel (1979). *Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Cohen, Jean; Arato, Andrew (1992). *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.

Cordero, Rodrigo; Carballo, Francisco; Ossandón, José (2008). “Performing cultural sociology: a conversation with Jeffrey Alexander”. In: *European Journal of Social Theory*, 11(4), pp. 523-542.

Correia, Fernando da Silva (1999). *Origens e Formação da Misericórdia Portuguesa*. Lisboa: Livras Horizonte.

Costello, Gerald (1979). *Mission to Latin America: the successes and failures of a twentieth-century crusade*. New York: Orbis Books.

Da Matta, Roberto. (1987). *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

Dale, Frei Romeu (Ed.) (1985) *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Loyola.
Datafolha (2011). *Trabalho voluntário*. Datafolha, outubro de 2001.

Della Cava, Ralph (1979). “Igreja e Estado no Brasil do Século XX” In: *Estudos CEBRAP*, n.12, pp. 06-52.

De Swaan, Abram (1988). *In Care of the State: health care, education and welfare in Europe and the USA in the Modern Era*. Cambridge, Polity Press.

Didonet, Pe. Franciso (1942). « As Congregações Mariana e a Ação Católica Brasileira” In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, 02(05), fasc.05.

Dysman, Maria Carolina (2011). *Um estudo sobre a institucionalização das ONGs no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSA/UFRJ. Rio de Janeiro.

Duprat, Chaterine (1996). Usage et pratiques de la philanthropie: pauvreté, action sociale et lien social, à Paris, au cours du premier XIXe siècle. V.01 Paris : Comité d'Histoire de la Sécurité Sociale.

Durkheim, Émile (2008). *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse: le systhème totémique en Australie*. Paris: PUF.

Edwards, Michel ; Hulmes, David (Eds.) (1996) *Beyond the magic bullet: NGO performance and accountability in the post-cold war world*. West Hartford, Conn.: Kumarian Press.

Eisenstadt, Shmuel (1991). *A Dinâmica das Civilizações: tradição e modernidade*. Lisboa: Cosmos.

Elias, Norbert (1995). *Mozart: a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1994). *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar

Eyerman, Ron (2004). “Jeffrey Alexander and the cultural turn in social theory” In: Thesis Eleven, 79, pp.25-30.

Fernandes, Rubem Cesar (1994) *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Fico, Carlos (1999). *Ibase: usina de ideias e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond.

Fine, Robert (2009). "Cosmopolitanism and Human Rights: radicalism in a global age" In: *Metaphilosophy*, 40(1), pp. 8 - 23.

Gattari, Felix (1989). *Les trois écologies*. Paris: Editions Galilée.

Geertz, Clifford (1973). *The Interpretation of Cultures: selected essays*. New York: Basic Books.

Geremek, Bronisław (1991). *Les Fils de Caïn: l'image des pauvres et des vagabonds dans la littérature européenne du XVe au XVIIe siècle*. Paris: Flammarion.

Gervaise, Nicolas (2010) *La Vie de Saint martin, eveque de Tours*. Whitefish: Kessinger Publishing.

Gohn, Maria da Glória (2008). *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. (2005). *O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez.

_____. (1997). *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

_____. (1995). *História dos Movimentos e Lutas Sociais*. São Paulo: Loyola.

_____. (1985). *A Força da Periferia*. Petrópolis: Vozes.

Gontijo, Ricardo.(1988). *Sem Vergonha da Utopia: conversas com Betinho*. Petrópolis, Vozes.

Göle, Nilüfer (2003). *Musulmanes et Modernes: voile et civilisation en Turquie*. Paris : La Découverte.

_____. (2002). “Islam in Public: new visibilities and new imaginaries” In: *Public Culture* 14(1): 173–190.

_____. (2000). “Snapshots of Islamic Modernities”. In: *Daedalus*, 129 (1), pp. 91 - 117.

Göle, Nilüfer; Amman, Ludwing (Eds.) (2006). *Islam in Public: Turkey, Iran and Europe*. Istanbul: Bilgi University Press.

Gontijo, Ricardo (1988). *Sem vergonha da utopia: conversas com Betinho*. Petrópolis: Vozes.

Grangueia, Mario (2010). Em nome da cidadania: Ministério Público, ONGs e efetivação de direitos no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSA/UFRJ. Rio de Janeiro.

Guillot, Olivier (2008). *Saint Martin de Tours: apotre des pauvres, 336 – 197*. Paris: Fayard.

Gurza-Lavalle, Adrian e Bueno, Natália (2011). “Waves of change within civil society in Latin America” In: *Politics & Society*, 39(3), pp.415-450.

Gurza Lavalle, Adrian; Isunza Vera, Ernesto. (2011) “A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability”. *Lua Nova*, v. 84, pp. 95-140.

Gurza Lavalle; Adrian, Houtzager, Peter e Castello, Graziela. (2006), “Representação, Pluralização da Representação e Sociedade Civil”. *Lua Nova*, n.67, pp. 49-103.

Gurza Lavalle, Adrian ; Araujo, Cicero (Eds.) (2006). *O futuro da representação*. São Paulo: Lua Nova, CEDEC.

Gutiérrez, Gustavo (1971). *Telología de la Liberación*. Lima: CEP.

Held, David ; McGrew, Anthony (2002). *Globalization and Anti-globalization*. Cambridge: Polity.

Hess, Andreas (2005). “Advancing strong programs”. In: *Sociology*, 39(1), pp. 157-173.

Holanda, Sérgio Buarque de (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Houtzager, Peter P; Gurza Lavalle, Adrian (2010). “Civil society s claims to political representation in Brazil” In: *Comparative International Development*, v. 45, p. 43-77.

Hirsch Jr, Eric Donald (1967) *Validity in Interpretation*. New Heaven: Yale University.

Inglis, David; Blaikie, Andrew; Wagner-Pacifici, Robin (2007). “Editorial: sociology, culture and the 21st Century” In: *Cultural Sociology*, 1(1), pp. 5-22.

Inglis, David (2007). “The warring twins: sociology, cultural studies, alterity and sameness” In: *History of the Human Sciences*, 20(2), pp. 99-122.

Inglis, David (2005). *Culture and everyday life*. London: Routledge.

Iglésias, Francisco (1971). *História e Cultura*. São Paulo: Perspectiva.

Isunza Vera, Ernesto ; Gurza Lavalle, Adrián (Eds), (2010). *La Innovación democrática en América Latina: tramas nudos de la representación, la participación y el control social*. Ciudad de Mexico: La Casa Chata.

Joas, Hans (2005). “Cultural trauma? On the most recent turn in Jeffrey Alexander’s cultural sociology”. In: *European Journal of Social Theory*, 8(3), pp 356-374.

Kaldor, Mary (2003). “The idea of global civil society”, *International Affairs*, 79(3), pp. 583-593.

Kant, Immanuel (1999). *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Nova Cultural.

Keck, M; Sikkink, K. (1999). Transnational advocacy networks in international and regional politics. *International Social Science Journal*, 51(1), 89-101.

Koslinski, Mariane (2007). *Um estudo sobre ONGs e suas Relações de 'Accountability'*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro-PPGSA/UFRJ. Rio de Janeiro.

Koslinski, Mariane; Reis, Elisa (2009), “Transnational and Domestic Relations of NGOs in Brazil”, *World Development*, 37: 714-725.

Kurasawa, Fuiuki (2004). “Alexander and the cultural refounding of American sociology”. In: *Thesis Eleven*, 79, pp. 53-64.

Lamont, Michelle (2000). *The Dignity of Working Men: Morality and the Boundaries of Race, Class and Immigration*. New York: Russell Sage Foundation.

Lamont, Michelle; Monárt, Virág (2003). The study of boundaries in the social science. In: *Annual Review of Sociology*, 28, 167–95.

Landim, Leilah (Ed.) (1998). *Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência, etc.* Rio de Janeiro : NAU.

_____. (1993a). A Invenção das ONGs : do serviço invisível à profissão impossível. Tese de doutoramento apresentada ao PPGAS-UFRJ. Rio de Janeiro, UFRJ.

_____. (1993b). *Para Além do Estado e do Mercado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER.

Latour, Bruno; Callon, Michel (1981). *Unscrewing the big leviathan: how macro-structure reality and how sociologists help them to do so*. In: Knorr-Cetina, K. Cicourel, A. V. (Eds). *Advances in Social Theory and Methodology*. London: Routledge.

Leal, Victor Nunes (1975). *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Alfa Omega.

Lenzenweger, Josef; Stockmeier, Peter; Bauer, Johannes; Amon, Karl; Zinhobler, Rudolf (eds.) (2006). *História da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola.

Lesbaupin, Ivo (1980). “A Igreja Católica e os Movimentos Populares Urbanos” In: *Religião e Sociedade*, v.3, pp. 189-198.

Libânio, João Batista (2000). *Igreja contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Ed. Loyola.

Lichterman, Paul (2007). “Repenser la ‘Critique’ dans la Sociologie Culturelle États-Unienne : une alternative pragmatique à la ‘démystification’ ”In: *Tracés. Revue de Sciences Humaines*, 13, pp. 73-89.

Lima, Luiz Gonzaga de Souza (1979). *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes.

Lima Neto, Fernando (2012). *Sociologia da percepção sobre ONGs no Brasil*. Relatório de pesquisa. IPEA

_____. (2010). “Cultural sociology” In: Sociopedia.isa. Retrieved January, 4, 2011 from < <http://www.sagepub.net/isa/resources/pdf/Cultural%20Sociology.pdf> >

_____. (2007). *Sociologia e cultura: a proposta da sociologia cultural*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGSA/UFRJ. Rio de Janeiro.

Lopez, Felix Garcia (2010). “Accountability e controle social na administração pública federal”. IPEA. *Estado, instituições e democracia: democracia*. Brasília: IPEA

Lopez, Felix Garcia; Leão, Luciana; Grangueia, Mario Luis (2011). State, third sector, and the political sphere in Brazil: evolution and current scenario. In: *International Journal of Sociology*, 41 (2), pp. 50-73.

Lukes, Steven (1973). (1973) *Emile Durkheim: His Life and Work*. Harmondsworth: Penguin.

Lyotard, Jean-François (1979). *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*. Paris: Minuit

MacAdam, Doug; McCarthy, John; Zald, Mayer. (Eds) (1996). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. New York: Cambridge.

Madsen, Richard; Sullivan, William; Swidler, Ann; Tipton, Stephen (eds.) (2001). *Meaning and modernity: religion, polity, and self*. Berkeley: University of California Press.

Manin, Bernard (1996). *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Flammarion.

Marcondes, Sandra (2005). *Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI*. São Paulo: Peirópolis.

Marcuse, Hebert (1997). *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.

Marx, Karl (1982). *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural.

Marx, Karl; Engels, Friedrich (1989). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec.

McLennan, Gregor (2005). “The ‘new American cultural sociology’: an appraisal”. In: *Theory, culture & society*, 22(6), pp. 1-18.

Medeiros, Rogerio (2008). *Between Conflict and Cooperation: Dilemmas in the Relations Between Non-Governmental Organization and the State in Brazil*. Tese de Doutorado. Boston University. Boston.

Miceli, Sergio (2009). *A Elite Eclesiástica Brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

Marcílio, Maria Luiza (1998). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.

Melo, Carlos Ranulfo; Sáez, Manuel Alcántara (Ed.), (2007). *A Democracia Brasileira, Balanço e Perspectivas para o Século 21*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

Mesgravis, Laima (1976). *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura.

Mestriner, Maria Luiza (2001). *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo: Cortez.

Moisés, José Álvaro (Ed.) (1982). *Cidade, Povo e Poder*. São Paulo: Paz e Terra, CEDEC.

Nascimento, Dilene (2001). *Fundação Ataulpho de Paiva – Liga Brasileira Contra a Tuberculose: um século de luta*. Rio de Janeiro: Quadratin/FAPERJ.

Neyron, Gustave (1927). *Histoire de la charité, le christianisme en action*. Paris: S.P.E.S.

Nietzsche, Friedrich (1978). *Origem da tragédia*. Lisboa: Guimarães & C.^a editores.

Nunes, Edson (2003). A gramática política do Brasil. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Oliveira, Enilson; Delamaro, Maurício; Bartholo JR; Roberto (1999). *Marketing Social e Herança Cultural: o caso da escola de samba da Mangueira*. Rio de Janeiro: ABREPO.

Oliveira, Miguel. (1999) *Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e as ONGs*. Brasília: Instituto Rio Branco.

Paiva, Angela Rodolfo (2003). *Católico, Protestante, Cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG / IUPERJ.

Pereira, Tatiana Dahmer. (2003) O não governamental em questão: um estudo sobre o universo Abong. Rio de Janeiro: Fase.

Peres, Thais Helena de Alcântara (2005). “Comunidade Solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais” In: *Civitas*, 5(1), pp. 109-126.

Peters, Gabriel (2008). O Social Entre o Céu e o Inferno: a antropologia filosófica de Pierre Bourdieu. Comunicação apresentada no G.T. de Teoria Social do XXXII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu. *Mimeo*.

Pierrard, Pierre. (1988). *Les laïcs dans l'Église de France (XIXe-XXe)*. Paris: Éditions Ouvrières.

Pinheiro Filho, Fernando Antônio (2007). “A Invenção a Ordem: intelectuais católicos no Brasil” In: *Tempo Social*, 19(1), pp.33-49.

Pinto, Celi (2005) “A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil (1993-2003)”. *Sociedade e Estado*, 20(1), pp. 195 - 228.

Ranulfo Melo, Carlos and Alcântara Sáez, Manuel (Eds) (2007). *A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte: UFMG.

Pleyers, Geoffrey (2010). *Alter-globalization: becoming actors in the global age*. Cambridge: Polity Press.

Reis, Elisa (2009). “New Ways of Relating Authority and Solidarity: Theoretical and Empirical Explorations”. In: A. Dennis and D. Kalekin-Fishman. (Ed.). *The ISA Handbook in Contemporary Sociology*. London: Sage.

_____. (2004). “The lasting marriage between nation and state despite globalization”. In: *International Political Science Review*, 25(3), pp. 251-257.

_____. (2003). “A global world, multiple angles, one sociological community” In: *Current Sociology*, 51 (2), pp. 113 – 122.

_____. (1998). *Processos e Escolhas*. Rio de Janeiro: ContraCapa.

_____. (1982). “Elites Agrárias, State Bulding e Autoritarismo” In: *Dados* 25(3), pp. 331-348.

Ridenti, Marcelo (2002) “Ação Popular: cristianismo e marxismo” In: Reis Filho, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo (orgs.) *História do Marxismo no Brasil*, 5. Campinas: Ed.Unicamp.

Robertson, Roland (1992). *Globalization: social theory and global culture*. London: Sage.

_____. (1988). “The sociological significance of culture: some general considerations” In: *Theory, Culture and Society*, 5(1), pp. 3-24.

_____. (1980). *Sociología de la religión*. México: Fondo de Cultura Econômica.

_____. (1978). *Meaning and Change: Explorations in the Cultural Sociology of Modern Societies*. New York: New York University Press.

_____. (1970). *The Sociological interpretation of religion*. Oxford: Blackwell.

Rodrigues, Carla (2007) *Betinho: sertanejo, mineiro, brasileiro*. São Paulo: Planeta.

Rose, Nikolas. (1999). *Powers of Freedom: reframing political thought*. Cambridge University Press.

Rosenthal, Gabriele (2006) The Narrated Life Story: on the interrelation between experience, memory and narration. In: Milnes, Kate; Horrocks, Christine; Kelly, Nancy; Roberts, Brian; Robinson, David (Eds). *Narrative, memory and knowledge: Representations, aesthetics and contexts*. Huddersfield: University of Huddersfield Press.

Rojek, Chris; Turner, Brian (2000). "Decorative sociology: towards a critique of the cultural turn". In: *The Sociological Review*, 48(4), pp.629-248.

Rovere, Ana Lucia La; Vieira. Liszt (eds.) (1992). *Tratado das ONGs aprovados no Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais*. Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais: Rio de Janeiro, 1992.

Russell-Wood, Anthony John (1981). *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. UnB.

Ryfman, Philippe (2009). *Les ONG*. Paris: La Découverte.

_____. (2008) *Une histoire de l'humanitaire*. Paris: La Découverte.

Salamon, Lester (2005) Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: Ioschpe (Ed.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e terra.

_____. (1999) *Patterns in Public Service: government nonprofit relations in the modern welfare state*. Baltimore: The John Hopkins University Press.

Salem, Tânia (1982). "Do Centro D. Vital à Universidade Católica". In: Schwartzman, Simon (Ed.) *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Santa Casa da Misericórdia (1880). *Fundação da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Santa Casa da Misericórdia.

_____. (1952) *Um século no roteiro da cidade: os hospitais da Misericórdia (1852 – 1952)*. Rio de Janeiro: Santa Casa da Misericórdia.

Sanyal, Bishwapriya. (1997) “NGO’s Self-Defeating Quest for Autonomy” In: *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 554, pp.21 – 32.

Sassen, Saskia (Ed.) (2002). *Global networks, linked cities*. New York, London: Routledge.

Scholte, Jan (2000). *Globalization: A Critical Introduction*. New York: Palgrave.

Sewell Jr., William H. (1996). “Historical events as transformations of structures: Inventing revolution at the Bastille”. In: *Theory and Society*, 25(6): 841–81.

_____. (1992). “A theory of structure: duality, agency, and transformation”. In: *American Journal of Sociology*, 98(1): 1–29.

Sévere, Sulpice (2003). *Vie de Saint Martin*. Paris: Editions du Cerf.

Scherer-Warren, Ilse (1993). *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

Scherer-Warren, Ilse; Krischke, Paulo (Eds.) (1987). *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.

Schwartzman, Simon (1988). Bases do autoritarismo brasileiro Rio de Janeiro: Campus

_____. (1986). “A Política da Igreja e a Educação: o sentido de um pacto” In: *Religião e Sociedade*, 13(1), pp. 108 – 127.

Semeraro, Giovanni (1994). *A Primavera dos Anos 60: a geração de Betinho*. São Paulo: Ed. Loyola.

Sewell, William H., Jr. (1996) “Historical events as transformations of structures: inventing revolution at the Bastille”. In: *Theory and Society*, 25(6): 841-881.

_____. (1992) “A theory of structure: duality, agency, and transformation”. In: *American Journal of Sociology*, 98(1): 1-29.

Siqueira, Maria da penha Smarzaro (2009) “Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira” In: *Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34.

Sorj, Bernardo (2005). *Sociedade civil e relações Norte-Sul: ONGs e dependência*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Sorj, Bernardo; Oliveira, Miguel Darcy (Eds.) (2007) *Sociedade civil e democracia na América Latina: crise e reinvenção da política*. São Paulo: Centro Eldeinstein e Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Souza, Díleno Dantas Lucas de, (2005). *Organizações Não Governamentais: um estudo de caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Souza, Herbert José de (2001). *Estreitos nós: lembranças de um semeador de utopias*. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. (1996). Entrevista ao Programa Roda Viva – TV Cultura. Retrieved January, 7, 2011 from <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/363/entrevistados/herbert_de_souza_betinho_1996.htm

_____. (1994). *Revolução de minha geração (depõimento a François Bougon)*. São Paulo: Ed. Moderna.

_____. (1978). Depoimento. In: Cavalcanti, P.C; Ramos, J. (Eds.) *Memórias do exílio, Brasil 1964 - 19??*. São Paulo: Livramento.

Souza, Jessie Jane Vieira de (1998). *Da Transcendência à Disciplina: os círculos operários e a intervenção da Igreja católica no mundo do trabalho no Brasil (1930-1964)*. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação da UFRJ. Rio de Janeiro.

Souza, Luís Alberto Gomes de (1984). *A JUC, os Estudantes Católicos e a Política*. Petrópolis: Vozes.

Souza, Ney (2002). “Os Caminhos do Padroado na Evangelização do Brasil” in: *Revista Eclesiástica Brasileira*, 247, pp. 683-694.

Sposati, Aldaíza (1994). “Assistência Social: desafios para uma política pública de Seguridade Social” In *Cadernos ABONG*, n. 11 São Paulo: ABONG, pp.20-35.

Taylor, Charles (1988). Preface. In: Honneth, Axel; Joas, Hans. *Social action and human nature*. Cambridge: Cambridge University Press.

Taylor, Rupert. (2002). Interpreting Global Civil Society. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 13(4), 339-347.

Therborn, Göran. (2003) “Entangled Modernities” In: *European Journal of Social Theory* 6(3): 293-305.

Thompson, Andrés (2005). Do compromisso à eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América latina. In: Ioschpe (Ed.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e terra.

Tlili, Anwar (2008). “Behind the policy mantra of the inclusive museum: receptions of social exclusion and inclusion in museums and science centres”. In: *Cultural Sociology*, 2(1), pp.123-147.

- Touraine, Alain (2007). *Penser Autrement*. Paris: Fayard.
- _____. (2005). *Un nouveau paradigme: pour comprendre le monde d'aujourd'hui*. Paris : Fayard.
- _____. (1994). *Qu'est-ce que la démocratie?* Paris: Fayard.
- _____. (1992). *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.
- Turner, Bryan (Ed.) (1994). *Citizenship and Social Theory*. London: Sage.
- Urban, Teresa. (2001), *Missão (quase) Impossível. Aventuras e Desventuras do Movimento Ambientalista no Brasil*. São Paulo: Fundação Peirópolis.
- Urry, John. (2000) Sociology Beyond Societies. London: Routledge.
- Vakil, Anna. (1997) Confronting the classification problem: toward a taxonomy of NGOs. *World Development*. Vol. 25, No. 12. pp. 2057-2070.
- Veilleux, Armand (1968) La liturgie dans le Cenobitisme Pachomien au IVeme siècle (Studia anselmiana 57). Roma.
- Venâncio, Renato Pinto (1999). *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séc. XVIII e XIX*. Campinas: Papirus.
- Villas Bôas, Gláucia K. (2006). *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV.
- _____. (2001). Ascese e Prazer: Weber vs Sombart. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 52, p. 173-196.
- Vygotski, Lev S. (1993). *Pensamiento y lenguaje. Obras escogidas. Tomo II*. Madrid: Visor.

Wagner, Peter. (1994). *A Sociology of Modernity: Liberty and Discipline*. London: Roputledge.

Weber, Max (2001). *Metodologia das Ciências Sociais, vol. I* Campinas: Unicamp.

_____. (1999a). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira.

_____. (1999b). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 2vols. Brasília: UnB.

_____. (1971). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Weeden, Lisa (2002). “Conceptualizing culture: possibilities for political science”. In: *The American Political Science Review*, 96 (4), pp. 713-726.

Wittrock, Björn. (2000). “Modernity: one, none, or many? european origins and modernity as a global condition” In: *Daedalus* 129 (1), pp. 32-60.

Wolfe, Alan. (1991). Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, estado e sociedade civil. In: Weffort, F (Ed.). *A democracia como proposta*. Rio de Janeiro: Ibase, pp. 35-63.

_____. (1989) *Whose keeper? social science and moral obligations*. Berkeley: University of California Press.

Vygotsky, Lev (1993). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Yazbeck, Maria Carmelita (1996). “A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social” In: *Cadernos do CEAS*, 164, pp. 37-51.

Outras Fontes:

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG (2006). *ONGs no Brasil: Perfil das Associadas à ABONG*. São Paulo: ABONG.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE (2010). *Censo GIFE 2009 – 2010*. São Paulo:GIFE.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE (1992). *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro: IBASE/PNUD.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2011). *Projeto Voluntariado Brasil*. IBGE, novembro de 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010). As instituições privadas e as associações sem fins lucrativos no Brasil. Rio de janeiro: IBGE. Retrieved January, 9, 2011 from: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm> >

_____. (2005). As instituições privadas e as associações sem fins lucrativos no Brasil. Rio de janeiro: IBGE. Retrieved January, 9, 2011 from: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/default.shtm> >

_____. (2002). As instituições privadas e as associações sem fins lucrativos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Retrieved January, 9, 2011 from: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/default.shtm> >

_____. (1996). As instituições privadas e as associações sem fins lucrativos no Brasil. Rio de janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE (2011). Pesquisa perfil do voluntariado no Brasil. Rio de janeiro: IBOPE. Retrieved January, 7, 2011 from <

<http://moglobo.globo.com/integra.asp?txtUrl=/emprego/um-em-cada-quatro-brasileiros-ja-fez-trabalho-voluntario-3462206> >

Instituto de Pesquisa DATAFOLHA (2001). *Pesquisa Voluntariado*. São Paulo: Datafolha.

Jornal do Brasil (1997). *Morre Betinho; a voz maior da cidadania*. 09/08/2012, p.1.

Revista Veja (1999). *Betinho: o grão da cidadania*. Veja, n. 1320, 29/12/199.

United Nations (2003). *Handbook of Non-Profit Institutions in the System of National Accounts Series F/91*. New York: United Nations.

Anexo 1

Roteiro do primeiro conjunto de entrevistas

Nome da ONG:

Nome do entrevistado:

Data de Fundação:

Entrevistadores:

Data da Entrevista: Hora início da entrevista: Hora fim da entrevista:

1. Identidade das ONGs:

1.1 Na sua opinião o que define uma ONG?

1.2 O que é diferente entre as ONGs em geral e o governo?

1.3 O que é diferente entre governo e a sua organização _____?

1.4 O que diferencia as ONGs em geral de empresas privadas?

1.5 O que diferencia sua organização _____ de uma empresa?

2. Sobre Avaliação e Idealizações

2.1 Na sua opinião quais as principais vantagens das ONGs em relação a órgãos governamentais? E as principais desvantagens?

2.2 E em relação às empresas? Quais as principais vantagens e desvantagens?

2.3 Na sua opinião, qual papel as ONGs estão desempenhando no Brasil hoje?

2.4 E qual deveria ser o papel das ONGs no Brasil hoje?

2.5 Muita gente acha que as ONGs estão substituindo partidos políticos/grupos de interesse. Você concorda que isto está acontecendo? Esta ONG representa algum grupo específico? Qual(is)?

3. Relações com o governo

3.1 Na sua opinião quais são as principais vantagens de desenvolver projetos com órgãos governamentais?

3.2 E as principais desvantagens?

3.3 Na sua opinião quais são as principais vantagens de desenvolver projetos com empresas?

3.4 E as principais desvantagens?

4. Histórico da ONG

4.1 Fundação: Quem ou que grupo de pessoas fundou esta ONG? Por que esta organização foi fundada?

4.2 Área e Objetivos: Qual(is) eram, no momento de fundação, a(s) área(s) de atuação desta organização (meio ambiente, educação, saúde...)? Quais eram os objetivos ou as principais metas desta organização no momento de fundação?

4.3 Público alvo: Quais eram os beneficiários/grupos atendidos por esta organização neste momento? Por que eles foram escolhidos? Que tipo de contato havia com este grupo? Já havia uma interação com estes grupos? Como?

4.4 Apoio: Contou com o apoio de alguma outra organização no momento de fundação? Quais (outras ONGs, Igreja, Mídia, partidos políticos, ONGs ou organizações internacionais, movimentos sociais...)? Que tipo de apoio? Ainda conta com este apoio? Apoio foi importante? De que forma?

4.5 Região: Em que regiões esta ONG atuava (países, estados, municípios e/ou bairros)?

4.6 Estrutura: A organização tinha uma sede física? Como conseguiu esta sede? Tinha computadores?

4.7 Pessoal: Contava com trabalho voluntário ou tinha pessoal remunerado? Quantos voluntários quantos funcionários remunerados?

4.8 Recursos financeiros: Contavam com algum recurso financeiro fixo? Quais eram os principais doadores?

4.9 Status legal: Qual era o formato legal/personalidade jurídica da ONG no momento de fundação (era uma associação, fundação)? Por que seus fundadores optaram por este status legal? A ONG tentou obter algum tipo de certificado emitido pelo poder público (declaração de utilidade pública federal ou certificada de entidade de assistência social)? Por que motivo?

4.10 Relação com órgãos governamentais: No momento de fundação, esta ONG interagia com órgãos governamentais? Como você descreveria esta interação. Senão interagia, por que motivo?

4.11 Relação com empresas: No momento de fundação, esta ONG interagia com empresas? Como era esta interação? Se não interagia, por que motivo?

4.12 Relação com organizações internacionais: No momento de fundação, esta ONG interagia com organizações internacionais? Que tipo de organizações (ONGs internacionais, órgãos governamentais estrangeiros, organizações internacionais tais como Banco Mundial, UNESCO, União Européia...) Como era esta interação? Se não interagia, por que motivo?

5. A organização hoje:

5.1 Objetivos e Área: Qual(is) a(s) principal(is) área(s) de atuação da ONG hoje? Os objetivos/metas desta ONG mudaram desde a sua fundação? Quais os principais objetivos/metas hoje? Caso tenham mudado, por que motivo?

5.2 Público-alvo/Clientela:

(i) Quem são os beneficiários ou os grupos atendidos por esta organização hoje? Mudou? De que forma? Por que motivo?

- (ii) Existe alguma interação direta entre a ONG e estes grupos? A ONG leva em conta a opinião destes grupos? De que maneira?
- (iii) O contato que esta organização tem com estes grupos específicos é diferente do contato estabelecido entre estes grupos e órgãos governamentais? De que maneira?
- (iv) Na sua opinião, idealmente, como deveria ser a interação entre as ONGs e seus beneficiários/grupos atendidos?

5.3 Região: E a região de atuação mudou desde a fundação (países, estados, municípios, bairros)? De que forma? Por que mudou?

5.4 Pessoal:

- (i) E hoje, a organização conta com trabalho voluntário? Quantos voluntários? Tem algum trabalho voltado especialmente para recrutar voluntários?
- (ii) E funcionários remunerados? Aumentou a quantidade? Caso tenha aumentado, por que motivo aumentou?
- (iii) Na sua opinião a ONG funciona melhor com trabalho voluntário ou pessoal remunerado? Por que?

5.5 Redes com outras organizações:

- (i) A organização participa de redes ou fóruns temáticos? Quais? Qual o foco de cada uma destas redes ou fóruns (discussão de agendas na área, procedimentos, regras e formas de agir, compartilhamento de experiências)?
- (ii) Esta ONG costuma cooperar em projetos e/ou campanhas com outras ONGs ou outras organizações cívicas ou não cívicas? Quais projetos e campanhas? Quais os principais parceiros?

5.6 Recursos financeiros: E hoje, quais são os principais doadores desta ONG?

Mudaram desde a fundação? Se mudaram, por que motivo?

5.7 Relação com doadores:

- (i) Quais as principais vantagens de receber recursos financeiros destas fontes (perguntar sobre cada doador mencionado no item 5.7)?
- (ii) Esta organização precisa prestar contas para as organizações doadoras? De que forma? Com que freqüência?
- (iii) Estes doadores influenciam na tomada de decisões desta organização? De que forma?

5.8 Status Legal: A sua organização tentou obter outro tipo de certificado emitido pelo poder público? Tentou se tornar uma OSCIP? Por que motivo?

5.9 Organograma:

- (i) Como é a organização interna desta ONG (possui um diretor ou conselho diretor, um conselho externo, conselho fiscal, líderes de projetos)?

- (ii) Quem é responsável nesta organização pelo planejamento, alocação de recursos, decisões sobre projetos? O conselho externo é consultado?

5.10 Accountability:

- (i) **Tomada de decisões:** Quem é que escolhe/define os projetos desenvolvidos pela ONG? Alguém mais participa na escolha? A ONG consulta ou leva em consideração a opinião de que grupos ou instituições? (consulta doadores, público alvo, outras ONGs, público mais amplo...)
- (ii) **Prestação de contas:** A que grupos ou instituições esta ONG presta contas (doadores, conselho externo, público alvo, outras ONGs, público mais amplo...) Com que freqüência (para cada grupo ou instituição mencionada)? De que forma (reuniões, relatórios...)?

5.11 Relação com órgãos governamentais: Hoje a ONG interage com órgãos governamentais? Com que esferas de governo (federais, estaduais e/ou municipais)? A interação com entre esta ONG e órgãos governamentais mudou desde a fundação? Se mudou, por que motivo?

5.12 Relação com empresas: Como você descreveria a interação entre ONGs e empresas hoje? Mudou desde a fundação? De que forma?

5.13 Relação com Organizações internacionais: Como você descreveria a interação entre ONGs e empresas hoje? Mudou desde a fundação? De que forma?

6. Relações com o Estado/Histórico destas relações:

6.1 Participação em elaboração de agendas e políticas públicas:

- (i) **Canais formais:** Esta organização colabora de forma mais sistemática com o governo? Tenta influenciar decisões de políticas públicas? De que forma? Participa de algum conselho? Quais? Com que freqüência? Quais foram as principais contribuições desta organização para decisões deste(s) conselho(s) (propostas acatadas, denúncias, proposta de pautas)?
- (ii) **Canais informais:** Tenta influenciar decisões do governo de alguma outra forma (abaixo-assinado, mobilizações, campanhas ...)? Caso tente, você pode dar exemplos específicos destas ações? Estas ações tiveram impacto sobre decisões do poder público? Qual(is) impacto(s)?

6.1 Relação com partidos: Vocês já colaboraram com partidos políticos ou com algum político? Qual(is)? Como foi esta colaboração?

6.2 Parcerias anteriores com órgãos governamentais: Esta organização participou de projetos em parceria com órgãos governamentais nos últimos 5 anos? Quais os principais projetos (ano/nome/área/principais objetivos).

6.3 Tipo de parceria: Como você descreveria esta(s) parceria(s) com órgãos governamentais? Estes órgãos governamentais se envolveram no desenvolvimento dos projetos? De que maneira?

7 Sobre o projeto específico:

Dados sobre o projeto:

Qual foi o principal projeto desenvolvido em parceria com órgãos governamentais nos últimos cinco anos?

Nome do projeto:

Início:

Final:

Área de atuação:

Região de atuação:

Recebeu recursos? Quantidade de recursos recebida:

Quem participou (Que órgãos governamentais participaram? Outras ONGs também participaram? Quais? Mais alguma organização?) Alguma outra organização?

7.1 Surgimento do Projeto e expectativas:

- (i) Considerando o programa cima mencionado, como ele se iniciou? Quem iniciou a parceria? Foram vocês que procuraram o governo, ou alguém procurou vocês? Porque vocês procuraram o governo ou porque aceitaram o convite?
 - (ii) Havia alguma demanda da sociedade civil por este tipo de projeto? Como esta demanda era manifesta?
 - (iii) O que vocês esperavam do governo (Federal/Estadual e/ou Municipal) quando começou o projeto? Esta expectativa se confirmou? Porque sim ou porque não?

7.2 Relação com estado durante o desenvolvimento do projeto:

- (i) **Divisão de tarefas:** Ainda sobre este projeto, havia uma divisão de tarefas? Quem era responsável por que tarefa? Qual o papel específico

- desta ONG? E de outras ONGs? E dos órgão(s) governamental(is) envolvido(s)?
- (ii) **Decisões sobre principais diretrizes:** Como foram estabelecidas prioridades e formas de ação para este projeto? Quem participou destas decisões? Os beneficiários participaram das decisões? De que forma ou em que momento?
- (iii) **Compatibilidade?** Os objetivos da ONG coincidiam com os dos órgãos governamentais envolvidos ou haviam variações? Na sua opinião os objetivos eram diferentes ou contraditórios? Sobre que aspectos haviam variações? Como foram resolvidas as divergências ou qual concepção prevaleceu? Em que aspectos houve convergência de concepções ou objetivos entre esta organização e o governo?
- (iv) **Implementação:** Quem participou da implementação deste projeto? Os beneficiários tiveram alguma participação na implementação? Se sim, de que forma? Quais as principais dificuldades encontradas na implementação deste projeto? E entre esta ONG e outras ONGs que participavam do projeto?
- (v) **Escolha dos beneficiários:** Como foram escolhidos os beneficiários/público-alvo ou comunidade atendida pelo projeto? Qual foi o papel da ONG neste processo? E qual foi o papel dos órgãos governamentais? E de outros parceiros envolvidos?

7.3 Avaliação:

- (i) Houve avaliação deste projeto? Como foi feita? Quem estava encarregado da avaliação do projeto? Houve alguma participação dos beneficiários? Se sim, como?
- (ii) Em linhas gerais o que a avaliação concluiu? Quais foram os fatores mais positivos e mais negativos identificados?
- (iii) Você diria que o projeto foi capaz de alcançar populações excluídas? De que forma? Por que foi capaz ou incapaz de alcançar? Na sua opinião o projeto teve algum outro impacto (positivo ou negativo) mais duradouro sobre a população/comunidade atendida? Qual(is) impacto(s)?

7.4 Experiência: Antes desse projeto esta organização já trabalhava na área de _____? Que outros projetos já desenvolveu na área de _____? No desenvolvimento destes projetos também contou com a parceria de órgãos governamentais? E com a parceria de empresas? E de organizações internacionais?

7.5 Concepções: Na sua opinião, quais os principais problemas da área _____? E quais seriam os principais meios para resolver estes problemas (participação é mencionada)? Se você tivesse que estabelecer prioridades, que tipo de gente ou grupos deveriam ser prioritariamente atendidos por projetos desenvolvidos na área de _____.

8 Avaliação geral sobre colaboração entre ONG e órgãos governamentais:

8.1 Avaliação sobre projeto:

- (i) Como você vê a parceria com o governo no desenvolvimento deste projeto? (Muito positiva, positiva, negativa...)? Por que motivo?
- (ii) O que a ONG ganhou com esta parceria ou com a experiência desta parceria (recursos, know-how, conhecimento sobre estrutura do Estado, visibilidade, contatos...)?
- (iii) Quais as principais dificuldades encontradas para desenvolver este projeto com a parceria de órgãos governamentais?

8.2 Como você avalia a participação de outras ONGs neste projeto? Quais as principais dificuldade encontradas para desenvolver este projeto em parceria com estas ONGs?

8.3 Você repetiria esta parceria com outros órgãos governamentais? Sob que condições? Por que?

8.4 Quais as principais vantagens e desvantagens de estabelecer parceria com órgãos governamentais em geral?

Anexo 2

Roteiro para segundo conjunto de entrevistas

1. História Pessoal

Primeiramente, eu gostaria de ouvir um pouco sobre você, por que você começou a trabalhar com este tema?

Hoje em dia, as suas motivações para trabalhar com este tema mudaram ou são as mesmas?

Quais foram os acontecimentos mais importantes no seu envolvimento com este tema, o que permanece vivo na sua memória?

Por que você decidiu trabalhar em uma ONG?

Olhando pra trás, mudou alguma coisa na forma como você concebe o tema de seu trabalho?

Quando você começou a trabalhar com ONGs, o que você considerava que seria possível realizar com a sua atividade?

Quando você começou a trabalhar com ONGs, o que você considerava que seria impossível realizar com a sua atividade?

Você mudou de opinião quanto ao que considerava possível realizar?

Você mudou de opinião quanto ao que considerava impossível realizar?

Olhando pra trás, o que mudou com relação às suas condições materiais para fazer o seu trabalho?

O seu envolvimento com as ONGs interferiu na sua vida familiar?

O seu envolvimento com as ONGs interferiu no seu(s) círculo(s) de amigos?

Antes de trabalhar com ONGs, você já tinha participado de algum partido político?

Antes de trabalhar com ONGs, você já tinha participado de alguma associação?

Antes de trabalhar com ONGs, você já tinha participado de alguma agremiação religiosa?

Depois de começar a trabalhar com ONGs, você ingressou em alguma dessas instituições?

Tem alguma outra mudança que você considere importante entre hoje e o início de sua história com as ONGs?

Você já quis trabalhar em organizações governamentais?

Você já quis trabalhar em empresas privadas?

Você já quis trabalhar em outras organizações da sociedade civil?

2. Percepções sobre ONGs

2.1 Geral

Quais são os ideais que movem as ONGs no mundo?

ONG no Brasil é diferente de ONG em outro lugar?

O que é diferente entre as ONGs em geral e o Estado?

O que é diferente entre as ONGs em geral e as empresas privadas?

Na sua opinião, quais são os principais motivos que levam as pessoas a trabalharem em ONGs?

Na sua opinião, como é que o brasileiro vê as ONGs hoje?

2.2 Específica

Quais são os ideais que movem a sua ONG?

A sua ONG é diferente de outras ONGs que trabalham com o mesmo tema?

A sua ONG é diferente de outras organizações governamentais que trabalhem com o mesmo tema?

Que tipo de gente trabalha na sua ONG, dá pra traçar algum perfil dessas pessoas?

O que motiva as pessoas a vir trabalhar com esta ONG?

Dá pra ter alguma idéia do que as pessoas pensam sobre ONGs que atuam no seu tema?

3. Dilemas

Por fim, vamos fazer agora um breve exercício de imaginação. Eu vou comentar três situações hipotéticas e pedir que você se posicione sobre elas. São situações que podem eventualmente acontecer no cotidiano de uma ONG. Por exemplo, a primeira:

Uma das pessoas mais importantes para a execução dos projetos sociais de sua ONG recebeu uma proposta de trabalho em uma empresa que não possui nenhum engajamento em projetos sociais. A saída dessa pessoa poderá comprometer o bom funcionamento da sua organização. Você tenta convencê-la a não sair da ONG? Em caso afirmativo, como? Em caso negativo, por quê?

Para dirigentes de ONGs tipo 1 e tipo 2:

Imaginemos que você trabalhe em uma ONG que desenvolve um importante projeto dentro de uma favela, um projeto voltado para formação técnica profissional dos jovens da

comunidade. Por uma razão casual, você termina descobrindo um elaborado esquema de tráfico de armas que funciona na comunidade com conivência da própria Polícia. O que você faz?

Para dirigentes de ONGs tipo 2 e tipo 3:

Imaginemos um pequeno país da América Central cuja maior parte da economia está voltada para a exportação de laranja. Se for preciso estabelecer uma ordem, qual seria o maior problema desse país: a dependência econômica ou a má utilização do solo?

Para dirigentes de ONGs tipo 1 e tipo 3:

Imaginemos uma ONG especializada na promoção de práticas ecológicas de preservação e utilização do solo. Essa ONG acabou de ser formada e recebeu uma proposta de trabalho enviada por um latifundiário brasileiro que deseja recuperar o solo de um latifúndio que ele acabou de adquirir. Os dirigentes dessa ONG hesitam se devem ou não aceitar o trabalho. O que você acha que eles devem fazer?

Você já vivenciou dilemas semelhantes a esses, quais?